O SEMANÁRIO

CR$ 5,00

Semana de 25 a 31 de Dezembro de 1958 ★ UM JORNAL QUE VALE POR UM LIVRO ★ Diretor: OSWALDO COSTA ★ Ano III ★ Número 141

Na 3.ª Página — O ANEXO DO BRIGADEIRO ALEXINIO FRONDIZI DE LACERDA

O diretor do Diário de Notícias" a Lott, em nome da Oposição:

"FAÇA UM GOVÊRNO FORTE E TERÁ O NOSSO APOIO!"

Solicitou um encontro com o ministro da Guerra, para pedir-lhe, falando pelas correntes oposicionistas, que implantasse a ditadura no país! — Resposta de Lott: "Tome juízo, menino" — TEXTO NA 2.ª PÁGINA

DEMISSÕES EM MASSA NA SHELL!

Empregados brasileiros substituidos por estrangeiros — Entram no país, como simples "turistas" e obtêm depois a regulamentação de sua situação mediante manobra no Ministério do Trabalho — Demitidos cêrca de 30 empregados, sòmente num dia, alguns prestes a atingirem a estabilidade — A desapropriação do Edifício Shell e a paralisação da Avenida Perimetral

(Leia na 5.ª página)

O brasileiro planta e colhe o trigo. Mas o produto acaba nas mãos dos donos dos grandes moinhos. O farelo de trigo controlado pelos trustes estrangeiros, entre 1957 e 1958, sofreu um aumento de 169%.

Edmar Morél denuncia:

IANQUES E INGLÊSES ENRIQUECEM NA BATALHA DO CONGELAMENTO DE PREÇOS

O povo está vivendo momentos cruciantes com o alto custo de vida — O congelamento de preços, da maneira como foi feito, poderá trazer dias de maior miséria para o brasileiro, uma vez que os produtos essenciais à agro-pecuária do país estão livres do contrôle da COFAP, encarecendo a produção — Reinado das companhias de petróleo, moinhos de trigo e fábricas de pneus quase todos estrangeiros — Algumas mercadorias foram majoradas em 1.000%! — TEXTO NA 5.ª PÁGINA

Escreve Epitácio Caó: (12.ª página)

HÁ QUALQUER COISA PÔDRE NO REINO DE ALEXINIO!

ALEXINIO BITTENCOURT "Defenda Petrobrás!"

O relatório-"bomba" contra a Petrobrás é uma edição aumentada e melhorada de outro, preparado pelo mesmo coronel, quando Secretário do Conselho de Segurança Nacional e entregue ao Presidente da República em outubro de 1957. — Por que êste, conhecendo o relatório virulento, nomeou o coronel para o Conselho Nacional do Petróleo? E' o que precisa apurar a Comissão Parlamentar de Inquérito já em funcionamento — Depondo perante êste órgão parlamentar, dois dias seguidos, repetiu o coronel Alexínio Bittencourt a leitura da série de acusações contra o seu colega Janari Nunes — No terceiro dia, não compareceu, recolhendo-se a uma casa de saúde, alegando grave distúrbio cardíaco — O que o coronel não respondeu e não responderá sôbre o petróleo da Bolívia, pois preferiu passar a bola para o ministro J. C. Macedo Soares — Contradições flagrantes e completa insegurança nas afirmações do coronel, que compareceu com 14 assessores — O general Nelson de Melo ficou "magoado" com Alexínio, diz êste perante a Comissão de Inquérito — Carlos Lacerda reclama a colaboração de assessores de "alto nível" para a Comissão, e sugere o nome de um Diretor de Capuava...

Janary Nunes ao O SEMANÁRIO:

BALUARTE VIGILANTE DA CAUSA DA PETROBRÁS

HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE O RECEBER. COM ESSA PROVIDÊNCIA, AUXILIARÁ O DEPARTAMENTO NA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS.

MOMENTO TRANSMITO CARGO PRESIDENTE PETROBRAS VG DESEJO MANIFESTAR ILUSTRE AMIGO INFATIGAVEL BATALHADOR NACIONALISMO EXPRESSOES MEU PROFUNDO RECONHECIMENTO INEQUIVOCAS DEMONSTRACOES APRECO VG INVARIAVEL ET DESINTERESSADO APOIO EMPRESA VG DE CUJA CAUSA VG SUPREMO ANSEIO POVO BRASILEIRO VG SEMANARIO SE IMPOS COMO BALUARTE VIGILANTE ET ESCLARECIDO PT CORDIAIS SAUDACOES JANARY GENTIL NUNES

LEIA NA PÁGINA 4 — "AS CONTRADIÇÕES DO SR. RENATO FEIO" E "UM NOVO JAGUARIBE"

O Jornal da Semana

O Jabotizinho do "Diário de Notícias" pediu a Lott, em nome da Oposição:

"FAÇA UM GOVÊRNO FORTE!"

O episódio que vamos narrar ocorreu pouco antes de eclodir a "crise da Aeronáutica" e o colhemos em fonte idônea. Ele retrata moralmente a Oposição lanterneira e os adversários do general Lott e desvenda, ao mesmo tempo, aos que com êles ainda se iludem, os verdadeiros propósitos dêsses falsos democratas vendidos aos trustes estrangeiros.

Por intermédio de um coronel cujo nome não vem ao caso, o sr. João Ribeiro Dantas, diretor do "Diário de Notícias" e mais conhecido nas rodas políticas e jornalísticas pelo apelido de Jabotizinho da Mamãe, solicitou uma audiência ao ministro da Guerra. O general Lott mandou dizer-lhe que não tinha prazer algum em receber o diretor de um jornal que lhe movia campanha de cunho pessoal, sistemática odienta, sem outro motivo senão o de dar expansão aos seus recalques e por isso não poderia recebê-lo. O intermediário voltou à carga: o Jabotizinho não se conformara com a resposta do ministro e insistia em ter com êste um encontro, "pois era conversando (textual) que os homens se entendiam". Tratava-se, além disso, de assunto de interêsse nacional, razão por que fazia ao general Lott um caloroso apêlo para que o recebesse. Em virtude dessa insistência, o general Lott aquiesceu em receber o Jabotizinho em sua residência em dia e hora que marcou.

O Jabotizinho foi entrando e foi dizendo, sem maiores preâmbulos:

— "Antes de mais nada, General, não só em nome do meu jornal como no da Oposição, quero declarar-lhe o seguinte: faça um govêrno forte, e terá todo o nosso apoio".

Lott, sorrindo, respondeu:

— "Menino, não pense que por ser um homem de 65 anos esteja com o pensamento embotado para aceitar o que você me propõe. Vivi na Dinamarca, na França, nos Estados Unidos, vi, nesses países, como funcionava o regime democrático e verifiquei que êste ainda é o melhor dos regimes. Uma ditadura, para sustentar-se, ou se apoia na violência ou na corrupção, quando não em ambas. Vá para casa, reflita bem no que acabo de dizer-lhe e tome juízo".

E levantando-se, estendeu a mão ao Jabotinizinho, num gesto de despedida. O Jabotizinho meteu o rabo entre as pernas e foi chorar, aflito, no colo da Mamãe.

No dia seguinte, o "Diário de Notícias" saiu com nova verrina do dr. Pedro Dantas contra o ministro da Guerra, acusando-o de querer acabar com a Democracia no Brasil... E o Brigadeiro Eduardo Gomes puxava jesuiticamente por trás das cortinas, como sempre, os cordéis da "crise da Aeronáutica"... E Lacerda, na Câmara, furioso com o fracasso da missão do Jabotizinho, chamava a Lott de "general demente"..

Quanto cinismo! Quanta falta de pudor! Quanto descaramento!

7 Dias no Brasil e no Mundo

JOSÉ FREJAT

● **Continua o drama dos trabalhadores das minas de Morro Velho, em Nova Lima. Êsses humildes e explorados operários são devorados até à carne, pulmões, vísceras, para enriquecer os patrões inglêses e, já agora, americanos. Mais de trezentos trabalhadores atacados de silicose protestam perante os ianques, que suspenderam, desde novembro, o pagamento do adicional de Cr$ 426,00. Os operários, em sinal de protesto, permanecem em frente à "Casa Grande" (até o nome é colonial e feudal), onde funcionam os escritórios da Saint John Mining Co., recentemente adquirida por capitalistas norte-americanos. Os mineiros estão se revezando dia e noite, dispostos a conquistar na luta os seus direitos. Nova Lima fica longe dos olhos da autoridade. A situação miserável dos trabalhadores mineiros não tem exemplaridade. Roberto Costa, em seu livro 'A Cortina de Ouro", relata as mazelas de Morro Velho, a exploração do trabalhador brasileiro pelo "boss" anglo-ianque. O ouro brasileiro ali arrancado da terra é sonegado às autoridades nacionais e contrabandeado para os Estados Unidos e Inglaterra, para os regabofes dos trustes.**

★

● **Prestem os leitores atenção para a farta matéria publicitária paga pela LIGHT, Standard Oil, Shell, que sai nos jornais da "sadia". O único objetivo é comprar a opinião dêsses jornais. Nos seus anúncios, a Light faz propaganda de tudo, tecidos, máquinas, mas nada disso ela fabrica. Energia elétrica e telefone, que ela e suas subsidiárias têm obrigação contratual de fornecer, não aparecem nos anúncios. Os entreguistas e a reação não desejam a liberdade de imprensa senão para se venderem a interêsses inconfessáveis.**

★

● **A PETROBRÁS produziu, em 1954, 550 mil barris de petróleo. Em 1955, ultrapassou os 2 milhões. Em 1956, mais de 4 milhões de barris. Em 1957 (leiam os entreguistas), além de 10 milhões. Até outubro dêste ano, já produziu mais de 17 milhões. Estão vendo os saltos espetaculares? A campanha contra o coronel Janary Nunes é dirigida pelos cofres dos trustes petrolíferos, que espumam de raiva vendo o progresso da PETROBRÁS. Daí a campanha da imprensa "sadia", que recebe gorda gorjeta em publicidade e "otras cositas más"... Em 1954, o Brasil produziu só 4,5% dos derivados de petróleo que consumia. Hoje, produz 61% de todos os derivados de petróleo que consome. E, quanto à gasolina, produz 80% do consumo nacional. A expansão da PETROBRÁS não é igualada por nenhuma outra emprêsa pública ou privada, no Brasil. As rendas da PETROBRÁS, em 1955, foram superiores a 6 bilhões de cruzeiros. Em 1958, ultrapassarão a 21 bilhões, sendo que 17 bilhões provêm das atividades industriais da emprêsa. Fora os vendilhões das nossas riquezas.**

★

● **O Govêrno democrático do Iraque está procedendo a uma "desfeudalização" radical em todo o país, numa luta sem tréguas contra os grandes proprietários que se opõem à reforma agrária, e, por outro lado, são acusados de colaboracionismo com o imperialismo. O general Kassem, chefe do Govêrno, está decidido a acabar com os privilégios detidos, até agora, pela pequena oligarquia que dominava o país. Entre as medidas espetaculares, noticia-se a transformação em hospital popular do hotel mais luxuoso de Bagdá.**

★

● **Confirma-se mais uma vez a acusação que temos feito reiteradas vêzes. O Brasil, ou melhor, o Itamarati vota SEMPRE com os Estados Unidos, nos organismos internacionais, a trôco de esmolas, dólares, empréstimos. O embaixador do Equador, Gonzalo Escudero, presidente do Conselho da Organização dos Estados Americanos (tudo controlado pelos Estados Unidos), em discurso perante essa organização que nada fêz e serve de instrumento à política belicista e imperialista dos Estados Unidos, declarou que "AS 20 REPÚBLICAS LATINO-AMERICANAS OFERECEM SEUS VOTOS NAS NAÇÕES UNIDAS, AOS ESTADOS UNIDOS, PARA VENCER AS BATALHAS PACÍFICAS DO MUNDO LIVRE EM SUA LUTA CONTRA O COMUNISMO INTERNACIONAL." O representante equatoriano reclamava dos Estados Unidos a contraprestação, ou seja, mais esmolas, mais dólares para os satélites do "colosso do Norte".**

★

P. S. — Sr. L. G. Montenegro — Maceió. — Recebemos sua carta. O livro de Frei André Wild a que fizemos referência, o Sr. poderá obtê-lo dirigindo-se diretamente ao ilustre prelado. Seu endereço é — Universidade Rural — Km 47 — Rodovia Rio-S. Paulo. Via Campo Grande — Distrito Federal.

EXPEDIENTE

Propriedade da Emprêsa O SEMANÁRIO S. A.
Avenida Presidente Vargas n.º 502 8 andar - Fone 23-3711
RIO DE JANEIRO
Endereço telegráfico: "Diranames"
Distribuidor Geral: Distribuidora Fitardo de Jornais e Revistas, Rua Baltazar Lisboa n.º 60, Tel. 24-2223

Diretor-Presidente: OSWALDO COSTA
Diretor Superintendente: LEONOR TOMMASI
Gerente: OSMAR TORRES MACHADO
Direção Artística: Orlando Franrose Brito

Apoio da Mulher Paulista

São Paulo, 15 de dezembro de 1958.
Ilmo. sr. Osvaldo Costa.
Prezado Amigo,

Diante da delicada situação político-econômica por que passa o Brasil, se debatendo ante as investidas da desonrosa política norte-americana que, atacando a "PETROBRAS", visa à quebra da nossa resistência e à preservação de um mercado altamente lucrativo — até à sangria de nosso povo — não posso deixar de exaltar o papel patriótico do seu bravo jornal O SEMANARIO, que, por alcunha, dou-lhe o nome de "PALADINO DA VERDADE".

Através do seu jornal, Osvaldo Costa, quero deixar, aqui, o meu apêlo e o apêlo daqueles que comigo convivem e trabalham, para que os bravos soldados que colaboram neste jornal "O SEMANARIO" e os componentes da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigaram o "caso" da "Shell" e às Fôrças Armadas na pessoa do insigne general Lott aceitem, o nosso apoio moral e nosso abraço amigo, pelo muito que vêm fazendo e terão de fazer. A vocês todos a nossa palavra: — **Avante, amigos, verdadeiros soldados na defesa da nossa moral política! da nossa liberdade! da nossa soberania nacional! O povo estará com vocês.** Haja o que houver! O México lutou e venceu! O Oriente Médio continua a luta! Sigamos o seu exemplo! Nada de modificação da Lei 2.004! O petróleo é nosso! Chega de tibiesa e de servilismo! **Comerciar sim! Ser comerciado não! Nunca!**

Para os que ainda persistem na dúvida — só pode ser mesmo por ignorância — aqui está uma frase do magnata do petróleo, Nelson Rocfeller: — **"Através da concessão de ajuda econômica, conseguimos o acesso ao petróleo iraniano e estabelecemos agora, fé firme na economia dêste país!** e mais adiante: — **"Atualmente o Xá não ousaria sequer efetuar qualquer modificação em seu gabinete sem consultar nosso Embaixador!** (1956 — Transcrito do Jornal "Neues Deustschland — (carta do Nelson Rocfeller ao Presidente dos Estados Unidos).

Transigir com os alexínios, elder camaras e lacerdas é passar incontinente para a classe dos **roedores.** E' ser apenas RATOS e não homens!

Avante, pois, Osvaldo Costa, embora a verdade possa custar-lhe e aos outros brasileiros, a própria vida. Deus recompensá-los-á a todos.

Atenciosamente,

MARINA DE OLIVEIRA

NOTA: — Não se esqueça de que estarei sempre à espera das suas palavras e diretrizes também.
Onde está o GONDIM DA FONSECA?

Apoio da Mulher Mineira

Ilmo. sr. Diretor de o SEMANARIO — Saudações atenciosas. — Na qualidade de leitora assídua de O SEMANARIO, o jornal cem por cento nacionalista, venho trazer, por meio desta, ao seu digno Diretor, redatores e colaboradores os meus sinceros parabéns pelo brilhante trabalho que têm feito a favor da nossa Pátria.

Sendo uma brasileira patriota, venho fazendo muita propaganda dêste maravilhoso jornal.

Com protestos de elevada estima e consideração, subscreve atenciosamente, **Edméa Alves de Miranda.**

ESTUDANTES DE MARÍLIA NA LINHA DE FRENTE DA NOSSA LUTA!

Exmo. Sr. Osvaldo Costa
DD Diretor-Presidente do Jornal O SEMANARIO
Av. Presidente Vargas, 502 — 8.º andar
Rio de Janeiro — D.F.

Caro Senhor:

Com muito prazer oficiamos que nós um grupo de estudantes de Marília, SP., formamos a "Coligação Estudantil Nacionalista" com o propósito de propagar as idéias nacionalistas batermo-nos pelas justas causas da Nossa Pátria, defender nossas riquezas da sanha de potências alienígenas.

Comunicamos, com muito prazer, que fizemos do seu conceituado jornal a nossa cartilha de estudos nosso órgão oficial e na oportunidade, solicitamos de V. S uma assinatura anual dêste mesmo jornal Para isto estamos enviando a importância de Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros) para pagamento da aludida anuidade.

Pedimos ao Criador que lhe dê fôrças para defender a Nossa Pátria, e nós, por nosso turno, lhe acompanharemos nesta cruzada patriótica.

Despedimo-nos, mandando-lhe um forte abraço extensivo a todos os nacionalistas do Brasil.

Marília 9 de dezembro de 1958.

Pela Coligação Estudantil Nacionalista: Jarbas Amoedo Fogaça, Presidente — Laerte Domingues Moreno, Secretário-geral

Endereço provisório: Av Independência, 1.102 — Marília — S.P.

ALCIDES VIDIGAL:

MORREU NO SEU POSTO DE LUTA

Faleceu em São Paulo, na sexta feira última, o dr Alcides Vidigal, advogado, industrial, antigo presidente do Banco do Brasil e antigo presidente da Caixa Econômica Federal daquele Estado.

Ainda ultimamente, o dr. Alcides Vidigal destacou-se pela sua defeza vigorosa da indústria brasileira de vagões contra a política discriminatória do engenheiro Renato Feio na presidência da Rêde Ferroviária.

Já duramente combalido embora pela doença, não lhe faltou entretanto, ânimo combativo para enfrentar a poderosa coalisão de interesses políticos e de grupos econômicos que se formou em tôrno do presidente da Rêde, tão forte que conseguiu modificar os pontos de vista do relator da Comissão de Inquérito instituida pela Câmara para o estudo do problema. Morreu, portanto, no seu posto de luta dando assim, um exemplo aos industriais brasileiros, muitos dos quais preferem acomodar-se a resistir, como ele soube resistir, à ofensiva que em numerosos setores se desencadeia, com violencia, jamais vista, contra a indústria nacional, seja a básica, seja a de transformação, com grave prejuízo para a economia geral do país.

Que êsse exemplo frutifique — são os nossos voots E' essa, aliás, a melhor maneira de seus companheiros honrarem a memória de Alcides Vidigal, que não recuou diante de nenhum sacrifício, nem sequer o da própria vida, para servir a uma causa que não era dele somente mas, sobretudo, do Brasil

Criação de Peixe de Valor Econômico

20.000 exemplares de Tilapia à disposição dos fazendeiros do Espírito Santo

O Pôsto de Fomento da Pscicultura, de Itapina, da Divisão de Caça e Pesca, do D.N.P.A., do Ministério da Agricultura, situado no município de Colatina, no Estado do Espírito Santo, Vale do Rio Doce, possui à disposição dos fazendeiros 20.000 exemplares de Tilapia melanopleura, já selecionados, para serem criados na águas fechadas das propriedades.

Convém salientar que a produção referida é resultante de 19 indivíduos, medindo 14 centímetros em média, colocados, há pouco mais de um ano, nos tanques do citado pôsto, o que vem demonstrar o elevado poder de proliferação da espécie em questão.

Os estudos até agora realizados no Pôsto de Itapina, com referência ao comportamento da Tilapia, são bastante animadores, no sentido de que se venha ter, com essa espécie, uma piscicultura, assentada em bases verdadeiramente econômicas. Sua criação é facílima, o que não ocorre com as espécies carnívoras, pois é herbívoro por excelência, permitindo, assim, um tratamento à custa de fôlhas verdes de capim, bananeira, ramas de batata doce, de mandioca, hortaliças em geral e, até mesmo, restos de cozinha.

Chegaram os técnicos, em suas primeiras observações, à conclusão de que nas águas do Espírito Santo a Tilapia pode ser explorada como o mais barato fornecedor de proteína animal, para o homem do campo. E, assim, indicam como criação econômica o tipo de engorda, que se resume em o fazendeiro manter, num açude de 1.000 m2, de 20 x 50, feito puramente na terra, com 2/3 de área rasa e 1/3 de área profunda, indo até a 1.50 metros, 4 Tilapias por metro quadrado ou sejam 4.000 ao todo. Êsses peixes poderão ser alimentados com um feixe de capim de manhã, outro à tarde e, no fim do ano, o açude poderá ser esvaziado totalmente e a produção vendida por bom preço no mercado. Passará o Pôsto a fornecer aos interessados lotes de 1.000 alevinos, com o tamanho de 4-8 centímetros.

Pede a Divisão de Caça e Pesca aos fazendeiros localizados nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e no Sul da Bahia que procurem o Pôsto de Fomento da Piscicultura de Itapina e façam seus pedidos de peixe para criar.

O Pôsto em aprêço, na devida atenção ao esfôrço de produção do ministro Mário Meneghetti, que, também, neste setor, justiça se lhe faça, tem dado o maior do seu incentivo, espera produzir, em 1959, 100 000 "Tilapias" para distribuí-las, não só aos fazendeiros do Espírito Santo, como também aos de outros Estados da Federação.

Não contribua para

enriquecer cada vez mais

os capitais estrangeiros

que querem sufocar a

Indústria Nacional.

Compre sempre artigos nacionais e estará cooperando para o engrandecimento do Brasil.

O SEMANÁRIO

ASSINATURA

AV. PRES. VARGAS, 502, 8º — TEL. 23-3711 — RIO DE JANEIRO

Junto a esta remeto a importância de Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros) em vale postal cheque bancário registro com valor à ordem de O SEMANARIO S. A., correspondente a 1 ano de assinatura

NOME .....

PROFISSÃO .....

RUA .....

CIDADE ..... ESTADO .....

POLITICA EM FLAGRANTE

M. C.

A GARÇA — O Negrão de Lima, que tem andado num suspeito mutismo, não se deu conta, talvez por estar com sono, de três acontecimentos surpreendentes verificados, semana passada, nos seus habitualmente tranqüilos domínios. Quais os acontecimentos? Vamos por ordem: primeiro — a chegada do casal de cisnes holandeses importados pelos cisnes (perdão! pelos diplomatas) brasileiros apesar de haver falta de divisas e de o regime ser de "estrita economia" no dizer do dispendioso Lucas Lopes; segundo — o aparecimento de uma garça, que surgiu de repente nos jardins do Itamarati e expulsou sem maiores cerimônias as demais aves que o habitam; terceiro — as sucessivas conferências do coronel Danilo Nunes contra o reatamento de relações do Brasil com a União Soviética. De tudo, o mais estranhável foram contudo as discurseiras do coronel, inclusive porque coincidem com os estudos que o Negrão, a portas fechadas, vem fazendo sôbre o assunto, depois de haver assinado e sacramentado novos acôrdos com países da órbita socialista. Diz o Danilo, que por sinal não é príncipe de opereta mas chefe da DOPS, Divisão de Ordem Política e Social: "Os soviéticos dirigem sua ofensiva (intercâmbio comercial e assistência técnica) contra exclusivamente os países subdesenvolvidos." Para início de conversa, é boa. Então a Rússia não faz comércio com a Inglaterra e os mesmos Estados Unidos? E a quem iria ela oferecer assistência técnica? Às regiões de alta industrialização? E a quem iria vender petróleo ou ajudar a extraí-lo? à Esso? à Shell? à Gulf? Convenhamos: o coronel é meio pixote nessa história de economia. Mesmo assim, prossegue: "O fato é que, de 53 para 56, cresceu assustadoramente o número das nações que mantêm relações comerciais com os países do bloco soviético." Essa é de cabo-de-esquadra. Se tais relações cresceram foi porque cresceu também o número de nações desejosas de se libertarem da opressão e da exploração colonialista; e ainda porque à grande maioria dos países subdesenvolvidos não restou outro recurso em face da escassez de dólares. Sem dólares ninguém pode comprar nos Estados Unidos como todos sabem, porém como parece não saber o coronel Danilo. Com a URSS, com êsse comércio limpo, lucram as pequenas nações. Por que, pois, o susto? O coronel tem mêdo de que os pequenos povos cresçam. Tem. Tanto que acrescenta: "Os soviéticos, construindo nesses países estradas, aeroportos, oleodutos, linhas telegráficas, etc., estão apenas montando dispositivos para facilitar uma ação militar." Santo Deus! E o que obram os USA, sem construir coisa nenhuma de útil, no Brasil por exemplo, onde em lugar de estradas, linhas telegráficas, aeroportos, oleodutos para a Petrobrás, montam estações de guerra atômica em Fernando de Noronha e outras bases de que calmamente se apossaram? O coronel-chefe de nossa Scotland Yard anda, vê-se, muito mal informado. Ademais, comete o imperdoável pecado de pretender solucionar questões internacionais como o velho Washington Luiz queria resolver problemas sociais: pela polícia. O perigo é que o Juscelino K. de Oliveira, que anda joãopaulinando no Catete, se deixe levar por essa conversa fiada. Para evitá-lo, é essencial que o Negrão saia logo da pasmaceira e mêta o coronel no seu devido lugar. Vamos homem! Acorde! Acorde logo ou o Danilo acaba ministro do Exterior. Lembre-se dos cisnes expulsos pela garça intrometida.

CHAPEU — Aliás, em matéria de economia e de auxílios financeiros a países subdesenvolvidos, o Danilo Nunes devia ler as lições que às vêzes são ministradas, com inusitada lucidez, pelo Paulo Bitencourt. Ainda agora diz o Paulo, que anda meio agastado com o Nelson Rockefeller: "Não se deu a devida publicidade a um telegrama da U.P.I., datado de Washington, dando notícia do orçamento aprovado no Conselho Econômico e Social Interamericano para 1959. Os algarismos talvez não sejam astronômicos. Mas não deixam de ser significativos." A que diabo alude o P. B.? Trata-se de "uma ajuda" que, segundo o telegrama, foi conseguida "graças aos brilhantes esforços do govêrno dos Estados Unidos." De quanto? Menos de dois milhões de dólares, "para serem distribuídos entre Brasil, Argentina, Equador, México e outras nações americanas." Por outra: seremos contemplados, feita a partilha, com a *formidável* quantia de... trezentos mil dólares. Ironiza o Paulo: "Por uma triste coincidência, aquêle orçamento foi aprovado horas depois do encerramento dos debates do Conselho dos 21, nos quais orçamentos de bem mais larga envergadura *não* (o grifo é do Rei) foram aprovados. Mais uma vitória nossa..." Viu, seu Danilo? Se viu, como é que vem com essa vozinha de maria-vai-com-as-outras dizer que comerciar com os USA é bom e com a Rússia é prejudicial? Quer que fiquemos de chapéu na mão?

TELEGUIADO — Por falar nisso: onde andará o Augusto Orquima Schmidt, o poeta que, na frase de Osvald de Andrade, "deixou de ser semita depois que as graças dos bons negócios sôbre êle caíram"? Pois anda nos Estados Unidos, explicando, conforme afirma um telegrama de lá, "os seus gestos não-ortodoxos". Que gestos são êsses? Êle responde: "Principalmente romper a barreira que separa o público dos Estados Unidos dos problemas da América Latina." Mentira. Ao que o gorducho está visando é vender areias monazíticas a quem pague mais. Tanto que, enquanto "rompia a barreira" no Conselho dos 21 (que deu não em barreira mas em água de barrela) assinava com a Rússia, no Uruguai, acordo beneficiando a filial uruguaia da Orquima e encerrava, nos USA, conversações industriais para uma transação com minerais atômicos do Brasil. "Sou um caluniado", chora o espertalhão, que, quando se vê pilhado em flagrante, recorre às práticas bíblicas e cobre a cabeça com a terra (ou com areia, vá lá) de um falso arrependimento. Verdade verdade, êle é um teleguiado de contrôle americano, fabricado pela Disco e pela Orquima. Quem não o conhecer que o compre, gastando muito dinheiro na transação.

REPLICA — O Exército brasileiro, como se noticia, enviará à estratosfera um dêsses engenhos, com um gato dentro, chamado *Flamengo*. Sucede que o Dantas-da-mamãe, só porque a experiência é patrocinada pelo general Lott, resolveu replicar com uma sugestão: a de que a FAB lance também o seu próprio foguete com outro bicho dentro, bicho ao qual se daria o nome de outro clube de futebol. Excelente! Esplêndida idéia. O foguete é fácil de construir e o novo bicho para a Aeronáutica já o temos talhado sob medida: o próprio Dantas-jabuti, que é tão rico quanto o Vasco e leva sôbre o gato a vantagem de ser cascudo, além de proprietário de jornal.

NATAL — E a todos os meus leitores desejo aqui um bom Natal, fazendo um pedido muito particular a Papai Noel: ponha no sapato do Chagas Freitas, que depois de eleger-se à custa de promessas de aumento de salário para os trabalhadores está negando o aumento pretendido pelos jornalistas, uma máquina de ler pensamentos alheios. Para que a máquina? Ora essa! Para que o Chagas possa saber, sem que os vizinhos enrubesçam, o que os jornalistas pensam dêle.

"O Semanário" Aos Seus Leitores

Pela circunstância do Natal recair na quinta-feira, dia em que normalmente circulamos tivemos de antecipar a nossa saída, esta semana, o que conseguimos graças à cooperação e a um verdadeiro "tour de force" da oficina em que é composto e impresso "O Semanário" — a do "Diário Carioca" Sobrecarregada de serviço e compromissos mesmo assim ela concordou em atender-nos, excepcionalmente. Como aquela circunstância novamente ocorre na semana de Ano Bom, desta feita sendo tecnicamente impossível remover a tal dificuldade "O Semanário" não circulará no dia 1º, voltando a fazê-lo no dia 8, com a sua habitual edição de 16 páginas.

O ANEXO DO BRIGADEIRO ALEXINIO FRONDIZI DE LACERDA

OSWALDO COSTA

Com o seu depoimento na Comissão de Inquérito da Câmara — tão doloroso que teve de interrompê-lo para baixar à enfermaria de uma casa de saúde — o brigadeiro Alexínio Frondizi incorporou ao seu patronímico um penacho a mais: "de Lacerda". Alexínio Frondizi de Lacerda, é como êle entrou na História, pela porta dos fundos. Deputados nacionalistas que assistiram ao seu depoimento revelaram a sua estupefação diante da ignorância do coronel-brigadeiro em assuntos de petróleo e da fragilidade e inconsistência de sua argumentação, espanto que não teria ocorrido se êles soubessem quanto o coronel-brigadeiro é "in albis" na matéria e, sobretudo, que o seu Relatório Confidencial não foi por êle escrito mas pelo Sr. Jesus Soares Pereira, hoje ativista da curriola do Sr. Neiva Figueiredo, cuja conspiração visava — "risum teneatis" — a colocar na presidência da "Petrobrás" o Sr. Drault Ernany, grande depositante do banco do Sr. Adolfo Gentil, que todo mundo conhece muito bem. Houve "nacionalistas", entretanto, como o Sr. João Machado que exigiram que se apurasse quanto a "Petrobrás" gastou na última campanha eleitoral com a propaganda de candidatos — denúncia ridícula que os trustes lhe sopraram nas bucefálicas orelhas.

Alexínio, por sua vez, referiu-se, com aquela leviandade e aquela irresponsabilidade tão suas — ao "esfôrço publicitário" da emprêsa. Quando o próprio Lacerda, com a alma policial nadando em euforia diante da acusação — lhe perguntou se tinha conhecimento de fato ou fatos concretos nesse sentido, o brigadeiro da Capuava respondeu que não, porque a "Petrobrás" era "impenetrável". Abstemo-nos de comentar tão alvar "afirmação que não afirma", deixando-o à discrição da inteligência do leitor. Abstemo-nos também de comentar a atitude de certos deputados nacionalistas, que depositaram humildemente as achas de suas beócias intriguinhas à moda d'"O Globo" e do "Correio da Manhã" na inquisitorial fogueira que o diretor da "Tribuna da Imprensa", Borer parlamentar da embaixada norte-americana, está preparando, com a gula de um "tira" profissional, para reduzir a cinzas quantos, como nós, cometeram o crime de defender a "Petrobrás" da sanha dos entreguistas. Jubiloso, Lacerda preliba as delícias de um novo "mar de lama", que levará de roldão o princípio do monopólio estatal e justificará a entrega do nosso petróleo à "capacidade realizadora" e à "honradez administrativa" dos "gangsters" da "Esso" e da "Standard Oil". Mas ri melhor quem ri por último...

Vamos, porém, ao que serve. Temos em mãos o Anexo (não publicado) do Relatório Confidencial de Alexínio ao Presidente da República. Se o Relatório é uma monstruosidade, o Anexo é uma miséria. Consta, como aquêle, de 22 páginas datilografadas e tem por objetivo "focalizar a necessidade de exame mais acurado do suprimento do petróleo, sob certos aspectos, pelas altas autoridades do País, no quadro geral da conjuntura econômica." Começa dizendo que "fatôres técnico-econômicos e políticos impedem que se pense na modificação da lei nº 2.004." Quer dizer: se tais fatôres não existissem, o remédio seria a modificação! Logo a seguir, começa a bater na tecla da "máxima economia de divisas" para os empreendimentos industriais do petróleo, "devendo ser êsse o fator determinante de suas respectivas prioridades." As operações comerciais no âmbito do petróleo — acrescenta — também "devem visar sempre (a) economia máxima de divisas", isso porque "os compromissos referentes a petróleo, assumidos em relação à Bolívia devem ser respeitados, de modo a poder o Brasil alcançar as vantagens que perseguiu quando os negociava." Tradução: reduzamos as divisas para a "Petrobrás", a fim de dá-las aos grupos privados "brasileiros" interessados na exploração do petróleo boliviano...

O petróleo boliviano é a obsessão. O "encôsto" do coronel Alexínio, que lhe dedica no seu Anexo quatro páginas, contra página e meia consagrada à exploração do petróleo brasileiro. Quanto a êste, eis as suas pessimistas conclusões:

"Os resultados até agora colhidos no programa da exploração em território brasileiro, exceção feita para Bahia e Alagoas, indicam complexidade maior do que se antevia há três anos e de modo geral tornam aconselháveis métodos de trabalho cuidadosos, compatíveis com a alta complexidade até agora revelada pelos fatôres geológicos encontrados.

Na bacia amazônica, a existência de intrusões de diabásio no Paleozóico ou entre o Paleozóico e o Mesozóico tornam precárias ou vagarosas as aplicações do método clássico. Os resultados das perfurações até agora realizadas indicam que provàvelmente as estruturas refletidas pelo tôpo do diabásio não existem ou estão deslocadas lateralmente em profundidade. As correlações estratigráficas feitas entre os poços perfurados ou entre êstes e os afloramentos não permitem ainda indicações suficientes para concluir sôbre áreas onde as características estratigráficas condicionam óleo-acumulação. É necessário, portanto, para evitar desperdício de recursos, trabalhar com cautela, perfurando em decorrência dos poços anteriores, locando-se sempre visando a determinar as tendências geográficas da sedimentação. Por outro lado, a experimentação sísmica, visando a determinar métodos que possam econômicamente ser empregados na região, deve ser continuada.

No Maranhão, os resultados até agora negativos na região de São Luís e a existência de diabásio na região sul, fazem aconselhar também programa comedido para evitar grandes riscos. A situação do problema no Sul do Brasil é semelhante à da Amazônia, em face das intrusões de diabásio e do derrame basáltico. Os métodos de trabalho deverão ser semelhantes nas duas regiões."

Tradução: vamos tirar o cavalo da chuva; não existe petróleo no Brasil, a não ser um pouco na Bahia e outro pouco em Alagoas. De acôrdo com as teorias do diabásico coronel, que entende tanto disso quanto o Corção de engenharia, o aconselhável, no caso, é "evitar desperdício de recursos" e cuidar de outra vida, até, naturalmente, que os nossos "amigos norte-americanos" nos resolvam o problema.

Mas o derrotismo do nosso paleozóico coronel não fica por aí, vai mais longe: dêle nem o petróleo baiano escapa! Senão vejamos:

"O aumento de produção na Bahia tem-se verificado essencialmente pela ampliação da vazão dos Campos de Água Grande e Candeias. Embora haja também aumento no de D. João, sua influência não é semelhante à dos dois anteriores. Apesar do anseio de todos os brasileiros por descobertas e desenvolvimento rápido, não é lícito esperar que o incremento de produção possa continuar a se processar no ritmo observado até agora." (Pg. 3 do Anexo).

Não há, pois, alternativa: ou exploramos o petróleo boliviano, concentrando nessa exploração os nossos recursos e divisas, ou iremos para o abismo... O nosso mesozóico coronel reclama, por isso, com tôda ênfase, a ajuda oficial aos grupos "brasileiros" interessados nessa exploração, e ajuda imediata, pois, do contrário, êsses beneméritos patriotas prazerosamente se venderão aos trustes internacionais, conforme o nosso basáltico coronel, na sua adorável candura de espírito, registra no seu estratigráfico relatório. Quem ouve o que diz ou lê o que escreve o nosso brigadeiro Diabásio de Lacerda, ou, por outra, o que o Jesus Soares Pereira e o Neiva de Figueiredo, eméritos continuadores da obra de Plínio Cantanhede, escreveram para êle ler, fica com a impressão de que vamos ter de graça o petróleo boliviano, quando os cem mil barris diários que nos comprometemos a comprar à Bolívia terão de ser pagos em dólares sonantes, dêsses cujo tilintar tão grande bem faz ao espírito cristão do Dr. Santiago Dantas, e quando, sobretudo, somos obrigados, para tê-los, a um investimento fabuloso, qual seja a construção de um gigantesco oleoduto e de um não menos faraônico gasduto de Santa Cruz de la Sierra ao pôrto de Santos! Aparentemente, Alexínio nos quer levar os dedos. Seu propósito, entretanto, é levar-nos também os anéis, em benefício dos grupos privados, cujos interêsses defende com tão suspeito ardor. Para isso, teríamos de paralisar pràticamente a "Petrobrás", forçando-a a cortar na própria carne para dar de comer ao Walter Moreira Sales e outros insignes patriotas do naipe do nosso brigadeiro Frondizi de Lacerda.

Mas aqui estamos na estacada, para defender, com tôdas as energias de que formos capazes, a grande emprêsa que é o orgulho e a menina-dos-olhos do povo brasileiro, a fim de que os trustes pelas patas de seus cavalos de aluguel não consigam fazer com ela o que conseguiram fazer na Argentina com os Yacimientos Petrolíferos Fiscales, isto é, reduzi-la a um departamento burocrático, a pretexto de "evitar desperdício de recursos" e a título de que uma organização estatal não deve dar lucro. Contra essas teorias velhacas dos trustes e seus testas-de-ferro, defendemos o ponto de vista contrário: mais recursos — de quantos dispusermos — para a "Petrobrás", cuja política, por outro lado, deve ser a de realizar lucros tanto maiores quanto lhe seja possível, a fim de que possa expandir-se e crescer mais ainda, resguardada e fortalecida na execução de seu programa por uma sólida estrutura financeira que a ponha ao abrigo de qualquer possível risco ou eventual contratempo! A "Petrobrás" acima de tudo — êsse é o lema de combate do nosso Movimento Nacionalista.

P.S.: — Chamamos a atenção dos leitores para a reportagem de Epitácio Caó, sôbre os depoimentos do coronel Alexínio, publicada na 12ª página de nossa edição de hoje. Na nossa próxima edição, Caó divulgará o depoimento do coronel Janary Nunes, e para essa sua segunda reportagem sôbre os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara chamamos igualmente a atenção dos nossos amigos.

O SEMANÁRIO

ASSINATURA

AV. PRES. VARGAS, 502, 8º — TEL. 23-3711 — RIO DE JANEIRO

Junto a esta remeto a importância de Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros) em vale postal cheque bancário registro com valor à ordem de O SEMANÁRIO S. A., correspondente a 1 ano de assinatura

NOME .....

PROFISSÃO .....

RUA .....

CIDADE ..... ESTADO .....

O GENERAL LOTT E O FUTURO DO BRASIL

HILIO DE LACERDA

Novo e traiçoeiro golpe acaba de atingir a economia nacional. Deputados da UDN, PTB, PSD e (pasme o leitor!) até da chamada "Frente Nacionalista", acabam, na Câmara, de aprovar, passivamente, com o projeto de lei do impôsto sôbre a renda, um artigo do sr. Lucas Lopes que permite *"reavaliar o ativo das emprêsas de dois em dois anos"*. Isso significa o seguinte: doravante, tôdas as companhias estrangeiras poderão valorizar seus capitais, a êles incorporando os lucros obtidos no Brasil. Passarão, assim, a *PAGAR MENOS IMPOSTOS SÔBRE A RENDA DE SEUS FABULOSOS LUCROS EXTRAORDINÁRIOS. E PODERÃO SANGRAR AINDA MAIS O PAIS EM DIVISAS, EXPORTANDO AINDA MAIS ASTRONÔMICOS LUCROS E DIVIDENDOS!*

Foi a favor dessa monstruosidade que certos "nacionalistas" da Câmara acabam de votar. Dessa forma coroou-se, completou-se, a ação antinacional da Portaria 113 da SUMOC que abriu as portas do Brasil a emprêsas do tipo da "American Can", permitindo que — beneficiadas por mil favores, regalias, privilégios e vantagens — tais emprêsas viessem aqui se instalar, em ruinosa concorrência à verdadeira indústria nacional.

Rígida, inflexível, sempre foi nossa legislação nesse setor, para efeito do impôsto sôbre a renda, para o cálculo do valor dos juros ou dividendos a exportar, para, porventura **indenizar emprêsas que o Estado decidir nacionalizar**, como "capital" sempre se considerou **ùnicamente**, o investimento inicial. Lucros a êsse capital, evidentemente, nunca se poderia incorporar. Noutras palavras: como **ativo** da emprêsa, tomava-se, sempre, o seu **CUSTO HISTÓRICO**.

Tal é o dispositivo de defesa do Brasil que o Sr. Lucas Lopes pretende, agora, aniquilar. E assim, longe de "estabilizar" a situação financeira, só irá nos arruinar, depreciar ainda mais o cruzeiro, encarecer mais ainda o custo da vida, desvalorizar o trabalho nacional o valor médio da tonelada exportada, aviltando o poder aquisitivo dos salários, ordenados e dos vencimentos do funcionalismo civil e militar. Na verdade, o seu "Plano de Estabilização Financeira" aliviará, apenas, os grupos estrangeiros de impostos para descarregar todo o pêso dos novos tributos nas magras e já tão curvadas costas de todos nós — o Povo Brasileiro. Privará o País de divisas. Espoliará, ainda mais, os lavradores que produzem com o café e demais artigos de exportação nossa receita em dólares, para permitir que companhias estrangeiras dêsses dólares se apoderem e se utilizem para doravante daqui exportar mais vultosos lucros e dividendos.

Eis o novo atentado contra a vida do Brasil, que a Câmara acaba de aprovar.

* * *

O tal "Plano de Estabilização Financeira" como se vê aumentará, apenas, a receita dos trustes, seus lucros, sua exportação de divisas. Beneficiará ainda mais os grupos estrangeiros que aí estão, já favorecidos com vantagens e privilégios **que nenhum brasileiro pode gozar**. Pois, na base da Portaria 113, da SUMOC, gozam de isenção de impostos e direitos alfendegários pelo largo período em que importarem equipamentos, peças, acessórios ou matérias primas indispensáveis ao que vão fabricar. Têm permissão ampla, liberal, pràticamente sem limites, para exportar divisas **a taxas cambiais privilegiadas**, utilizando-se, para tal fim, de diversos títulos, disfarces e expedientes: "royalties", "know how", juros dividendos, amortizações de capital etc., etc. E, o dólar, para tais transferências — o dólar que a Standard Oil, a Shell, a Atlantic, a Texas, recebem do Banco do Brasil — sabe o leitor por quanto é pago? À taxa privilegiadíssima de Cr$ 58,82. Esplêndida mamata! Enquanto isso, nós, brasileiros, temos de gemer no "câmbio livre". Pagar o dólar agora, a mais de 140 cruzeiros, ou a cinco e dez vêzes mais com os ágios que oneram certas importações fundamentais indispensáveis ao País (novas maquinarias, matérias primas básicas etc.), numa completa sufocação da verdadeira indústria nacional. Para os grupos estrangeiros, TUDO! Para o Brasil e os brasileiros, NADA!

Eis como vivemos, neste instante, no Brasil, com o Sr. Roberto Campos à frente do Banco de Desenvolvimento, o Sr. Lucas Lopes no Ministério da Fazenda e o sempre alegre Sr. Juscelino no Catete. E o gordinho-poeta Schmidt da Orquima, agora, lá em Washington, tentando, com Lucas Lopes, convencer o Departamento de Estado que é uma ingratidão inominável dos norte-americanos (e de fato, é mesmo!) negar a um govêrno assim tão "compreensivo" assim tão "amigo", a pequenina ajuda que êle está pleiteando nos Estados Unidos, na base da Operação Pan-Americana... Uma ajuda de tão poucos dólares! Apenas para poder terminar o seu mandato e, com êle, as suas "metas". Para assim revalorizar um pouco mais o seu já tão decadente prestígio popular a fim de eleger, em 1960 um "sucessor condigno" capaz de continuar essa sua obra tão magnífica de govêrno! Sim! Magnífica, sem dúvida, para a felicidade e a grandeza... das emprêsas estrangeiras no Brasil.

Os norte-americanos, no entanto, não dão a ajuda PORQUE QUEREM MAIS: **QUEREM O PETRÓLEO**. E isso, o Sr Juscelino — todo sorrisos e atenções com o Sr. Nelson Rockefeller — infelizmente não lhes pode dar... por causa das Fôrças Armadas. Por causa do General Lott. E é exatamente aí que o carro pega, que o poeta Schmidt esperneia, fala em negociar com a Rússia — como se Washington não soubesse com quem está lidando e pudesse acreditar em tal balela...

Não estamos inventando ou exagerando. Quem o proclama é a revista "O Cruzeiro", do Sr. Chateaubriand, ao reproduzir a "conversa de amigos" entre o Sr Juscelino e o visitante que pressurosamente aqui veio a seu convite, por êle e por Jânio recebido com rantas pompas e galas: o "big-boss" da Standard Oil, o Sr. Nelson Rockefeller. Quem, igualmente, o diz, é o sempre tão bem informado "Journal of Commerce", órgão de Wall Street, a 2 do corrente, na base de **informações colhidas diretamente pelo seu correspondente Louis Bley em Washington**.

Afirma, textualmente, êsse jornal, sem nenhum rodeio, com tôdas as letras, bem explicitamente que **NO SETOR DO PETRÓLEO EXISTEM ESFORÇOS DENTRO DO ATUAL GOVÊRNO DO BRASIL PARA PREPARAR O CAMINHO AS INVERSÕES ESTRANGEIRAS"** (textual). O diabo é que as Fôrças Armadas e o General Lott, em particular, assim como todo o Povo Brasileiro, não concordam com essa história. E é aí que a OPA encalha. E a missão do gordinho Schmidt, em Washington, se atrapalha.

Já o Grande Presidente Getúlio Vargas, num histórico discurso, proclamou que vários grupos estrangeiros que nos sangram em divisas entraram no país **quase sem capital** ou com **capitais mais fictícios do que reais**. Numa "reavaliação" patriótica de tais "capitais" verificaríamos que êles, de fato, não atingem, por vêzes nem a décima, a vigésima ou até, mesmo, a centésima parte do valor com que estão, hoje registrados no Banco do Brasil. Dólares, de fato, certas emprêsas não trouxeram. Instalaram-se com empréstimos de seus bancos, com o dinheiro de brasileiros depositado em tais bancos no Brasil. E importaram com isenção de impostos e tarifas aduaneiras, quase sempre apenas fábricas antigas com equipamentos velhíssimos, anacrônicos e até completamente obsoletos. Tal ferro velho é que em geral, tem sido registrado como "capital" por uma valor fenomenal, exagerado, piramidal, para, assim, "legalizar" a remessa constante, permanente, de fabulosos lucros e dividendos sugados do Brasil. Dividendos e lucros que, não raro, têm atingido, num só ano cifras mirabolantes, muito mais do que todo o valor do capital inaugural! Lucros da ordem de 500, 600, 1.000 e até 2.000 por cento ao ano! Configurou Getúlio Vargas tal sucção das energias do Brasil, dizendo que **"não são só os dólares que vêm ao Brasil produzir cruzeiros. São os nossos cruzeiros que produzem os dólares que anualmente se transferem, aos milhões, para o exterior"**.

Tal a situação que Getúlio Vargas apontou. Hoje com a recente entrada no Brasil dessas emprêsas, incrivelmente favorecidas pela portaria 113 da SUMOC, é muitas vêzes pior. Tais emprêsas **em nada** beneficiaram o País. Só nos sugam as energias. Aí estamos vendendo seus produtos no Brasil por preços astronômicos, por preços cinco, dez e, até, vinte vêzes maiores do que pagaríamos se os comprássemos no exterior (automóveis, caminhões, veículos vários, drogas medicamentos etc. etc.). Tais produtos, no Paraguai, na Bolívia, em Cuba, na Venezuela, no Panamá, em qualquer parte do mundo fora de nossas fronteiras, custam a metade. Custam, às vêzes, a quinta, a décima ou a vigésima parte do preço extorsivo porque pagamos tais produtos no Brasil. Ninguém pode, no entanto, importá-los legalmente, sem pagar ágios altíssimos e direitos alfandegários monstruosos. Da o contrabando imperar, à margem de tais privilégios incríveis. Dessa maneira é que se tem garantido a firmas estrangeiras um **verdadeiro monopólio odioso e já intolerável**, em benefício dos lucros fantásticos dessas falsas indústrias nacionais".. dos trustes, que aí estão impunemente, protegidas de mil modos pelo próprio govêrno realizando um verdadeiro saque do País, em fabulosos negócios da China, talvez sem precedentes em tôda a história do planêta.

Para mais beneficiar tais negócios da China e assim, facilitar a missão do Schmidt em Washington é que, no projeto de lei do impôsto sôbre a renda o Sr. Lucas Lopes introduziu o tal artigo permitindo a emprêsas estrangeiras "reavaliar" seus capitais, para pagar menos impostos sôbre lucros extraordinários e remeter mais lucros para o exterior.

Tal é, na verdade a essência, o cerne, a medula do tão decantado "Plano de Estabilização Financeira" em cuja aprovação o Govêrno tanto se empenhou, no âmbito de sua "Operação Pan-Americana" chegando a intimar os partidos situacionistas a aprová-los, na Câmara, sem discussão e estabelecendo, para tal fim, o acôrdo parlamentar que firmou com a UDN. Êsse plano esmagará o Brasil com impostos. Irá exaurir ainda mais o País em divisas. Irá encarecer ainda mais o custo da vida. E irá, apenas, beneficiar grupos estrangeiros. Resta saber por quanto tempo poderá, ainda, o País suportar sem gritos de dor e inevitáveis protestos de indignação patriótica a exaustão dessa sangria progressiva, que, dia a dia já vai levando o povo ao desespêro, aos quebra-quebras, com ameaças ao Poder Legislativo em Pernambuco e em Fortaleza, militares já se juntando ao povo em Recife, para protestar contra parlamentares que aviltam e corrompem o regime em que vivemos. Já começam, de fato, o povo inteiro e os militares a perceber que a corrupção que nos desgraça é um verdadeiro câncer que se precisa, sem mais demora, extirpar até à raiz, numa profunda limpeza de tôda nossa vida pública, para salvar, **enquanto é tempo**, o nosso petróleo e, com êle, o Brasil. E para isso, não bastará, certamente, eleger apenas, em 1960 um novo presidente do tipo do Sr. Juscelino, civil ou fardado, apoiado e cercado pelas mesmas fôrças políticas e grupos da corrupção que aí estão... Não bastará tampouco, um novo govêrno tipo Dutra, com a UDN e o PSD dominando o País através do acôrdo interpartidário para conceder empréstimos à Light, ou unindo-se, como agora, na Câmara, para aprovar leis favoráveis a trustes.

É claro que, dessa forma — mesmo se chegarmos às eleições de 1960, e o presidente eleito fôr um homem de bem como o Gen Lott, patriòticamente disposto, como todos sabem, a defender o petróleo, mesmo assim o câncer da corrupção não terá sido, nem poderá ser, de todo, extirpado. Infiltrado como está em tantos setores da administração, e até no seio dos partidos, êle continuará, como agora, como no govêrno Dutra, como no govêrno de Getúlio Vargas, a envenenar, a exaurir, a arruinar tôda a vida nacional.

Como, então, libertar o Brasil dessa tão calamitosa e deprimente situação? Como conseguir um govêrno de um **NOVO TIPO** constituído por homens animados da maior firmeza e intransigência patriótica, capazes de agir como Floriano Peixoto, dispostos até, se necessário, a reagir **"A BALA"** a qualquer intromissão indébita de grupos estrangeiros em nossa vida nacional, para reafirmar, como Nasser no Egito, as nossas prerrogativas de Nação ainda independente e soberana?

A pequenina Indonésia, tão grande em sua altivez patriótica, encontrou em seus filhos decisão e coragem para afirmar-se independente e libertar-se de tôdas as tutelas estrangeiras. É um exemplo a admirar e a seguir. Acaba o seu Parlamento de NACIONALIZAR, **SEM EXCEÇÃO**, TÔDAS AS EMPRÊSAS ESTRANGEIRAS, para, assim, afirmar o direito de seu povo viver uma vida melhor, mais digna e confortável, uma vida autônoma, independente e soberana. Por que o Brasil, tão grande e tão forte, não poderá seguir tão dignificante exemplo da pequenina e corajosa Indonésia?

Os patriotas precisam, o quanto antes, se organizar. Precisam se unir. Buscar os homens de bem que, felizmente, existem, neste País, sobretudo nas Fôrças Armadas, ainda imunes à corrupção para com êles constituir um NOVO E GRANDE MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO NACIONAL. Só assim poderemos ter um govêrno de um NOVO TIPO que nos faça reviver com orgulho a era gloriosa de Floriano Peixoto, a era do patriotismo firme e inflexível do Grande e Imortal Marechal de Ferro. Para que assim se inaugure, no Brasil, uma nova fase em que todo o País possa sentir que temos nas veias o mesmo sangue de nossos antepassados, que souberam lutar pelo Brasil contra o domínio holandês que na Guanabara repeliram a invasão da pirataria francesa. Pois, nosso dever é, agora, repelir, também, com a mesma decisão e coragem, o assalto atual de moderna pirataria internacional dos trustes.

Que alguém capaz assuma a chefia dêsse grande movimento de redenção nacional. Logo terá atrás de si o País inteiro. O General Lott está em condições de se sagrar na História como um novo Floriano. Dêle depende, em grande parte neste instante, a desgraça futura ou o advento de melhores dias para o nosso País.

Que Deus o inspire! Que Deus o ajude a encontrar o verdadeiro caminho do Dever para com a Pátria a que jurou servir — nesta hora decisiva para os destinos do Brasil.

BOM NATAL, BRASILEIROS!

Jesus não veio ao mundo para servir aos ricos e poderosos, mas para lutar pelos pobres e oprimidos. Filho de carpinteiro, nasceu numa estrebaria e tôda a sua vida foi uma lição de inconformismo, uma batalha de tôdas as horas contra a soberba, a pompa, e a intolerância dos que hipòcritamente traziam na bôca o nome de Deus e o ódio no coração, os sepulcros caiados de branco, a raça de víboras como Êle os chamava. Seus discípulos, não foi buscá-los entre os doutores e fariseus, mas entre humildes e rudes pescadores, e a língua em que pregou não foi o hebraico elegante dos sacerdotes cobertos de púrpura e sêda, mas o tosco aramaico do povo iletrado e andrajoso. Sua missão também não foi a de "ajudar os tesouros da terra, onde a traça e a ferrugem tudo consomem, e onde os ladrões minam e roubam", mas de ajuntar "os tesouros do céu, onde nem a traça nem a ferrugem consomem e onde os ladrões não minam nem roubam". Seus anatemas eram terríveis: "Na cadeira de Moisés estão sentados os escribas e fariseus. Observai e praticai o que vos disserem, mas não procedais de conformidade com as suas obras, porque dizem e não praticam pois atam fardos pesados e difíceis de suportar e os põem nos ombros dos homens; êles, porém, nem com o dedo querem movê-los; e fazem tôdas as obras a fim de serem vistos pelos homens, pois trazem largas filacterias e alargam as franjas dos seus vestidos, e amam os primeiros lugares nas ceias e as primeiras cadeiras nas sinagogas, e as saudações nas praças, e o serem chamados pelos homens — Rabi, Rabi. Vós, porém, não queirais ser chamados Rabi, porque um só é o vosso Mestre, a saber, o Cristo e todos vós sois irmãos. A ninguém na terra chameis pai porque um só é o vosso Pai, o qual está nos céus. Nem vos chameis mestres, porque um só é o vosso Mestre, que é o Cristo".

A sua doutrina era a da pura Caridade, do Amor, do Perdão, da Compreensão, da Tolerância: "Amai a vossos inimigos, bendizei os que vos maldizem, fazei bem aos que vos odeiam e orai pelos que vos maltratam e vos perseguem, para que sejais filhos do vosso Pai que está nos céus, porque faz que o seu sol se levante sobre maus e bons, e a chuva desça sôbre justos e injustos".

Daí a universalidade de sua influência espiritual: os místicos hindus por exemplo, o incluem entre os grandes avatares, e um dos maiores dos últimos tempos, Ramakrishna, dizia que "se inclinava profundamente a seus pés". Não foi por acaso que os seus primeiros fiéis se recrutaram, não entre a classe dirigente da época, mas entre os escravos que lutavam, como Êle havia lutado, pela libertação do homem dos vícios e torpezas de uma ordem social, baseada na opressão.

A atualidade do Cristo é tanto mais notável quando vemos, hoje, se cometerem em seu nome tremendas injustiças e os maiores ultrajes à pessôa humana, e os tesouros dos ceus serem mercadejados em troca dos tesouros da terra, e, na tradição, que Êle nos veio "para derrogar, mas para cumprir", a letra mata o espírito.

Sábios pedantes se esforçam por negar a sua historicidade, embora reconhecendo contraditòriamente, a de Paulo, que conviveu com alguns de seus discípulos, como Pedro e João. Mas a nós que importa a estreitesa mental dessa falsa ciência, que nega nos frutos a árvore que lhes deu vida? Jesus foi, é e será sempre para nós o Mestre que nos ensinou a verdadeira Caridade em suas parábolas, ditas ora com a língua do mel, quando se tratava de defender os deserdados e explorados ora ditas com a língua do fôgo, quando se tratava de fulminar a maldade das "plantas que meu Pai não plantou, e por isso serão arrancadas" — os fariseus.

Como Cristo contra êstes, lutamos nós contra os nossos opressores, raça de víboras que em nada fica a dever à que Êle fustigava com o látego de seu imenso amor pela humanidade sofredora. Lutamos para que haja Igualdade e Justiça, e para que não haja Fome nem Miséria. Lutamos para que o homem não seja o lobo do homem e as discriminações de tôda espécie — sociais, políticas, econômicas raciais — desapareçam da face da terra, e os povos se tornem de fato livres e reine a fraternidade entre êles.

E' sob a inspiração dêsse pensamento que O SEMANÁRIO celebra, com seus leitores, o Natal de 58, pedindo para cada um de nós as bênçãos do Mestre dos Mestres a fim de que não nos falte ânimo nem fortaleza para prosseguirmos nesse bom combate. Idealistas, no exato sentido dessa expressão, estamos sinceramente convencidos de que aos fatores de ordem material sobrelevam os de ordem moral e espiritual e daí a fé ardente — a fé que derruba montanhas — que temos na vitória de nossa causa. Não nos batemos por um Brasil rico e próspero para que nos transformemos, mais tarde, numa nação de mercadores e onzenários, dominada pela obsessão do Lucro e do Dinheiro, numa nação sem alma. Batemo-nos por um Brasil materialmente estável, capaz de garantir a todos os seus filhos sem exceção de um só condições condignas de existência mas também espiritualmente engrandecido pelas altas e generosas preocupações, do aperfeiçoamento moral. Foi essa, aliás, a fecunda lição que Jesus nos legou: o homem não se liberta do fardo da existência senão quando se limpa das próprias iniquidades, adquirindo consciência de si mesmo e de sua missão.

Neste Natal de 58 dirigimos um caloroso apêlo ao povo brasileiro para que se una mais ainda na defesa de seus ideais e aspirações. Aspero e duro é o caminho a percorrer, sabemos todos. Mas todos sabemos também que temos um dever a cumprir com a nossa Pátria, que não é apenas o nosso lar como também a herança que deixaremos aos nossos filhos. Não nos assustem nem entibiem os sacrifícios que tenhamos de fazer. Essa é a cruz de nossa geração dôce e leve cruz, no entanto comparada ao sofrimento que por nós padeceu o compassivo Nazareno cujo Natal comemoramos. A êle elevemos, na noite de glória do seu nascimento numa pobre estrebaria de Belém os nossos corações cheios de esperança, que não morre, e de fé, que não se extingue.

Bom Natal, feliz Ano Novo, leitores d'O SEMANÁRIO! Bom Natal, feliz Ano Novo, brasileiros de tôdas as classes e quadrantes do país!

Não contribua para enriquecer cada vez mais os capitais estrangeiros que querem sufocar a Indústria Nacional.

Compre sempre artigos nacionais e estará cooperando para o engrandecimento do Brasil.

AS CONTRADIÇÕES DO SR. RENATO FEIO

A comparação de todos os seus pronunciamentos públicos nos últimos meses evidencia o empenho de impedir o esclarecimento de questões vitais para os destinos do sistema ferroviário nacional

ADALBERTO TELLES

PROBLEMAS NACIONAIS — Direção do Núcleo de Estudos Brasileiros (NEBRÁS)

No Brasil, a inauguração do primeiro trecho ferroviário ocorreu em 1854 e daí por diante a rêde férrea do país evoluiu consideràvelmente. Todavia, as 41 estradas que constituem essa rêde tinham administração distintas, carecendo de pessoal com um certo nível técnico e de métodos operacionais eficientes.

Em virtude dos problemas de transportes suscitados pelo crescimento econômico do país foi amadurecendo uma solução para essa questão. E, finalmente, chegou-se à conclusão de que se tornava urgente a adoção de certas medidas, tais como: a separação entre o órgão que traça a política ferroviária e a direção das estradas, que aplicariam essa política; a simplificação da estrutura do sistema ferroviário pela criação de rêdes regionais, a fim de reduzir as despesas de custeio, promover a interligação dos sistemas e facilitar a padronização e o intercâmbio de equipamentos; etc.

Foram, portanto, êstes fatos que levaram o Estado à constituição de uma sociedade "holding", sob o nome de "Rêde Ferroviária Federal S. A.". Todavia, passado menos de um ano de funcionamento deste "holding" começaram a aparecer deficiências no seu funcionamento, deficiências que não eram provenientes da existência do próprio "holding" mas de um homem, o eng. Renato de Azevedo Feio.

Os problemas criados por êste homem não feriam sòmente a própria lei que criou a Rêde Ferroviária Federal S. A. — por exemplo, a centralização do poder de decisão em suas mãos quando êste deveria caber a um Colegiado — mas também à economia nacional — por exemplo, o pesado ônus que a sua política de compras impõe ao balanço de pagamentos do país.

Para pôr côbro a essas irregularidades e permitir que o "holding" cumpra o seu papel no desenvolvimento econômico da Nação, foi criada na Câmara dos Deputados uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que funcionou durante um ano. Acreditamos que as conclusões a que chegou essa Comissão, notadamente com o "voto em separado" do deputado Carvalho Sobrinho, são de molde a permitir ao Govêrno a correção de todos os êrros e falhas da administração da Rêde Ferroviária Federal S. A.

Todavia, o NEBRAS, que contribui, em parte, para o feliz coroamento dêstes trabalhos, suscitando de público vários aspectos da questão, no ensejo do encerramento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, deseja mostrar um outro ângulo da personalidade do atual Presidente da Rêde, que consiste no modo como o sr. Renato Feio procurou tumultuar em seus depoimentos o conhecimento dos diversos temas em debate.

No último depoimento prestado perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, publicado no "Diário do Congresso" (20-11-58) e no vespertino "O Globo", desta capital (21-11-58) diz o Presidente da Rêde na parte introdutiva:

"Compulsando-se e analisando-se serenamente tôdas as minhas manifestações verbais ou escritas, de técnico e antigo administrador de ferrovias brasileiras, através do primeiro depoimento aqui prestado, mediante as cartas de 14 de abril e 7 de junho dêste ano, dirigidas à CACEX e ainda, por meio de exposições encaminhadas às autoridades públicas e à imprensa, verificar-se-á que sempre me mantive rigorosamente adstrito ao esclarecimento dos meus atos de profissional ferroviário, com a exclusiva intenção de demonstrar a quem quiser ver, a lisura dos meus propósitos na sustentação dos meus pontos de vista".

Portanto, a sugestão de estabelecer um paralelo entre êsses diversos documentos, parte do próprio Presidente da Rêde Ferroviária Federal. Façamo-lo, pois, para deixar estabelecido de uma vez por tôdas se seu empenho é efetivamente deixar certos assuntos plenamente esclarecidos.

IMPORTAÇÃO DE VAGÕES DESMONTADOS

Histórico: A Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, na época administrada pelo engenheiro Renato de Azevedo Feio, foi autorizada a adquirir vagões nos EE. UU., por recomendação da Comissão Mista Brasil Estados Unidos. A quantidade dêsses vagões foi fixada em 900. A autorização é do ano de 1953 (exposição de motivos do Ministro da Fazenda ao Presidente da República, processo n.º 86-732-53 N. .... 1.345GM). A matéria foi objeto de Requerimento de Informações na Câmara dos Deputados em 18 de abril de 1955, quando se presumia já ter sido efetuada a compra de 900 vagões. (Requerimento n.º 258, de 1955, de autoria do deputado Carvalho Sobrinho PSP — São Paulo, publicado no "Diário do Congresso Nacional" (Seção I), de 27 de abril de 1955, págs. 1959-1960). Esclareça-se ainda que à época em que a Comissão Mista recomendou a aquisição de certo número de vagões no exterior, não existia registro do similar nacional. Esse registro foi efetuado em 8 de dezembro de 1954, sob o n.º 36-S.C. 280.816-54 e abrange não apenas o vagão completo mas também seus componentes principais, não havendo qualquer restrição quanto ao aço empregado. Ocorre que, posteriormente, teve-se notícia de que a Santos a Jundiaí continuava importando vagões desmontados. Não obstante, somente a partir de dezembro de 1957 poude ser feito o flagrante do desembarque dêsse material. Documentou-se com fotografias a carga chegada a Santos pelos seguintes navios:

Lóide Equador, 10-1-58: montados e vigas para a fabricação de vagões — eixos;

Lóide Haiti, 28-2-58: peças diversas, inclusive volantes de frêio e molas;

Lóide Chile, 6-2-58: chapas para a montagem de vagões;

Lóide Haiti, viagem de dezembro de 1957: Lote de eixos e vigas — Rodas e chapas;

Lóide Venezuela 29-1-58: Lote de Rodas.

Tais são os fatos. Vejamos, agora, como através de sucessivos pronunciamentos públicos vem o sr. Renato Feio procurando tumultuar o assunto e evitar que se chegue a fixar o número exato da quantidade de vagões que importou de modo irregular, e que representam "dumping" e concorrência-desleal à indústria brasileira, já que o material importado goza de favores cambiais e aduaneiros proibidos de vagões de manufatura corrente no país.

ADMITE QUE A SANTOS A JUNDIAÍ MONTA VAGÕES

Na reunião de 7 de maio do corrente ano, depondo perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, o sr. Renato Feio admitia o seguinte:

"A Santos a Jundiaí tem hoje a situação rara de ter uma área de oficinas e galpões disponíveis muito acima de suas necessidades atuais. Para utilizar a mão-de-obra que se tornou desnecessária na reparação de locomotivas a vapor e de carros de passageiros, a Estrada está montando vagões empregando materiais importados, na sua maioria desde 1954, porque êsses vagões são feitos de aço de liga que não é produzido no Brasil".

("Diário do Congresso" (Seção I) de 9 de outubro de 1958, pág. 5.737).

No mesmo mês (maio de 1958), o sr. Renato Feio continuava admitindo a fabricação de vagões pela Santos a Jundiaí, com material importado, dando a seguinte "explicação" para essa burla ao registro de similar:

'Quanto à importação de peças e materiais que, segundo os informantes da Federação das Indústrias, poderiam ser produzidos pela indústria nacional, o que ocorre é o seguinte: visando reduzir ao mínimo, não só o pêso morto como as despesas de conservação de seus vagões, as quais representam um dos mais importantes itens no orçamento de custeio de qualquer estrada, decidiu a Santos a Jundiaí empregar aço de liga "Corten" em todos os vagões que vem adquirindo desde 1954".

A isto, aduz adiante:

"Havendo necessidade, por razões de padronização e economia, de serem tais peças iguais às usadas no primeiro lote de vagões recebidos, precisando elas ser fabricadas de aço que não é produzido no Brasil e não havendo ainda, entre nós, prensas capazes de estampar as peças inteiriças de modo a assegurar a necessária resistência e permutabilidade, foram as mesmas importadas depois de acurado exame das razões apresentadas pela Santos a Jundiaí".

(carta ao diretor da CACEX "Diário Carioca", 18 de maio de 1958).

EXPLICAÇÃO "NOVA" PARA UM FATO VELHO

Posteriormente, com a chegada em começos de agôsto de novo lote de peças para a montagem de vagões pela Santos a Jundiaí, embarcadas no navio "Lóide Guatemala" pela "Pullman Car Co.", fabricante americano de material ferroviário, o sr. Renato Feio passou a empregar amplamente a tática da confusão.

Eis o teor do seu primeiro desmentido, publicado no "Jornal do Comércio" de 14 de agôsto de 1958:

"O Engenheiro Renato Feio, presidente da Rêde Ferroviária Federal S.A., desmentiu, ontem, que a organização esteja importando carros fabricados no estrangeiro, acrescentando que a importação se refere apenas a locomotivas diesel-elétricas fabricadas nos Estados Unidos". Depois de várias considerações a nota conclui: "Acentuou, por último, o Engenheiro Feio, que a notícia sôbre o desembarque de 300 carros estrangeiros no pôrto de Santos deve correr por conta de possível equívoco. Os vagões que se encontram naquele pôrto foram fabricados por uma emprêsa nacional e se destinam a estradas do Norte do país".

ADMITE A IMPORTAÇÃO MAS EVITA FALAR EM VAGÕES

Decorridos alguns dias o sr. Renato Feio mudou de tom e comparece ao mesmo jornal para dizer:

"O material recentemente chegado a Santos foi regularmente licenciado, tratando-se de chapas prensadas de aço "Corten" de alta resistência à corrosão ainda não fabricado no Brasil. Destina-se a completar conjuntos importados em 1955 que estão sendo montados por operários da própria Santos a Jundiaí"... (Jornal do Comércio" de 24 de agôsto de 1958).

Note-se que, nessa altura, o engenheiro Renato Feio foge da palavra **vagão** como o Diabo da cruz. Prefere empregar o têrmo: **conjuntos**. Como nós já tivemos ocasião de perguntar: Seriam conjuntos residenciais? Por outro lado, é estranhável que êsse material "para completar conjuntos" só tenha chegado três anos depois. Não obstante, sua evolução prosseguirá. No pronunciamento seguinte (carta de 23 de setembro, enviada à Comissão da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria) refere-se pela primeira vez ao número dêsses vagões importados clandestinamente. Mas o faz nos seguintes têrmos:

APARECE O PRIMEIRO NÚMERO: 600

"Não houve de maneira alguma, desde 1955 importação de vagões desmontados. Importaram-se, apenas, como matéria prima para fabricação de vagões de aço "Corten" ou equivalente ainda não produzido no país e partes de vagões constituídas de chapas prensadas dêsses aços, cuja prensagem também não pode ser confeccionada no Brasil".

Adiante acrescenta: "A êsse material de importação, foi incorporada apreciável quantidade de matéria-prima de procedência nacional para completar o necessário à construção de 600 vagões, confiada às oficinas da Estrada de Ferro Santos a Judiaí"...

DESAPARECE A REFERÊNCIA A 600 VAGÕES

Na ignorância de que a CNTI divulgaria o texto da mencionada carta, o sr. Renato Feio, no novo depoimento prestado à Comissão de Inqérito no dia 20 de novembro, faz desaparecer êsse número de 600 vagões, fornecendo à Comissão um oturo bem inferior, duzentos, como se pode ver dos seguintes trechos:

"A incriminada importação de vagões desmontados para aquela Estrada decorreu das recomendações feitas pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos"...

"Em consequência, a Central do Brasil importou 525 vagões, a Companhia Paulista 405 e a Santos a Jundiaí, 900".

Mais adiante, no mesmo tópico:

"Embora a programação tenha sido para 900 vagões, o aproveitamento do saldo dêste empréstimo permitiu a aquisição de parte dos materiais indispensáveis para prosseguir na modernização do material rodante daquela efrrovia federal, inclusive cabeceiras e chapas de cobertas prensadas, de aço Corten, de modo a totalizar os 1.100 vagões, 900 dos quais completos, de que tratou a licença regularmente concedida pela CACEX".

("O Globo" 21 de novembro de 1958. "Diário do Congresso" (Seção I)".

VOLTA A FALAR EM 600 VAGÕES

Temos, assim, que a confissão de que a Santos a Jundiaí importara não 900 mas 1.500 vagões, isto é, 600 a mais do que estava autorizada, teve existência efêmera. O número do excedente reduziu-se a 200. Mas, eis que decorridos dois ou três dias, a CNTI faz entrega ao Presidente da República de um memorial no qual se faz referência à carta do engenheiro Renato Feio, acrescentando-se que a mesma constava de copioso "dossier" anexado ao memorial.

Essa notícia foi amplamente divulgada nos jornais desta Capital. Tanto bastou para que o sr. Renato Feio, como primeiro ato no seu comparecimento seguinte à Comissão (reunião de 26-11), fizesse a leitura de uma resposta à CNTI, na qual restabelece o número de 600, como se pode ver do seguinte trecho desse documento:

'A importação de material para vagões que, agora, está sendo considerada como fator de desemprêgo de operários na indústria ferroviária, não pode jamais ter êsse significado porque o total de aço especial e partes importadas daria para construir, no máximo, 600 vagões dependente de vultosas compras de materiais nacionais com uma produção anual de 100 a 120 vagões em 4 a 5 anos, coincidindo com o período em que as fábricas estavam com grandes encomendas relativas ao Programa de Metas".

("Diário do Congresso" (Seção I) 2-12-58, pág. 7.750, reunião de 26-11-58).

AFINAL A CONFISSÃO!

Pouco mais adiante, nesse mesmo tópico faz uma confissão significativa nos seguintes têrmos:

"... o cartel das fábricas de vagões fica imensamente contrariado quando se lhe tira uma fração de encomendas por ínfima que seja". (ibdem).

Vemos assim que o sr. Renato Feio vem há vários anos promovendo a importação irregular de vagões desmontados, recorrendo aos processos os mais condenáveis. Pois bem, em todo um ano de atividade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito não se conseguiu sequer estabelecer o seguinte: qual a quantidade exata de vagões assim importados pela Santos a Jundiaí? Isto para não falarmos de outros aspectos: quanto teriam custado à Nação essas importações? A conta de que verbas consegue a Santos a Jundiaí comprar de ofrma ininterrupta, anos a fio, partes de vagões desmontados nos EE. UU.? Depois de montados, qual o destino que se dá a essas unidades?

Já se vê que da comparação dos diversos pronunciamentos do sr. Renato Feio, por êle mesmo sugerida, não se conclui como pretende "a exclusiva intenção de demonstrar ... a lisura de meus propósitos"... Evidentemente há uma intenção e um propósito; tumultuar bastante o assunto e evitar que se faça luz sôbre qualquer dos aspectos de sua conduta condenável.

Essa simples comparação dos vários pronunciamentos do sr. Renato Feio invalida também a tese sustentada pelo sr. José Pedroso, relator da Comissão de Inquérito, quando diz que êsse e outros assuntos não se enquadram no espírito da Resolução n.º 120 que estabeleceu as normas para a realização do Inquérito. A alegação não resiste à menor análise se atentarmos para o seguinte:

A resolução 120 em seu art. 2.º estabeleceu que a Comissão devia realizar um exame completo da constituição da Rêde e de sua atuação até a presente data, com vistas à fiscalizar o cumprimeito da lei 3.115. Ora, as importações de vagões levadas ao conhecimento da Comissão são tôdas posteriores à Criação da Rêde. Esta começou a ter existência definitiva a partir de 30-9-57 e as importações clandestinas de vagões denunciadas referem-se tôdas a período posterior, isto é, a partir de dezembro do ano passado. Assim, a Rêde é responsável, mormente quando a operação continua sendo realizada por Estrada anteriormente dirigida pelo sr. Renato Feio e em proseguimento a uma política que êste estabeleceu. Além disto, o art. 23 da Lei 3.115 estabelece taxativamente que a Rêde poderá importar gozando de favores aduaneiros e cambiais "respeitadas as disposições legais relativas à existência de similar

(Conclui na pag. 5)

UM NOVO HÉLIO JAGUARIBE

No seu mais recente lançamento editorial o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) publicou o livro do Sr. Hélio Jaguaribe, "O Nacionalismo na Atualidade Brasileira", trabalho que pelo seu caráter confuso e diversionista, reflete, quando muito, a mais recente posição do autor diante do Brasil de nossos dias, nunca a do momento nacionalista que o Sr. Hélio Jaguaribe demonstra não compreender.

Diante da celeuma provocada e da posição de repulsa assumida pela UNE, nós, do NEBRAS solidarizando-nos com nossos colegas, resolvemos manifestar-nos a respeito do assunto.

Nossos comentários não abrangerão a parte prática do livro, ou melhor aquela em que o autor, ao discutir problemas concretos, entre êles o do petróleo, finaliza por defender a revisão da política petrolífera admitindo sob certas condições a "colaboração" do capital estrangeiro. O absurdo dessas teses é por demais evidente para que percamos nosso tempo a demonstrá-lo. Essa é uma tarefa superada pelas discussões diárias e estafantes que os nacionalistas sustentaram na fase de elaboração e aprovação pelo Congresso da Lei 2.004, institucionalizadora da atual política brasileira de petróleo. São teses que, atualmente, caem por si e qualquer tentativa de reacender assunto superado de nada servirá. Diante dêsses indivíduos — e são cada vez menos — e de suas teses colaboracionistas um "não" sonoro acompanhado do desprêzo coletivo é a melhor política a seguir.

Nesse trabalho, portanto, procuraremos examinar a posição teórica do autor, exposta na primeira parte do livro, até a página 99, quando se inicia, então, a segunda parte, referente aos problemas concretos.

A estruturação teórica sôbre a qual se assenta a concepção do Sr. Jaguaribe revela o trânsito do autor para a direita, uma espécie de pró-fascismo modêlo 58, além de contradições flagrantes e um anticientificismo que se evidencia em muitas partes do trabalho. Vejamos, em detalhe, as principais teses do autor e seus mais grosseiros equívocos teóricos.

A TOPICIDADE DO NACIONALISMO

Para o Sr. Hélio Jaguaribe o nacionalismo brasileiro é um fenômeno "tópico". Que vem a ser isso afinal? Por topicidade do nacionalismo brasileiro entende o autor sua descaracterização como fenômeno coletivo integrado, isto é sua ausência de base, de programa, sua carência ideológica, o que o conduz, como movimento, a confundir-se com certas manifestações específicas em detrimento de outras; a "localizar-se" em certos temas, omitindo outros; a emocionalizar-se, a tornar-se irracional e ilógico. Para o autor o nacionalismo brasileiro é um fenômeno negativista pois se resume em negar certas políticas substituindo-as por outras, sempre consulta, sempre problematizando caso por caso, sempre específico e não genérico. Nesse sentido diz o autor à página 12 "o fato de que o nacionalismo brasileiro se caracterize mais como a negação de certas políticas do que como a afirmação de outras o leva a confundir-se com reivindicações específicas e o reduz a um plano essencialmente tópico. O nacionalismo é contra a exploração do petróleo e dos minerais atômicos brasileiros por grupos estrangeiros e se manifesta, predominantemente, favorável ao monopólio estatal para a exploração daqueles recursos naturais. Essa mesma radicalidade todavia, não se apresenta em relação a outras matérias-primas ou atividades. E o que é mais paradoxal, não conduz a uma política exterior correspondente. Nota-se, também, nesse terreno, acentuada perplexidade de parte das correntes nacionalistas".

Nesse trecho vemos uma das teses centrais do livro, essa da topicidade, e que vai orientar as páginas futuras especialmente a concepção da segunda parte quando o autor diz que "essa topicidade da teoria e da prática do nacionalismo o dispersa entre vários setores e **temas preferenciais** (o grifo é nosso), tornando-se impossível, dentro dos limites dêsse estudo, proceder a análise de cada um dêles". Por isso, porque o nacionalismo é concebido pelo autor como um mosaico desconexo de atitudes carregadas de emocionalismo vazio e que se concentra, sem motivos lógicos, em alguns "temas preferenciais", é que se torna impossível estudá-lo como um fenômeno integrado e total, razão por que o autor seleciona arbitràriamente três temas, o do petróleo, dos capitais estrangeiros e da política exterior, para discutilos e estudá-los em separado. Para o autor não existe uma plataforma ideológica orientadora da linha nacionalista e que faria surgir uma espécie de denominador comum onde os nacionalistas poderiam fàcilmente se identificar.

CARÁTER ANTICIENTÍFICO

Para êle o fenômeno é "tópico" encerrando, em síntese, uma cristalização de emoções coletivas em tôrno de "temas preferenciais", onde se omite, por exemplo, a questão das outras matérias-primas ou atividades "e o que é mais paradoxal, não conduz a uma política exterior correspondente" (pág. 12). Aqui se revela o caráter anticientífico e contraditório do Sr. Hélio Jaguaribe. Admite que os nacionalistas não tenham "uma política exterior correspondente" e embora admitindo êsse fato — apenas alegado e não provado, vício anticientífico — considera que a política exterior é um dos "temas preferenciais" do nacionalismo tanto que o estuda na segunda parte, a dos problemas concretos. Melhor seria dizer que os nacionalistas são minoritários no govêrno e não conseguiram, **ainda**, impor seus pontos de vista. Ao invés disso, baralha o autor as cartas e declara que os nacionalistas não se conduzem por uma política exterior correspondente. Mais ainda, afirma o autor pouco adiante, que correntes nacionalistas para se distinguirem do Partido Comunista desenvolveram, no plano internacional, uma atitude "marcadamente colaboracionista, senão mesmo satelizante em relação aos Estados Unidos" (pág. 13).

Diante disso cabe a nós indagar: a quem pretende o Sr. Hélio Jaguaribe iludir? Qual o nacionalista que se conduz em atitude "colaboracionista e mesmo satelizante em relação aos Estados Unidos"? Trata-se de uma afirmação gratuita, sem prova alguma que a corrobore, o que atenta contra o pretenso caráter sério do trabalho, apresentado ao consumo da inteligência nacional como a caracterização autêntica do nacionalismo brasileiro. O livro está cheio dessas afirmações levianas, afirmações discutíveis, apresentadas com a certeza da proclamação axiomática de uma verdade indemonstrável. E' serenamente, é olimpicamente que o autor nas páginas do trabalho comentado afirma meias verdades, deturpa fatos quando não falsifica simplesmente a apresentação dos acontecimentos.

Para o autor tal categoria de assertiva é válida pois sua grande preocupação é escamotear o caráter antiimperialista do nacionalismo contemporâneo, especialmente dos brasileiros, objeto de suas preocupações. Esvaziando o sentido profundo da luta pelo desenvolvimento econômico-social do Brasil, e das classes, dos grupos e dos interêsses que a êle se opõem, externa e internamente, pretendo o Sr. Hélio Jaguaribe que o nacionalismo brasileiro seja tópico, confuso, desorientado, chegando até a se manifestar como satelizante em relação aos EE.UU. Maior perplexidade diante do momento nacional brasileiro não poderia pretender, mas quando comparamos essas afirmações atuais com os pronunciamentos feitos pelo mesmo Hélio Jaguaribe quando escrevia para a revista "Cadernos de Nossos Tempos", publicação do IBESP, somos forçados a concluir que a repentina obnublação intelectual do antes lúcido, claro e incisivo autor de cinco anos atrás possui condicionamentos ideológicos evidentes.

O antigo profissional liberal independente em relação a grupos econômicos estrangeiros não é o mesmo diretor da Ferrostal, grupo germano-americano recém-instalado no Brasil. O Sr. Hélio Jaguaribe possui outra base existencial e suas teorias acompanharam seus interêsses, simètricamente. Para o prósnero industrial de agora, sublinhar o caráter antiimperialista que cimenta, organiza, impulsiona e caracteriza o nacionalismo contemporâneo nas áreas periféricas é apontar um punhal contra o próprio peito. Sua tarefa portanto é de desviar o verdadeiro sentido do fenômeno como se isso fôsse possível. Aí reside o caráter neofacista da estruturação mental do Sr. Jaguaribe.

O NEOFACISMO

Um movimento profundo, que emerge dos quadros da História, concretamente situado, como o movimento nacionalista dos povos subdesenvolvidos ou periféricos não está sujeito a contrôles de falsos líderes. Êle se controla a si mesmo, é autocorretivo e o "iluminista" que pense em canalizar o movimento através de um quadro de idéias arbitràriamente construído, desmoraliza-se, desgasta-se e, mais tarde ou mais cedo, expõe-se aos olhos indiferentes do povo, como mais um "quisling" dentre tantos outros. Só quando as formulações são exatas por corresponderem ao sentimento profundo das massas é que despertam o entusiasmo e o reconhecimento da liderança de fato. Mas êsse sentimento, plasmando tôda uma atitude diante da vida, não é coisa amorfa que qualquer um "trabalha" como bem entenda. E' fruto de uma existência concreta, objetivamente configurada de um povo "em situação". O trabalho do intelectual reserva-se em interpretar e não em criar. Interpretar a razão profunda que dirige e condiciona os fatos. Na medida em que acerta é reconhecido e aceito, quando se equivoca é repelido. O processo é autocorretivo; quase poderemos dizer que dirige-se a si mesmo pois a teoria inexata é expulsa de imediato enquanto o movimento fervilha e se engrandece, aguardando àquela teoria em que se reconheça com autenticidade. O equívoco do iluminismo do Sr. Jaguaribe é acreditar na passividade e desorientação das massas; crer que depois de conseguido um determinado estereotipo — no caso o de nacionalista — pode expor idéias contrárias à essência do movimento com os mesmos aplausos e o mesmo séquito de outrora. Puro engano. No fundo uma atitude fascista de crença no poder absoluto e configurador das elites. Coisa obsoleta e lastimável. O povo os repele a curto ou a longo prazo e, de repente, êles se encontram no deserto a falar para platéias ausentes.

Justamente por esvaziar do nacionalismo brasileiro o seu caráter antiimperialista, pois nas atuais condições históricas o desenvolvimento econômico-social do Brasil só pode ser feito vencendo a luta contra as fôrças que a êle se opõem, é que o Sr. Jaguaribe acredita ver nesse grandioso movimento coletivo "uma ideologia vaga, sem formulação teórica e carregada de contradições" (pág. 12). Se não é luta antiimperialista para a promoção do desenvolvimento que será então o nacionalismo brasileiro?

O CONCEITO DE NACIONALISMO DE HÉLIO JAGUARIBE

Para o autor "a tendência nacionalista é uma exigência que decorre do fato de encontrar-se alguém objetivamente solidário com o processo de configuração e desenvolvimento de uma nacionalidade. E os movimentos antinacionalistas, na medida em que não passou de mera oposição a determinada forma de nacionalismo vigente, em função de outras consideradas possíveis e melhores, exprimem, em sentido global, uma resistência àquele processo, motivada por outras solidariedades".

Já se vê que a perplexidade aumenta a cada passo. Pelo visto somos todos nacionalistas. Nós e o Lacerda, nós e o Neves da Fontoura, nós e o Eugênio Gudin. Questão interna de opção entre "formas" de nacionalismo. Problema de escolha teórica, de seleção de processos de desenvolvimento. Inexiste o imperialismo como fenômeno concreto, atuante, pressionando os países subdesenvolvidos e envolvendo-os ideològicamente para tornar macio o domínio e fácil a exploração. Inexistem as fôrças internas que a êle se vinculam. Tudo questão de escolha das correntes nacionais divididas por pontos de vista meramente teóricos!

Em suas idas e vindas doutrinárias o Sr. Hélio Jaguaribe entra, contudo, em flagrante contradição. Mais adiante diz êle que o nacionalismo contemporâneo se divide em duas categorias: o nacionalismo imperialista e o nacionalismo... integrador. Ora, admitir a existência de um nacionalismo imperialista e não admitir a sua contrapartida é realmente um esfôrço de prestidigitação intelectual. Sua análise do nacionalismo contemporâneo, num mundo dividido e hostil, quando as massas ascendem ao plano da História e fervilham as manifestações antiimperialistas em todos os quadrantes do mundo, é seráfica. Para êle, pasmem todos, o nacionalismo contemporâneo é igual ao europeu renascentista e ao americano do Século XVIII, isto é, em esfôrço para ordenar político-jurìdicamente uma nação que surgia (pág. 22). Atitude mecânico-formal organizadora de instituições político-jurídicas, tais como Parlamento, constituição do novo Executivo, organização fiscal, leis tributárias, polícia, bancos, etc. etc... problemas que afetaram as colônias americanas, "no mundo do Século XVII, quando se organizaram como nação!" e êsses são os problemas do Brasil de hoje e das nações afro-asiáticas só o Sr. Hélio Jaguaribe pode afirmar.

Para nós será a análise do nacionalismo renascentista, não do contemporâneo. Situações inteiramente diferentes, quer históricas, quer políticas, quer econômicamente, batizadas com o mesmo nome.

Na análise e nas contradições do nacionalismo brasileiro, desenvolvendo a tese do nacionalismo integrador e escamoteando a luta antiimperialista comete o Sr. Jaguaribe uma tremenda série de inexatidões e equívocos. Procuremos destacar um, apenas, ficando um estudo mais detido para outra oportunidade e na hipótese do ISEB insistir em patrocinar e distribuir o livro. Na apresentação das contradições econômicas, preparando o caminho para o destaque dado ao capital estrangeiro — do qual o Sr. Jaguaribe é servidor — declara que "o país é subdesenvolvido **porque** (o grifo é nosso) subcapitalizado" numa evidente confusão de causa e efeito. Para êle o país não é subcapitalizado porque subdesenvolvido mas exatamente o oposto o que importa em defender a tese de que é "contradição" do nacionalismo brasileiro opor-se à penetração do capital estrangeiro que virá "aumentar" a capacidade nacional de investimentos, embora êle mesmo transcreva, à página 170, o Relatório de 1953 do Banco do Brasil em que se vê que no período 1941-52 um resultado geral do movimento de capitais estrangeiros desfavorável ao Brasil em 16 bilhões e 510 milhões de cruzeiros, o que importa numa taxa de descapitalização de mais de Cr$ 1.000.000 por ano, sem contarmos a parte mais importante, e que realmente conta, as repercussões de ordem política e a tentativa de domesticação ideológica e cultural feita pelos seus agentes internos, dos quais o livro do Sr. Jaguaribe é um exemplo edificante. Êsse trabalho surdo de sabotagem causa ao Brasil prejuízos incalculáveis. Ainda se está por fazer o levantamento contabilístico dêsse imenso volume de prejuízos que tem atrasado de decênio nossa emancipação política e econômica.

UM NOVO JAGUARIBE

Em síntese, os equívocos do Sr. Hélio Jaguaribe são seríssimos e o estudo crítico de sua obra, com tôdas as implicações, demandaria trabalho mais alentado. Por ora ficamos no destaque de algumas teses absurdas, principalmente o eixo teórico do livro, que é o de considerar o nacionalismo brasileiro "tópico" e "integrador", querendo com o têrmo "integrador" dizer que o nacionalismo como movimento coletivo visa a tornar em realidade histórica um projeto de nação. Para o Sr. Jaguaribe o Brasil não existe como tal. Para êle não somos nação constituída, mas constituída como semicolônia político-econômica que se esforça por emancipar-se pelo desenvolvimento. Somos um "projeto" de nação, ainda inexistente, significando o nacionalismo uma "ideologia vaga" que defende sua integração nacional através de criações jurídico-políticas, do tipo do europeu renascentista.

Com êsse livro o atual Hélio Jaguaribe despediu-se de uma vez por tôdas do antigo e lúcido intelectual, autor de algumas das boas páginas escritas sôbre o momento brasileiro e a luta antiimperialista. Consciente ou inconscientemente o autor vinculou-se às correntes de direita, preparando um trabalho apologético ao capital estrangeiro, desviacionista, confuso e escamoteador dos verdadeiros aspectos do nacionalismo. A celeuma levantada prova a pouca margem que resta, na hora atual, para que os homens tenham um comportamento prático inadequado às suas profissões de fé. Prova acima de tudo que o movimento nacionalista é vigilante e coeso. Muito longe de ser uma "ideologia vaga", sabe muito bem o que quer e quais os que o interpretam e os que o falseiam. Como intelectual de centro-esquerda o Sr. Jaguaribe, ao que tudo indica, está com sua carreira encerrada. Restam-lhe, no entanto, grandes espaços a explorar, ao lado de D. Jaime e de outros, como sistematizador e doutrinador do pensamento da direita, neofascista, no Brasil.

IANQUES E INGLÊSES ENRIQUECEM NA BATALHA DO CONGELAMENTO DE PREÇOS

Majoração de 1.000% em mercadorias essenciais à agro-pecuária do país — Produtos controlados pelas companhias de petróleo, moinhos e fábricas de pneus, (todos estrangeiros), encarecem a produção — Inseticidas sofreram uma majoração de 364% — Nem dinheiro para comprar batata-semente — Aumento de 153% no preço do farelo de trigo — Câmbio negro à vista — Dias de maior miséria espreitam o povo

Por Edmar Morel

A propalada meta de alimentação do presidente Juscelino Kubitschek, uma das 50 anunciadas ao povo brasileiro, faliu espetacularmente.

A opinião pública recebeu, como era natural, com a mais viva satisfação, a notícia do congelamento de preços de alguns gêneros alimentícios de primeira necessidade, como o arroz, batata, cebôla, farinhas, inclusive fubá de milho, maizena, óleos comestíveis, manteiga, carne, etc. Na verdade o povo não acredita no sucesso do ato governamental, anunciado aos quatro cantos do país como medida de salvação nacional. Comerciantes desonestos de sêcos e molhados, quase todos estrangeiros, alguns com passagens pelas Delegacias de Roubos e Falsificações e Economia Popular, reunidos no seu sindicato pediram a punição do Presidente da República. Um certo sr. Nilo Sevalho, porta-voz de todos os aumentos imorais na COFAP, candidato fragorosamente derrotado no último pleito, useiro e veseiro em apontar todo mundo de comunista, num reles papel de alcagoete da Ordem Social, no Sindicato do Comércio Varegista de Gêneros Alimentícios, que congrega a fina flor dos exploradores do povo, declarou que o congelamento visou injunções políticas. Falou como Catão, atacou a ação do Govêrno, como se tivesse autoridade moral para fazê-lo. O velho caxeiro dos comerciantes de sêcos e molhados da Rua do Acre, evidentemente, não tem a importância necessária para figurar como personagem de uma reportagem desta ordem. Citei o seu nome, únicamente, para mostrar até onde vai a audácia dos advogados administrativos dos tubarões.

E' evidente que o congelamento de preços, uma necessidade imperiosa para um povo que está com a vida pela hora da morte, tinha que atingir aos principais setôres da economia nacional. O que ocorreu, entretanto, foi o seguinte: o Presidente JK reuniu em seu gabinete dois ou três chefes de autarquias e o Conselho Coordenador de Abastecimento, que consome milhões com o seu funcionalismo, deitou sapiência. Antes, numa farra em Quintandinha, foi realizado o 1.º Seminário Brasileiro Sôbre Indústria de Alimentos, sendo proposta a criação de um "Grupo Executivo da Indústria de Alimentos", é claro, com polpudos ordenados. O govêrno congelou doze ou treze artigos, deixando à mercê do ganância inúmeros outros, como o açúcar, leite, café, e utilidades como o calçado, tecidos. O congelamento dos preços dos remédios é para inglês ver. Não há contrôle de espécie alguma e alguns medicamentos, nestes últimos seis meses, sofreram uma majoração de 1.000%. Agora mesmo os uzineiros estão pleiteando um novo aumento no preço do açúcar. A Light, por sua vez, tem as suas tarifas aumentadas pelo Ministério da Agricultra e Viação em se tratando de luz e gaz e a Prefeitura, com relação aos bondes. A própria Comissão de Marinha Mercante majorou os fretes marítimos. E' por isto que o povo não acredita no congelamento.

DESMORALIZAÇÃO TOTAL

E a desmoralização atinge o seu climax, quando os jornais noticiam que o Ministro do Trabalho, sr. Fernando Nóbrega, o Cel. Frederico Mindelo, Presidente da COFAP, e o Major Edson Perpétuo, representante do Presidente da República, participaram de uma patuscada promovida por esta arapuca que é a "Associação das Donas de Casas", cavação clandestina dirigida por uma espertalhona, a velha picareta d. Iaiá Silveira, cujo silêncio, quando o povo passava fome na Capital Federal, foi comprado por cinco quilos de carne e dois de manteiga, por semana, dados pela COFAP, na gestão do general Pantaleão Pessoa.

Enquanto a população enfrenta pavorosa crise econômica, esta velhota desfrutável, chantagista da pior espécie, intermediária de negócios excusos com os tubarões do Mercado Municipal (tem um box arrendado no Mercado de Madureira) vem a público e sugere uma série de baboseiras para o barateamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. E tudo isto é assistido pelo Ministro do Trabalho, Presidente da COFAP e o representante do Presidente da República.

Enquanto isto, firmas poderosas fazem anunciar que os seus produtos, "por serem de alta classe e enriquecidos com vitaminas e sais minerais foram excluídos do congelamento". Só num dia foram excluídos vários produtos de fubá, farinha de mandioca, creme de milho, comida de pobre, alimentação infantil.

CHEGOU A VEZ DOS TUBARÕES DA INDÚSTRIA

Em 17 de julho dêste ano, segundo o "Diário Oficial", o Presidente Juscelino Kubitschek assinou o Decreto número 44.036, referendado pelos Ministros Mário Meneghetti e Lucas Lopes, abrindo um crédito no Banco do Brasil de 20 milhões de cruzeiros para a importação de batata-semente para a venda aos lavradores. Estamos em dezembro e o dinheiro ainda não saiu. E o resultado será êste: a safra cairá de maneira assustadora em 1959. A batata foi um dos produtos congelados pela COFAP, sendo fixado em 12 cruzeiros, preço que ninguém compra nem na feira livre, a feira cheia de fiscais da Prefeitura do Distrito Federal, Delegacia de Economia Popular e com as "Donas de Casas" da arapuca de d. Iaiá, todos extorquindo dinheiro dos feirantes. As autoridades assaltam o comerciante desonesto e êste furta o povo.

Muito de propósito falei da batata, comida de pobre e alimentação de criança. A batata não cai do céu. Para a sua cultura são necessários um mundo de produtos que não foram e nem serão congelados. Um exemplo que dignifica: uma caixa de batata especial com 60 quilos, em S. Paulo, custa 550 cruzeiros; mas a mercadoria quando atinge o Pôrto de Belém já vale ..... 1.030,00, sendo que 140 cruzeiros correspondem ao frete marítimo, isto é, Lóide Brasileiro, cujo diretor vem de ser acusado publicamente pelo Cel. Frederico Mindelo de atrasar o embarque de mercadorias destinadas aos flagelados. Praça nos navios da emprêsa incorporada ao Patrimônio da União só mediante propina.

A vez do tubarão da indústri chegou. O lavrador é obrigado, por uma portaria da COFAP, a entregar o seu produto pelo preço congelado. Para a medida ser prática deveriam ter sido tabelados, também, os preços dos adubos, forragens, ração, vasilhames, combustíveis, enfim, tudo que diz respeito ao preparo da terra. No ano passado um litro de gasolina custava Cr$ 5.58, hoje, Cr$ 8,16. Mas a gasolina é mercadoria dos norte-americanos e o próprio Conselho Nacional do Petróleo favorece as falcatruas dos trustes ianques.

Êste Conselho Nacional de Petróleo, entre 1957 e 1958, permitiu espantosas majorações na gasolina, óleo Diesel e querosene, respectivamente, em 38, 34 e 40 por cento. No que diz respeito aos adubos é de estarrecer. Em 1957 uma tonelada de Nitrofosca custava Cr$ 4.341,00. A mesma tonelada, agora, em dezembro de 1958, vale Cr$ 20.140,00, o que representa um aumento de 364%. Que faz a COFAP? Congelou, por acaso, os preços dos adubos? O farelo de amendoim, por exemplo, era vendido, há um ano, a .... Cr$ 3.450,00. Seu preço atual: Cr$ 5.000,00, ou seja, um aumento de 42%. O velho e indispensável Salitre do Chile, nas mãos de três ou quatro firmas da intimidade do Ministério da Fazenda, era vendido a Cr$ 3.614,00 a tonelada. Vale, no momento, ... Cr$ 7.039,40, o que representa uma majoração de quase 100%.

Inseticidas são mercadorias necessárias à agropecuária. Uma caixa de Rhodizima, no ano passado, era vendido por Cr$ 600,70. Um ano depois, o mesmo produto é pôsto à venda por Cr$ 1.488,00, uma majoração de 148% que a COFAP não viu. De um modo geral os preços dos inseticidas, em média, sofreram uma aumento de 40%, entre 1957 e 1958. As máquinas agrícolas, quase tôdas de procedência norte-americana, cujos representantes são pessoas altamente colocadas nas altas esferas do govêrno, subiram em vertical. Um motor Diesel MWM, modelo KD, com 33 HP, poderia ser adquirido, em 1957, por Cr$ 145.294,00. No momento vale Cr$ 204.450,00, que importa num aumento de 41%. Um pulverizador Excelsior, com mexedor, de ..... Cr$ 1.700,00 passou para ... Cr$ 3.455,00, (103% de aumento), enquanto um pulverizador motorizado de ..... Cr$ 29.260,00 subiu para .... Cr$ 76.000,00, (159%).

OS "IANQUES" DA BORRACHA

Tôdas estas mercadorias, adubos, inseticidas, combustíveis, máquinas agrícolas, movimentam a área agro-pecuária brasileira, principalmente, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul. Com a desenfreada majoração de preços contra a qual não se levantou nenhum órgão do Govêrno Federal, os tubarões da indústria estão livres. As ferragens atingem cifras astronômicas. Basta saber que um rôlo de arame farpado, com 30 quilos, que em 1957 custava 500 cruzeiros, agora vale Cr$ 1.060,00. Uma enxada de Cr$ 73,00 passou para Cr$ 100,00.

Quando o Ministro Lucas Lopes, o mesmo que está criando dificuldades à liberação do crédito do Banco do Brasil para a importação de batata-semente, praticou mais um ato contra os interêsses nacionais, quebrando o monopólio estatal da borracha, êste jornalista denunciou, através das colunas de O SEMANÁRIO, que os pneus e câmaras de ar, cuja fabricação é dominado pelos ianques da Goodyear Firestone, Pneus General, etc., seriam majorados de maneira espantosa e, consequentemente, agravaria o problema do abastecimento, quando é sabido que 80% dos transportes de gêneros alimentícios são feitos em caminhões.

Conhecida firma em São Paulo teve necessidade de comprar 7 pneus 750 x 20, cujo preço, em 1957, era ..... Cr$ 5.063,60 cada um. Esta mercadoria foi adquirida no câmbio negro por ..... Cr$ 100.000,00.

O govêrno congelou doze gêneros alimentícios e liberou os preços da gasolina e dos pneus, as molas que movimentam todo o serviço de transporte. Como é possível congelar os gêneros alimentícios no mercado consumidor se os preços das mercadorias necessárias à agropecuária continuam livres do contrôle da COFAP?

OVO DE OURO

O ôvo, também, não foi tabelado. Já está a Cr$ 44.00 a dúzia na feira livre. Em cada dúzia, na melhor das hipóteses, dois são podres. Mas isto a fiscalização da Prefeitura não vê. Entre dezembro de 1957 e dezembro de 1958 houve um aumento de 42% no custo da produção do ôvo. Que providências foram tomadas para impedir êste aumento que automàticamente cai nas costas da população? A resposta está nestas cifras. O milho amarelão, saco de 60 quilos, subiu de Cr$ 251,75 para Cr$ 429,40. O saco de 30 quilos de farelo de trigo passou de Cr$ 32,00 para Cr$ 86,00, isto é, um aumento de 169%. Note-se que é um produto controlado pelos moinhos, principalmente, o Inglês, de Bunge & Born, que além de furtar na qualidade, furta no pêso. Um saco de 30 quilos tem sempre 28. Aliás isto é objeto de um inquérito na Delegacia de Roubos e Falsificações. O próprio farelinho de Trigo, também, controlado pelos americanos e inglêses, passou de Cr$ 34.00 para Cr$ 86,00, que representa um acréscimo de 153%.

CAMBIO NEGRO À VISTA

O pequeno lavrador é obrigado a entregar o seu produto pelo preço congelado. Mas as mercadorias que consome para a obtenção do produto não têm os preços controlados pelo govêrno. Vem o sr. Lucas Lopes, Ministro da Fazenda, e apresenta o Plano da Estabilização Monetária, visando arrancar, dentro de 18 meses, mais 13 bilhões de cruzeiros nos Impostos de Renda, Consumo, Selos e, incrível como pareça, nas taxas Sanitárias, agravando, inclusive, a carne, o leite. A Comissão da Marinha Mercante aumenta os fretes. A direção do Lóide Brasileiro só embarca mediante propina. Os grandes tubarões, por intermédio dos seus advogados administrativos à frente Augusto Frederico Schmidt e outros, esto esplendidamente montados no govêrno, êste mesmo govêrno que anuncia o congelamento de preços e já estuda um novo aumento no preço do açúcar, êste mesmo govêrno que exclui determinados produtos do congelamento e os felizardos industriais, em matéria paga, cinicamente, assim terminam o seu comunicado:

"Aproveitamos o ensejo para desejar a todos os nossos consumidores em geral um Feliz Natal e Próspero Ano Novo".

Ninguém é obrigado a vender uma mercadoria por um preço X, quando consome produtos majorados do dia para a noite, com o beneplácito do próprio govêrno.

O resultado desta balbúrdia está à vista. Haverá escassez de gêneros alimentícios e o câmbio negro voltará a reinar. O povo que passe fome. O congelamento de preços, como foi feito, representa a morte da lavoura e o enriquecimento da escoria que, há anos, impunemente, age no Brasil.

Os pulverizadores, por sua vez, em menos de um ano, foram majorados em 159%. São aparelhos vendidos sem contrôle de preços.

Estas máquinas agrícolas essenciais à lavoura, em certos casos, tiveram os seus preços aumentados em 150%. Assim ninguém comprará gêneros alimentícios por preços baratos.

DEMISSÕES EM MASSA NA SHELL!

Substituição de empregados brasileiros por elementos estrangeiros que vêm para o Brasil como "turistas" — Sòmente num dia, 25 demissões — Um miraculoso Plano de Aposentadoria que afasta empregados com mais de 30 anos de serviços com flagrante desrespeito à legislação trabalhista

SHELL BRAZIL LIMITED

Confidential

			Date Joined	Date of Birth	Salary Cr$	100% Indemnity	Calculated on:
1)	Staff	James Mayer	3/27	9/89	15.200,00	881.600,00	29 years
2)	Ind.Rel.	Yvonne M. Hoern	11/29	1/90	11.795,00	613.340,00	26 "
3)	"	Wellington M. Paiva	9/40	4/90	6.765,00	202.950,00	15 "
4)	Sales	Eduardo C. Souza	2/22	9/92	12.595,00	856.460,00	34 "
5)	Finance	Philip L. Brooks	6/37	4/93	23.090,00	831.240,00	18 "
6)	"	Nicolas G. ffrench ...	5/37	10/93	25.350,00	812.800,00	18 "
7)	"	José A. Guimarães	10/30	4/94	7.365,00	368.250,00	25 "
8)	"	José C. Souza	8/45	2/94	8.115,00	162.300,00	10 "
9)	"	Jovniano M. Affonso ...	10/41	6/94	4.590,00	128.520,00	14 "
10)	"	Severino F. da Silva ...	11/48	2/94	4.340,00	34.720,00	7 "
11)	"	José J. Mendonça	10/40	9/88	4.590,00	137.700,00	15 "
1)	Rio Reg.	Antonio H. Lima	1/34	11/95	15.160,00	*667.040,00	22 "
2)	"	Antonio F. Moura Sobr[illegible] ..	2/31	1/91	8.440,00	422.000,00	25 "
3)	"	Alvaro Simonetti	5/20	3/94	12.205,00	854.350,00	35 "
4)	"	José M. Lima	6/21	11/93	10.180,00	692.240,00	34 "
5)	"	José J. Borralho	3/30	6/95	7.150,00	371.800,00	26 "
6)	"	Antonio L. Silva Jr. ...	7/30	7/94	12.845,00	642.250,00	25 "
7)	"	João Quintino	5/33	4/91	11.455,00	504.020,00	22 "
8)	"	Arlindo L. Castro Sobr[illegible] .	8/33	6/89	7.365,00	397.710,00	27 "
9)	"	Joaquim F. Mathias	7/30	11/93	7.365,00	368.250,00	25 "
10)	"	Antonio A. Araujo	10/32	6/92	6.910,00	317.860,00	23 "
11)	"	John T. K. Fleming ...	9/32	10/95	10.350,00	*485.700,00	23 "
1)	P.Alegre	Edmundo P. da Silva ...	6/31	4/91	7.080,00	339.840,00	24 "
2)	"	Corillo Arzerini	12/29	10/95	5.000,00	*260.000,00	26 "
3)	"	Antonio M. Fernandes ...	8/36	10/93	8.810,00	334.780,00	19 "
4)	"	C. L. Miranda	5/25	6/00	14.455,00	896.210,00	31 " * *
5)	"	T. Dreifus	11/28	5/98	21.840,00	1.179.360,00	27 " * *
1)	S.Paulo	J. Barranjard	7/23	2/03	20.380,00	1.304.320,00	32 " * *
						15.067.010,00	

* Will complete 60 years in 1955.

* * Included in present list, although age less than 60 years.

Empregados com mais de 30 anos de serviços estão sendo paulatinamente afastados da Shell, mediante acôrdo estipulado num tal Plano de Aposentadoria que desrespeita solenemente a nossa Legislação Trabalhista. Este documento com a advertência de "Confidential" revela a manobra da Shell de afastar seus antigos empregados, muitos com mais de 30 anos de serviços.

O fato não é de hoje. Há muito vimos recebendo denúncia, partida de elementos categorizados do próprio "trust" petrolífero, cuja identidade deve ser mantida em sigilo por motivos óbvios, de que as companhias estrangeiras distribuidoras de derivados do petróleo, notadamente a Shell e a Esso, vêm demitindo empregados brasileiros, muitos deles prestes a atingir a estabilidade prevista em lei e, até mesmo alguns estáveis — êstes mediante qualquer acôrdo — e substituindo-os por elementos estrangeiros, "importados" de várias regiões, principalmente daquelas onde o desenvolvimento da política nacionalista local tem afetado a expansão das atividades das referidas empresas, como por exemplo na Pérsia, no Iraque e no Egito.

Num flagrante desrespeito à lei dos dois têrços, a Shell e a Esso "importam" êsses elementos, que entram no país como simples turistas, mas começam logo a trabalhar, embora em situação irregular, fora da fôlha de pagamento, percebendo por "pró-labore". Aos poucos vão galgando posições definidas, ocupando lugares e cargos deixados pelos funcionários brasileiros demitidos, até que sua situação seja regularizada pelo competente elemento disso encarregado junto ao Ministério do Trabalho. Tanto a Shell como a Esso têm sempre um elemento junto ao Ministério do Trabalho, especialmente para tratar dêsses assuntos. Geralmente êste elemento é funcionário público, do próprio Ministério, mas ganha um bom "pro-labore" mensalmente naquelas companhias, como se fôsse um autêntico empregado. Conhecemos, inclusive, o nome dêsses elementos, embora mantenhamos em tôrno dêles a necessária reserva. Tais elementos estão nos Ministérios — sim, porque não é apenas no Ministério do Trabalho — exclusivamente para ali defenderem — veladamente é claro — os interêsses da Shell e da Esso.

Mas, o fato não é de hoje, como diziamos, pois começou há cêrca de três anos — pelo menos na Shell — com um tal Plano de Aposentadoria, que outra coisa não visava a não ser afastar inicialmente os velhos empregados, aqueles que deram o melhor de sua vida, de seu trabalho, durante 25, 30 ou mais anos de atividade naquela emprêsa, para substituí-los pelos "eficientes" elementos novos importados. Êste Plano, cuidadosamente elaborado por alguns dêsses "técnicos" importados, passava por cima da nossa legislação trabalhista, desrespeitando-a solenemente. Basta que se leia o seu Art. 11, alínea a, que diz: "**Alteração e Cancelamento** — Pelo fato de que êste Plano está sendo introduzido pela Companhia, livre e espontaneamente, jamais poderá ser considerado ou interpretado como obrigação contratual, e a Companhia reserva para si o direito de, a todo tempo, e à sua inteira discrição, cancelar, suspender ou modificar o Plano, ou qualquer dos seus dispositivos, no todo ou em parte, sem aviso prévio ou obrigação a qualquer das partes e, seja à Companhia ou ao empregado". Com a aplicação dêsse "miraculoso" Plano de Aposentadoria, a Shell, logo de saída, tratou de afastar nada menos de 30 velhos empregados, somente no Rio, São Paulo e Pôrto Alegre, alguns com mais de 30 anos de serviço, como se pode ver claramente do documento confidencial estampado no corpo desta matéria.

Agora, com o desenrolar dos acontecimentos, quer no Brasil, quer em outras regiões onde ela atua, onde a política nacionalista vai de vento em pôpa, a Shell está tomando medidas radicais contra seus empregados. As demissões aqui estão ocorrendo em massa. Segundo informações seguras, somente num dia, no corrente mês de dezembro foram demitidos 30 empregados da Shell no Distrito Federal. Muitos dêles estavam com 9 anos e meses, portanto prestes a atingirem a estabilidade prevista em lei. E muitas outras virão antes do Natal como bom presente de Festas...

Enquanto isso, a Diretoria da Shell trata de arranjar de qualquer jeito uma reavaliação da desapropriação do seu Edifício Sede da Praça 15 de Novembro, que a Prefeitura terá de demolir para dar passagem à futura Avenida Perimetral. As estacas Franki já estão defronte do prédio, mas ali esbarraram com o escandaloso "affaire" da desapropriação. Como se sabe, o terreno comprado pela Shell para a construção de seu novo edifício, na Rua Dom Manoel, desapropriado pela Prefeitura, e portanto nunca poderia ter sido vendido. Recentemente essa negociata estourou como uma bomba, mas era Prefeito o garboso "embaixador" Negrão de Lima e a coisa foi abafada, até que se encontrasse uma saída discreta. Enquanto isso, por sua vez, também a Avenida Perimetral não prossegue, pois lá está uma pedra ou um prédio no caminho o velho e sólido prédio da Shell. Mas, a "saída discreta" terá de ser encontrada, isto é, a Prefeitura fará uma reavaliação do prédio da Shell já desapropriado por 30 milhões de cruzeiros, elevando essa soma para 80 milhões, e tudo fica como dantes no quartel de Abrantes. Uma coisa, porém, ninguém impedirá: tôda essa história suja será contada em O SEMANÁRIO dentro em breve.

Carta ao Presidente da Associação Dos Ex-Combatentes

FLORIANO SALLES SOUZA

Li no "Diário de Notícias", de 9 do corrente, a cópia do telegrama de protesto que essa Associação dirigiu ao S. T. Federal.

Exa. não tenho aproximação alguma com o cap. Tulio Regis do Nascimento. Tendo assistido a dois dos seus julgamentos, antes do seu Recurso ao STF, e como sou também ex-combatente, tendo feito tôda campanha no mar, e como gosto de primar minha conduta pela prática da verdade, ouso dirigir-me à V. Exa. solicitando reconsiderar o seu ato.

O processo contra o Cap. Tulio é constituido de acusações feitas pela nossa imprensa. Recortes de jornais, é o que predomina como peças acusatórias. Ora, o que a imprensa publica deve ser motivo para averiguações e não provas, seja contra quem fôr.

Eu fiz tôda a campanha da guerra no mar, e tomei o máximo de interêsse em saber como era que o Capitão Tulio fornecia informações para os submarinos alemães poderem torpedear os nossos navios. Êste, o pivot do processo. E eis que vejo o seu advogado, de posse de certidões passadas pelo nosso E. Maior da Armada, dizer o seguinte: "Durante a guerra foram torpedeados 43 navios. O Capitão Tulio foi prêso tal dia. Antes do Cap. Tulio haver sido prêso, foram postos a pique tais navios: Cita os nomes dos navios, os portos ESTRANGEIROS de onde haviam zarpado, o destino, alguns para portos estrangeiros e outros para portos nacionais, num total de 21 navios. E, depois do Cap. Tulio prêso, incomunicável foram postos a pique, 22 navios. Cita também os nomes portos de origem e destino. Como é que o meu constituinte poderia, prêso e incomunicável haver fornecido informações ao inimigo para por êstes navios a pique? Da mesma forma foram torpedeados os navios anteriores à sua prisão". A não ser que o Cap. Tulio, possuisse como Santo Antônio de Pádua, o dom da Ubiquidade, digo eu!

Tendo assistido ao julgamento, no STM, disse a diversas pessôas presentes que, quando esse PROCESSO chegasse ao STF, "êste homem será absolvido". Disse também para os meus ouvintes: "isto é uma onda contra êste homem Quero crer que êle foi um partidário apaixonado de Hitler, mas não soube se conter logo após o rompimento das nossas relações. Eu também fui nazista danado, mas previ o que poderia me acontecer se continuasse mostrando simpatias pelo "eixo" após o rompimento diplomático

É tempo Exa. de fazer Justiça. Devemos considerar TRAIDOR quem conduziu nosso Brasil para a guerra. O que foi que nós lucramos com nossa entrada na guerra?

Ainda hoje temos órfãos e viúvas reclamando seus direitos e êsses fabricantes de guerra ocupando cargos chaves, e protelarem o cumprimento dêsses direitos.

Gastamos 40 bilhões de cruzeiros, afôra perdas materiais (navios e o que os mesmos conduziam) pessoal (homens, mulheres, crianças e tripulantes e os nossos soldados nos campos de batalha)

Por que os nossos navios comerciavam somente com uma das facções em luta, quando as leis de guerra dizem que navio neutro que comerciar com nação beligerante como inimigo será tratado?

Por que os nossos navios mercantes muito antes de estarmos em guerra, já viajavam pintados de cinzento e às escuras? Foi por isto que Hitler, declarou que "os navios que haviam sido postos a pique, eram navios, que estavam a serviço do inimigo"

Viva o STF. Pode errar em alguns casos, mas ainda é o nosso ORÁCULO MAXIMO. Vamos denunciar à Nação, todos os que contribuiram ou conduziram a Nação para a guerra. Deixemos o Cap. Tulio em Paz.

Aos Povos da América em Luta Contra o Colonialismo e o Subdesenvolvimento

FOSTER DULLES E A

Uma Advertência Atual

INVASÃO DA GUATEMALA

O Livro que PLINIO DE ABREU RAMOS escreveu e OSNY DUARTE PEREIRA prefaciou

Completa revelação documental do plano de agressão à única democracia das Caraíbas, elaborado pelo Departamento de Estado por imposição da United Fruit e com a cumplicidade dos ditadores centro-americanos.

Dirija-se agora à EDITÔRA FULGOR, em S. Paulo à rua Anhanguera, 66 e reserve um exemplar de seu livro

O GENERAL LOTT NO CORAÇÃO DO POVO

Mão na pala e dedo no gatilho, por Nelson Lobo, de "A Tribuna", de Nova Granada (São Paulo)

Em vários trechos da estrada da cagital a Barueri a comitiva do sr. JK, integrada pelos seus ministros da Guerra e da Viação, deputados, Governador do Estado e Governador eleito, e Prefeito de São Paulo, quando se dirigiu para a inauguração dos arsenais de guerra da unidade militar sediada naquele distrito, teve a oportunidade de ver algumas faixas com os mesmos dizeres: "Salve gen. Lott. Mão na pala e dedo no gatilho. Tudo pela Pátria até morrer".

Difícil será a identificação do autor ou autores das citadas faixas Nem se pode admitir, pelos termos, que seja ou sejam militares. Talvez nem haja o interêsse na descoberta disso.

Uma coisa, porém, é certa: a exquisita saudação traduz um estado de espírito que vai ganhando terreno dia a dia no seio do povo, cada vez mais sentindo na carne as consequências dos erros de seus dirigentes.

E' possível que as autoridades em trânsito pela referida estrada tenham meditado sôbre o assunto. Muitas vêzes uma palavra de advertência, no momento oportuno, impede muita coisa.

Ora, estamos vivendo dias perigosos e o convite contido na expressão que intitula estas notas bem pode ser a advertência milagrosa capaz de conter no nascedouro os justos motivos de desespêro e revolta do nosso povo.

O que não é possível é continuarmos submetidos a um regime de espoliações, misérias e humilhações, quando outros povos, sem os recursos nossos, tomaram a resolução certa de viver como desejam, como podem, num mundo onde o direito à soberania e ao respeito mútuo deve vingar, custe o que custar.

GENERAL TEIXEIRA LOTT

Pelo prof. Odilon Machado César, lente de Geografia do Colégio Estadual "Euclides da Cunha", de S. José do Rio Prêto.

Foi-se a borrasca. A pátria já [respira
Desafogada e livre da tormen- [ta...
No turbilhão da inveja e da [mentira,
Quizeram-lhe trazer luta cru- [enta.

Mas, eis que um braço forte [ali se estira,
A sustentar a Lei, de espada [atenta,
Varrendo longe as pústulas da [ira.
Semeando, enfim, a paz que [nos alenta.

Bravo soldado! Flôr da terra [agreste!
Mais um laurel depões em [nossa História
No gesto heróico que o dever [encerra!

Qual um Caxias vivo, tu fi- [fizeste,
—Brandindo a espada fúlgida [de glória
Prevalecer a honra em nossa [terra!

LOTT PRO CATETE
Marcha

LETRA
I

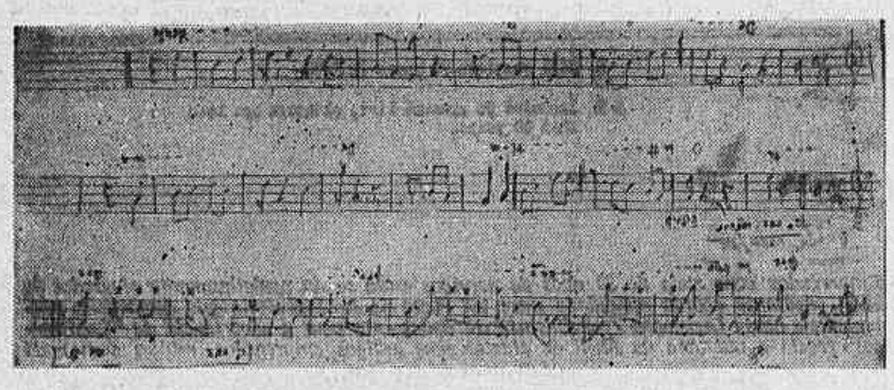
Que mandem gatos para a lua
E deixem o Lott "sentá a pua"
Pro "negócio" endireitá,
Que mandem gastos para a lua
E deixem o Lott "sentá a pua"
Pro "negócio" melhorá

Estribilho

O Lott no Catete é uma ga- [rantia
De paz, progresso e harmonia.
Devemos ser por isso exigen- [tes:
General Lott prá Presidente.

II

O Lott faz e não promete
O Lott sabe onde se mete
Líder do povo vêzes mil
O Lott faz e se garante
E não vacila um só instante
Para a alegria do Brasil.



RESTABELECENDO A VERDADE

De um OBSERVADOR MILITAR — Para O SEMANÁRIO

Os "golpistas" não se cansam de dizer e repetir — a mentira retida acaba tendo foros de verdade — que o 11 de novembro dividiu as Fôrças Armadas. Ora, tal afirmativa não é verdadeira, absolutamente, pois, na realidade, a divisão das referidas fôrças vem de mais longe: remonta ao 24 de agôsto de 1954, data do suicídio forçado do inesquecível presidente Getúlio Vargas.

Nessa época (24 de agôsto), os lanterneiros tomaram o poder "no grito", isto é, obtiveram a vitória por um arrojado blêfe. Tanto isto é fato que não puderam consolidar o triunfo obtido, estabelecendo uma ditadura, como fôra planejado.

Getúlio dispunha da quase totalidade do Exército e de parte da Marinha e da Aeronáutica. Tinha, portanto, elementos para vencer a crise, tanto mais que contava com o apoio maciço do povo, principalmente das massas trabalhadoras. Não quiz, porém, fazer correr o sangue de inocentes, preferindo seu próprio sacrifício, em prol da emancipação econômica do Brasil. Sim, porque tôda a agitação promovida, na ocasião, pelo corvo Lacerda e demais lanterneiros tinha como motivo real a "Petrobrás" e a projetada "Eletrobrás".

Pois bem, assumindo o poder, com o fantoche Café Filho a frente (café ordinário, marca 3 F: fraco, frio e fedorento), não tiveram os lanterneiros vende-pátria oportunidade de estabelecer o Govêrno ditatorial, não só em face das divergências entre Canrobert e Juarez (ambos queriam o mando), como, principalmente, em virtude da divisão das Fôrças Armadas, porquanto mais de 90 por cento do Exército, cêrca de 30 por cento da Marinha e 50 por cento da Aeronáutica estavam absolutamente contra o golpe dado pelos inimigos internos do Brasil.

Dessa maneira, a verdadeira cisão nas Fôrças Armadase foi promovida pelos "golpistas" de 24 de agôsto de 1954

A maioria esmagadora do Exército não se conformou com o golpe dado na época e passou a trabalhar com ardor para impedir sobreviesse a ditadura, pregada abertamente por Lacerda e outros membros destacados do famigerado Clube da Lanterna (hoje morto, porém, ainda não enterrado, e empestando o ambiente brasileiro com seu cadáver em decomposição).

Foi esta a razão principal e o motivo da vitória obtida pelos nacionalistas a 11 de novembro de 1955, com o ínclito General Teixeira Lott à testa das fôrças antigolpistas.

Hoje, na ânsia de se livrarem dos crimes cometidos em 1954 — morte de Getúlio Vargas e divisão das Fôrças Armadas — procuram os lanterneiros mistificar o povo, atirando a culpa da cisão militar, que lhes cabe unicamente, sôbre os ombros do honrado e digno Ministro da Guerra.

Pregam no deserto, por isso que o povo os conhece de sobra; e, à gritaria lanterneira, responde com aquela canção carnavalesca que diz assim:

"Quem sabe, sabe, conhece bem..."

P. S. — PACIFICAÇÃO QUE NÃO PACIFICA

Alguns brigadeiros da FAB, em declarações à imprensa, que se sucedem a curtos intervalos, demonstrando a firme vontade de inquietar e mesmo agitar o país, têm exigido (com que direito?) a saída do General Teixeira Lott do Ministério da Guerra.

Dizem êles que, com essa medida, haverá a pacificação das Fôrças Armadas. Acontece, porém o seguinte:

a) — O General Teixeira Lott é Ministro do Presidente da República, e não de uns tantos descontentes da FAB;

b) — O Exército, em sua esmagadora maioria — falamos de ciência própria — apoia o General Lott e está muito satisfeito em tê-lo à frente de seus destinos, como demonstrou na manifestação-monstro realizada no Palácio da Guerra, por ocasião do aniversário de S. Exa.;

c) — Dessa forma, sua saída do Ministério da Guerra desagradará ao grosso da oficialidade de terra, bem como a todos aquêles suboficiais, sargentos e praças que integram o Exército;

d) — E, portanto, uma pacificação que não pacifica coisa alguma. Ao contrário, acirrará mais os ânimos.

MENSAGEM DO PROF. JOAQUIM PIMENTA, PATRONO DA TURMA "TRABALHO E JUSTIÇA", AOS BACHARELANDOS DE 58 DA FACULDADE DE DIREITO DO CEARÁ

Meus jovens amigos, colegas e conterrâneos:

Imprevisto e sério motivo de saúde impôs-me uma ausência que tanto me contraria e aflige; mas estão convosco o espírito e o coração nessa solenidade, para vós, inesquecível, dentro de mim, refulgindo em sentimento de gratidão e orgulho, graças a vossa extrema magnanimidade, elegendo patrono da turma — TRABALHO E JUSTIÇA — o velho professor a que vos liga, no presente, o mesmo sangue e terra de origem; no passado, os mesmos sonhos e ideais de juventude.

Faz exatamente meio século (1908-1958) que, forçado a prosseguir o curso jurídico na Faculdade de Direito do Recife, pisei, pela última vez, o limiar da nossa Escola, pois minha nunca deixou, também, de o ser; porque, se os meus passos se apagaram no chão, com o perene recordar de momentos de paz e alegria, de tumultos e dissabores que vivi, continuaram a ressoar, indeléveis, na rota do meu destino.

No fundo dêsse passado que hoje nos reúne e irmana, jamais se me descaneceu nem desbotou a imagem sacra da terra estremecida; a paisagem verde ou agreste do heróico sertão onde nasci; o meu Tauá, o meu Inhamuns, aquêles que muito amei, para poder esquecê-los; a minha velha professôra, Maria do Livramento Barreto da Costa Leitão, há dias falecida, a quem rendo nesta hora, um preito de gratidão e saudade; a nossa Fortaleza, com as suas ruas em quadriláteros, com as "areias" e seus casebres, agora transformados em bairros de aristocracia urbana. E por que não recordar o moço de outrora aos jovens de hoje as noites de lua cheia, as serenatas, com recitativos de Iracema, como se essa obra-prima fôsse tôda ela uma canção? E as modinhas que se cantavam ao violão, amorosas e plangentes, uma que começava assim:

Dormes, talvez, Julieta,
Neste teu leito de arminho;
Sonhas, talvez, doce anjinho,
Com os esplendores do céu.

E outra que assim terminava:

A morte será minha vingança,
De que serve, é mulher, eu [existir?

Parece que estou vendo o vosso paraninfo, o eminente mestre Dolor Barreira, a repetir comigo os versos, com o pensamento na música, pois sei que dêles ainda se recorda; advertindo, porém, que êle está longe dos 73 anos que irei fazer em janeiro vindouro.

E a Praça do Ferreira? Qual de nós não a tem gravada no coração? Ela que era o próprio coração da Urbs, com os seus quiosques, as suas grandes e seculares árvores frondosas, os seus canteiros floridos, as suas alamedas, corredores universitários de minha e de outras gerações, por onde deslizávamos, rumando o futuro, com o calor primaveril dos nossos sonhos de mocidade, das nossas crenças, dos nossos ideais, das nossas rebeliões! Literatura, ciência, filosofia, direito, política, tudo, ali, se discutia; debates que se iniciavam ao cair da tarde entrando pela noite, envolvendo desde questões de vernáculo, seara em que o meu grande amigo Melo é mestre insigne, aos mesmos problemas humanos e sociais que, hoje, muito mais do que naquele tempo de paz internacional, tumultuam, abalam e ameaçam os fundamentos, senão o próprio destino da civilização contemporânea.

Para evitar emissões, que só poderiam ser involuntários, não quero recordar nomes que traziam a seiva latente do grande juiz, do grande advogado, do professor emérito, do homem de letras, de pensamento, de saber, que iriam, dentro e além de nossas plagas, projetar e enaltecer o esplendoroso renome do Ceará em tradição e cultura.

Dos mestres poderia citar nomes ilustres, como outros tantos que ornam essa Congregação, presente para o abraço da despedida, tão altamente representada pelo vosso paraninfo, autêntica e vigorosa personalidade de jurista, de historiador e crítico literário; mas permiti que os evoque, todos, no mesmo culto de veneração e afeto que, desde o primeiro ano de meu curso jurídico, guardo à figura imorredoura de Soriano de Albuquerque, outro Tobias Barreto na crônica universitária do Brasil. Êle foi nessa Faculdade o que foi Tobias na do Recife: um criador de horizontes culturais, tão cedo desaparecido. "Não fôsse, escrevi em RETALHOS DO PASSADO o fim prematuro que teve, poderia mais tarde honrar qualquer instituto universitário do mundo. Atraído para os domínios da sociologia, passaram os seus escritos a figurar nos comptorendus de periódicos estrangeiros de mais autoridade, ao mesmo tempo que se incluía o seu nome entre sócios e colaboradores de mais de uma instituição sábia do continente europeu. Por outro lado, galgava, rápido, o pôsto olímpico que é a suprema glorificação do homem de idéias: rodeava-o um grupo de discípulos entusiastas e dedicados-primeiro punhado de sementes que os apóstolos recolhem e atiram, por entre cascalhos, no solo quase sempre estéril, de onde brotam e flarescem as grandes crenças, os grandes ideais...

Terminando esta mensagem que o meu estado de saúde não permite seja mais extensa e em nível com a magnitude e esplendor dessa solenidade, resta felicitar-vos pela acertadíssima escolha do vosso jovem colega Francisco Jorge de Abreu, para intérprete de vossas despedidas, de vossas esperanças de hoje, que serão vitórias de amanhã; associando neste vaticínio, que os meus votos acompanham, o nome de Alice Pimenta, a companheira que vim a conhecer em 1909, e que, anos depois, iria ser um rosário de estrêlas no meu destino.

"GRANDE GENERAL, SALVE O BRASIL PARA OS BRASILEIROS!"

FORTALEZA, 10 de dezembro de 1958.
Ilmo. sr. general Henrique Duffles Teixeira Lott.
Rio de Janeiro — Ministério da Guerra.
Nobre e grande General

Peço-vos a devida venia para vos dizer e fazer a petição seguinte: "não é por acaso que o povo brasileiro, em sua maioria, confia no brio, na honestidade e na bravura de V. Exa., para salvar a nossa Pátria do cáos em que vai submetergindo pela fraqueza de um homem que à frente dos destinos do País se deixa impressionar pelo canto e ameaças de velhos politiqueiros e disfarçados testas de ferro de trustes internacionais, que só desejam se locupletar com as rendas da Nação e ver o país entre as garras de polvos estrangeiros.

Com V Exa., sabemos estar a totalidade do nosso glorioso Exército e os homens de consciência das demais fôrças armadas, grande parte dos parlamentares federais, estaduais e municipais homens dignos que lutam pela sobrevivência de uma Nação Independente, digna e respeitada, e sobretudo a maioria esmagadora do povo brasileiro, que é constituída de camponeses, operários, pequenos comerciantes, comerciários, funcionários públicos e estudantes. Tôda esta gente, Sr. General, só tem uma esperança: o General Lott, pois já uma vez salvou a Pátria de uma noite tenebrosa. Não nos deixe cair em outra muito pior ainda. V. Exa. conta com o povo para dirigi-lo, e o povo estará satisfeito sob o comando de V. Exa., que, como verdadeiro patriota que é, conduzirá a Nação a um pôrto seguro.

V Exa saberá cercar-se de homens dignos, pois os conhece entre os vossos camaradas de armas e também fora Grande General, salve o Brasil para os brasileiros, tire-o do abismo em que está, lembre-se de Caxias Barroso, Benjamin Constant e Floriano, o qual deu a mais adequada resposta que um brasileiro poderia dar a um insolente estrangeiro, e de D. Pedro I, que deu o célebre Grito de Independência!

Peço a V. Exa. as mais respeitosas desculpas pelo que estou vos escrevendo, pois sou um homem que não tive a felicidade de fazer nem o curso primário, pois meus pais eram pobres e morávamos no Interior, e estou vendo que, apesar de todo esfôrço que estou fazendo, não poderei educar os meus filhos para que se tornem bons cidadãos da Pátria, uma vez que o curso está sendo cobrado para o ano que vem a Cr$ 800,00 e colégios oficiais, aqui só existem três, e para se colocar um filho é preciso se arranjar um pistolão político para ficar-se devendo o favor. — Com as minhas mais respeitosas saudações, subscrevo-me de V. Exa. admirador sincero — Sebastião Uchôa da Silva — Rua Justiniano de Serpa, 668, Fortaleza.

GENERAL EDGARD B UXBAUM

EUSINIO LAVIGNE

I — Foi no Hotel S. Luiz, em Pôrto Alegre, que conheci o gen. Edgard Buxbaum. Fazíamos parte do "Encontro da Paz", em fins de agôsto de 1953. A sua apresentação, senti que daquela cabeça irradiava um halo de afinidade espiritual. Conservo viva a impressão gratíssima que sua presença gravou-me nalma. Seu riso natural e comunicativo. A alegria transbordante de quem confiava na insubmersibilidade do Direito e da Justiça. A sua dedicação a tôdas as causas superiores. O seu espírito de solidariedade. Tudo nos impelia a querer aquele companheiro e nutrir, por êle, imensa simpatia.

O seu discurso, na reunião dos pacifistas, arrebatou a assistência popular. Pela fé e pelo entusiasmo com que discorrera sôbre o problema da Paz.

II — Como Abel Chemont, como Valerio Konder como o comandante aviador Sá Benevides, e tantos outros heróis da Paz, abnegados brasileirros, orientadores do impoluto "Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz", o General Edgard Buxbaum não media sacrifícios em prol da causa sagrada dos povos, ameaçados pelos nefandos belicistas Pode-se afirmar — porque sou testemunha de sua confissão — que êle deixou, prematuramente a ativa do Exército, para gosar de maior liberdade nessa campanha humanitária.

Como bem disse O SEMANÁRIO, n.º 136, ao anunciar a sua morte a 13 de novembro último, no Rio êle "não gosou o merecido repouso a que fazia jus depois de longos anos de serviços prestados à Pátria". De fato.

"Transferindo-se para a reserva, dedicou-se à luta pela Paz", de cujo 'Movimento" tornou-se o vice-presidente.

III — Nesse mister estêve em Salvador quando em discussão o projeto do "Acôrdo Militar Brasil Estados Unidos" que soube combater proficiente e denodadamente, como uma das vergonhas da nossa política exterior. "Luta árdua que exigia muita coragem cívica e patriótica", no juizo verdadeiro dêsse tesouro de nação que é O SEMANÁRIO, dirigido pelo valente jornalista Dr. Oswaldo Costa.

Foi, então meu hóspede, durante um mês Não. Eu é que fui seu hóspede porque minha casa honrou-se com a convivência de um brasileiro, tão dotado de peregrinas virtudes Minha família agradece a Deus aquela companhia adorável.

IV — E' certo, assim, dizer que êle dignificou o Exército brasileiro em cujas páginas, de gloriosas tradições de nobresa e de patriotismo, podemos inscrever o seu nome, o nome do General Edgard Buxbaum, como um dos mais destacados, pela sua honradez sua ilustração e seu acendrado amor à terra pátria

Pela pequena, mas substancial nota de O SEMANÁRIO sôbre a personalidade dêsse soldado, é de se concluir o acerto do juizo aqui expresso.

Participou de vários congressos da Paz e fôra nomeado, pelos seus relevantes trabalhos, membro do Conselho Mundial da Paz, ao lado do seu presidente, o imortal Jollio Curie

Conquistou por sua múltipla atividade, em prol dos princípios morais da civilização e da fraternidade, um nome internacional, conhecido na América, na Europa, na Asia e alhures.

V — Falta-me competência para traçar a figura singular do General Edgard Buxbaum, cuja humildade e modéstia, no trato das relações sociais não excluia a energia, serena no cumprimento dos deveres cívicos.

Baiano, nascido em Santo Amaro de Catú sempre lhe foi negada a oportunidade, como tanto desejava, de comandar a 6.ª R.M., com sede em Salvador da qual nunca quiz se afastar o seu amigo e colega, Edgard Cordeiro. Viveu, por isto, tôda a vida, fóra da Bahia.

Tive a honra de acompanhá-lo nas excursões pelo interior da Bahia, em propaganda contra o "Acôrdo Militar Brasil-Estados Unidos". Ilhéus, Itabuna, Santo Amaro, Feira de Santana, Catú, Alagoinhas Joazeiro (inclusive Petrolina, em Pernambuco) ouviram a voz ardorosa do prestante cidadão. Êle costumava, inicialmente, nos seus discursos, evocar os nossos antepassados que se sacrificaram pelo Brasil. E lembrava-os, como encorajamento aos coevos para não se curvarem à ignominia do revoltante "Acôrdo Militar".

Era um homem que não se alterava. Desconhecia a paixão, a cólera. Chefe de família bonissimo. Sempre franco, pilhérico, mas cortez, de bom humor, condescendente e compreensivo. Apreciava a literatura.

VI — Um militar disciplinado, mas não servil ou autômato, à moda dos que colocam a espada às ordens dos ditadores inimigos do povo. Não. Disciplinado consciente, a serviço da soberania nacional. Nêle calham as lições educativas do artigo de Gondin da Fonsêca, no n.º 136 dêste jornal, "O general Teixeira Lott e os rebeldes da FAB" ao referir-se às palavras de Frederico II, pelas quais o soldado deve ser disciplinado, para garantia da liberdade dos civis. "Quero os soldados disciplinados para que os civis vivam em liberdade".

Numa dessas operações no Sul do país, limites com Paraguai, durante uma revolta, Edgard Buxbaum, como oficial comandante determinou certas providências contra eventuais surprêsas do inimigo. Sobreveio, porém, tremendo temporal, à noite. Poderia ocorrer por isto, que as sentinelas não permanecessem nos postos recomendados. Prevendo-o, o nosso comandante dirigiu-se a cavalo, sozinho, pela estrada da linha telegráfica, noite escura sob trovoadas, raios e coriscos, ao local, para examinar "de visus" a situação militar de acôrdo com as suas determinações.

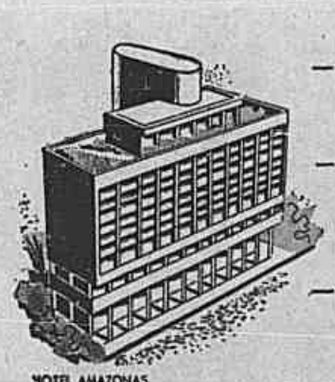
Tudo em ordem. Após a inspeção, voltou no mesmo pé, debaixo de grosso aguaceiro e relâmpagos que assombravam o animal, em risco de sério acidente.

E assim exercia com rigor as missões que lhe eram confiadas. E as exercia precisamente, como os fatos subsequentes da sua vida o confirmaram, para que os brasileiros não perdessem a sua inalienável liberdade.

Queiram os missionários do bem, cercá-lo das graças celestiais, com que sabem premiar os mansos e os justos que se despedem dêste mundo de injustiças para o reino da eterna verdade.

MANAUS pelo SUPER-H

V. GANHA 3 HORAS E MEIA DE VANTAGEM NESTE VÔO DIRETO DA REAL.



— Faça a viagem mais rápida e mais agradável de sua vida, voando a mais de 500 kms. por hora!
— Viaje com luxo e confôrto incomparáveis, com ar condicionado, cabine pressurizada, maravilhosa cozinha internacional e música a bordo.
— O radar guia êste seu vôo no Super-H da Real; o mesmo vôo que vai a Caracas, Miami e Chicago!

Consulte o seu agente de viagens ou as lojas da sua Real.

REAL AEROVIAS NACIONAL

RESERVAS: 32-4300 e 32-7399
Av. Rio Branco, 277 — tel. 32-2300; Rua Santa Luzia, 732
tel. 42-3614; Av. Atlântica, 1936 — tel. 36-2022

Panorama Internacional

COLONIALISMO E NACIONALISMO

108 milhões de seres humanos, ocupando uma superfície de 17.700.000 Kms. 2, vivem sob o regime da escravidão econômica e política — Discurso do deputado José Joffily, representante do Brasil, na IV Comissão da XIII Assembléia Geral da O.N.U., sôbre a situação dos "territórios não autônomos" — Não haverá paz duradoura enquanto o mercado internacional estiver caracterizado pelo intercâmbio em regime de extrema desigualdade geradora de acelerado enriquecimento de alguns em detrimento do progresso, cada vez mais lento, de outros povos"

Senhor Presidente,

Não vai longe o tempo em que os territórios dependentes eram objeto do interêsse exclusivo das potências por êles responsáveis. Até o derradeiro quartel do século XIX, as áreas coloniais concentravam-se em poder de uns poucos Estados, que as haviam obtido ou como beneficiários das retificações resultantes de guerras européias ou pela expansão imperialista que não conhecera limites. Com aspectos de emprêsa privada, a administração das colônias, na maioria dos casos se concentrava na exploração econômica quase sempre predatória, sem levar em conta, em suas determinações, a cultura, os interêsses e os direitos dos povos dependentes.

A primeira concessão de potências coloniais nesse particular é representada pela Ata de Berlim, de 1885. Então, num instrumento internacional, estabelecia-se, por iniciativa dos Estados responsáveis, a obrigação de resguardar alguns direitos elementares de certas populações nativas e de adotar medidas de proteção coletiva. Inicia-se, assim, o caminho no sentido da responsabilidade internacional sôbre territórios sem govêrno próprio.

Finda a primeira Grande Guerra, já as colônias dos vencidos não foram encaradas como simples espólios e adjudicadas a uma das potências vencedoras. O sistema de mandatos, sob o qual foram colocadas, realizava a institucionalização da responsabilidade internacional na matéria. Era, contudo, uma institucionalização pela metade, porquanto se referia tão somente às colônias e outras dependências territoriais dos vencidos, cujos povos, segundo o artigo 22 do Pacto da Liga das Nações, "não fossem ainda capazes de governarem-se por si próprios nas difíceis condições do mundo moderno". O bem-estar e o desenvolvimento dêsses povos era considerado um encargo sagrado da civilização e a sua realização confiada a potências experientes, o que vale dizer coloniais. O mecanismo de fiscalização dêsses mandatos era estabelecido em disposições imprecisas e, na prática, viria a provar sua ineficácia. As dependências coloniais dos vencedores de 1918, estas escaparam à responsabilidade internacional e não foram objeto de preceitos específicos do Pacto. Apenas mereceram uma ligeira referência no inciso b do artigo 23, pelo qual os Estados signatários se comprometiam a "assegurar tratamento justo" às populações nativas dos territórios submetidos a sua soberania.

Se, em funcionamento, o sistema de mandatos demonstrou sua debilidade ao permitir que o tratamento da matéria fôsse dominado pelas considerações políticas, o inciso b do artigo 23, por seu turno não impediu que se continuasse a aplicar à maioria das colônias o estrito regime anterior ao Pacto. Assim decorreu o período de entre-guerras, durante o qual não faltaram manifestações de surtos nacionalistas, reprimidos por vêzes com excessivo rigor. Nem sempre tinha maior relevância a categoria dos territórios dependentes no tocante à sua relação com as Metrópoles respectivas. O 'encargo sagrado da civilização' para com os territórios dos mandatos chegou a ser relegado, como foi também o dever de proteção quanto aos chamados **protetorados** coloniais, que, em quase tudo, se assimilavam às demais **possessões**.

Muito diversas, entretanto, eram as condições do sistema colonial ao suspenderem-se, em 1945 as hostilidades da Segunda Grande Guerra. Alguns do territórios sob mandato da Liga haviam atingido completa independência: de outro lado, várias possessões haviam sido ocupadas pelo inimigo durante as operações: o relaxamento do contrôle das metrópoles, que lutavam pela própria sobrevivência, propiciou a expansão de movimentos nacionalistas em breve tornados irreversíveis. Além disso, a sugestão representada pelas idéias da auto-determinação dos povos, introduzida na Carta do Atlântico e reafirmada pelos dirigentes da guerra, bem como em promessas específicas de autonomia, indicavam que a questão deveria ter um equacionamento definitivo. O princípio da auto-determinação, em seu sentido mais amplo, era considerado como subentendido na própria idéia de democracia e naqueles idos, a preocupação dominante dos construtores da paz era levar essa idéia às últimas consequências. A discussão das Cartas das Nações Unidas partiu, pois, do pressuposto da consagração do princípio da auto-determinação o qual viria a figurar expressamente em dois de seus preceitos e implicitamente em muitos outros. O destino dos territórios dependentes foi, portanto, decidido sob a inspiração dêsse princípio e, dessarte, haveria necessàriamente de significar um avanço decisivo em relação ao passado.

Quanto aos territórios antes sob mandatos da Liga, não haveria dificuldades, pois antes já ficara decidido que seriam submetidos a um regime de **tutela**, o qual poderia igualmente aplicar-se aos territórios porventura transferidos em consequência da guerra e a outros que viessem a ser colocados nêsse regime por acôrdo. Criou-se um conselho para assegurar a execução do sistema e impuseram-se às Potências Administradoras obrigações bem mais estritas do que as do Pacto.

A grande inovação da Carta foi, porém a Declaração sôbre Territórios Não-Autônomos. Com o capítulo XI, estendeu-se a responsabilidade internacional a todos os territórios sem govêrno próprio, fixando-se, do mesmo passo as normas gerais que deveriam limitar a ação dos Estados Administradores. O texto do artigo 73 tornou inequívoco o propósito de encaminhar todos os povos sem govêrno próprio para o pleno exercício da auto-determinação.

Ao contrário do que estatuiu sôbre o sistema de tutela, a Carta não criou o mecanismo de execução do regime adotado para os Territórios Não-Autônomos e ninguém tinha dúvida de que os preceitos substantivos acabariam por tornar-se letra morta se não se instituísse um sistema processual para o cumprimento do artigo 73. Nêsse terreno, tudo o que existe resultou de decisões da Assembléia Geral, e da elaboração doutrinária da própria Comissão de informações e de outros órgãos técnicos.

Se dúvidas houve, a princípio, quanto à caracterização de Território Não-Autônomo, para os efeitos do artigo 73, inciso e da Carta já elas não subsistem desde que a Assembléia Geral adotou a resolução que define os fatôres condicionantes. A propósito, muito me apraz recordar a contribuição do Brasil, através do projeto, que após receber várias emendas, foi aprovado e, assim, transformado na resolução que agora rege a questão. Quanto à cessação das informações, a qual constitui a contra-partida da obrigação do inciso e, a Assembléia Geral conseguiu chegar ao sistema harmônico em que, sem ferir a competência interna dos Estados Membros, reservou, entretanto, para si a decisão de última instância.

O silêncio da Carta a respeito da transmissão de informações de caráter político não constituiu óbice a que tais informações fôssem, em muitos casos, comunicadas espontâneamente e a que, de outro lado, se fizesse apreciável progresso nesse sentido. Se compararmos o rol dos Territórios Não-Autônomos que foram objeto de informações em 1946 cá estão representados nas Nações Unidas, por terem conquistado a condição de Estados soberanos outros tantos, em consequência de transformações constitucionais, integraram em condições de igualdade os Estados aos quais estavam ligados por vínculos de subordinação.

O muito que já se conquistou sob o ponto de vista jurídico e a certeza do que se irá realizar no domínio do progresso político não há de ser bastante para que não se continue com os olhos voltados para o futuro, em busca de meios de atingir também níveis de vida mais altos, produtividade, desenvolvimento econômico e social bem como as demais condições enumeradas pelo artigo 55 da Carta através das quais as Nações Unidas se propõem criar o clima de estabilidade e bem-estar indispensáveis às relações pacíficas entre as Nações, baseadas no princípio da igualdade de direitos e da auto-determinação dos povos.

Por outro lado, sendo fenômeno econômico fonte de fecundas e inúmeras consequências subjetivas deve merecer nêste momento nossa especial atenção pelos seus efeitos político-sociais, através das relações de troca no mercado internacional. É aí nêsse cenário mundial onde se processam as trocas de bens e de capitais entre os povos que vamos, agora, fixar nossas vistas, pedindo aos que me honram com sua paciência uma visão global e coerente capaz de conduzir todos nós a uma interpretação fielmente consentânea com o espírito das Nações Unidas.

A consolidação de uma Paz duradoura — supremo objetivo da ONU — está condicionada ao "progresso econômico e social de todos os povos". É êste não só o espírito como a própria letra da Carta.

Não haverá, assim, Paz duradoura enquanto o mercado internacional estiver caracterizado pelo intercâmbio em regime de extrema desigualdade geradora de acelerado enriquecimento de alguns em detrimento do progresso, cada vez mais lento, de outros povos.

Há, nesse sentido profundas afinidades entre o problema colonial e o do subdesenvolvimento, apesar da flagrante diferença no plano da realidade jurídica. Efetivamente, as áreas não-autônomas estão, quase tôdas, na mesma faixa tropical dos países latino-americanos. Desta coincidência decorre uma outra: também é a mesma a estrutura das duas economias. Operam ambas na linha de produtos primários. Ora, se é igualmente idêntico o anseio coletivo de superação do estágio histórico-econômico primário, parece irrecusável admitir que, em princípio, a emancipação dos Territórios Não-Autônomos também coincide com os interêsses da luta contra o subdesenvolvimento latino-americano.

Em passado recente, têm sido adotadas por diversas nações várias medidas com o objetivo de ampliar seus mercados internos, alcançando, assim, maiores benefícios disponíveis, em virtude do progresso da tecnologia e da aceitação internacional de providências destinadas a promover o bem-estar geral. Todavia, a iniciativa mais importante em matéria de cooperação econômica no mundo ocidental será — no entender da minha Delegação — a vigência do Tratado de Roma, que cria a comunidade econômica européia. Ao assinarem êsse convênio, a França, a República Federal da Alemanha, a Itália, os Países Baixos, o Luxemburgo e a Bélgica fixaram uma nova contextura de relações econômicas que trará, sem dúvida, vantagens para os povos da Europa e, eventualmente, para o bem-estar da comunidade mundial no seu conjunto. Êste novo quadro de relações encerra, porém, uma profunda alteração capaz de abalar a composição tradicional dos canais de comércio, do fluxo de capital e da estrutura da produção em muitas regiões da comunidade Atlântica.

Muito embora admitindo que o mercado comum europeu possa ser a longo prazo, uma associação salutar, acreditamos que as perturbações medulares do período de transição reclamam desde logo, amplo e cuidadoso exame pelas Nações Unidas e seus órgãos técnicos, a fim de evitar que os desequilíbrios resultantes provoquem novas distorções permanentes nas relações econômicas internacionais capazes de, por um lado, comprometer a execução dos planos de desenvolvimento das áreas menos desenvolvidas e, por outro, sacrificar as aspirações políticas de vários Territórios Não-Autônomos.

Sabemos que, na opinião de certas delegações, seria prematuro abrir agora o debate do problema porque ainda não houve tempo para o Tratado produzir, em escala substancial, as aludidas transformações.

Não é êste, porém, o nosso pensamento. Os dispositivos do **Tratado de Roma** representam, por si sós, suficiente ponto de partida para uma pronta análise capaz de indicar, com clareza, os principais efeitos de sua aplicação.

Consta-nos que os estudos apresentados até agora não têm a necessária amplitude, limitando-se a assinalar consequências parciais e o provável aumento dos produtos de base no mercado internacional.

Aproveito esta oportunidade da discussão do relatório (Doc A/3916/Rev.1), para examinar os aspectos do mercado comum europeu que encerram maior preocupação para o Govêrno brasileiro: quer afetem o comércio internacional da América Latina — e consequentemente seus planos de desenvolvimento — quer o índice de emancipação econômica dos Territórios Não-Autônomos.

O parágrafo I do artigo 133 do Tratado de Roma é a cláusula básica em sua aplicação ao Território Não-Autônomo. Estipula textualmente: "As importações originárias de países ou territórios se beneficiarão, em sua entrada nos Estados Membros, da isenção total de direitos alfandegários a ser progressivamente consumada entre os Estados-Membros, em conformidade com as disposições dêste tratado".

Estará, portanto, em futuro próximo, ampliado um grande mercado interno na Europa, inteiramente aberto aos produtos primários de suas dependências extra-continentais, enquanto que, através de crescente barreira de tarifas, estará progressivamente fechado a numerosos outros produtores de mercadorias básicas.

Partindo de considerações **a priori**, sem dúvida, estas medidas vão favorecer, numa série de etapas, o aumento da produtividade da indústria européia no seu conjunto.

Se o aumento da produtividade vier contribuir para níveis de renda e consumo mais altos, será intensificada a procura de matérias-primas produzidas fora da área européia. As relações especiais estabelecidas pelo **Tratado**, entre os países industrializados e seus Territórios de ultramar, passam a ser o canal natural de expansão do suprimento dêsses produtos básicos, cuja demanda se tornará maior nos centros industriais do âmbito europeu. Chegamos, assim, ao segundo ponto da análise: o fomento apresentado pelo mercado preferencial intensificará o fluxo de capital privado para as dependências de ultramar. Eliminada pela grande muralha aduaneira qualquer concorrência perturbadora, estará logicamente garantida uma extrema lucratividade do capital aplicado.

Êste capital será certamente empregado, em quantias substanciais na exploração não só dos recursos minerais necessários àquela economia européia em expansão, como também da agricultura comercial. Assim, os investimentos na produção de bananas, cacau e café devem aumentar em escala significativa, o mesmo se verificando com o sisal que representa mais de 50% das safras mundiais de fibras duras.

Uma vez que a produção destas utilidades será orientada em função da procura nos Territórios metropolitanos, a situação das economias não-autônomas flutuará cada vez mais ao sabor das oscilações nos rítmos de investimentos e nos níveis de renda e emprêgo do núcleo altamente industrializado do mercado comum.

Alega-se em defêsa dêste sistema de relações que poderá acelerar a evolução de uma economia de subsistência — onde os fatores monetários desempenham papel insignificante — para uma economia de mercado na qual a constante diversificação do trabalho determina maior produtividade com tôdas as suas repercussões em favor dos níveis de salários e com efeito estimulante sôbre a procura interna de bens e serviços.

Não é esta, Senhor Presidente, a nossa interpretação. Em primeiro lugar, é regra bem conhecida na doutrina e na história da economia que os investimentos estrangeiros no setor da exportação com elevado índice de rentabilidade, em relação ao capital aplicado, tendem a favorecer a balança de pagamentos, atingido apenas em escala limitada a renda **per capita** da comunidade.

Em segundo lugar, qualquer redução da atividade econômica dos núcleos industriais, acarretando diminuição nas importações de matéria-prima, exercerá efeito adverso sôbre os planos de desenvolvimento do capital social em ultramar, porquanto o Govêrno local — como tem acontecido frequentemente — depende dos impostos de exportação para financiar os sistemas de transportes, as fontes de energia e demais setores de infraestrutura.

Em terceiro lugar, o índice de preços de produtos manufaturados vem subindo em ritmo quase constante, enquanto que, de acôrdo com as últimas estimativas, o índice geral de preços dos produtos de base está caindo. O problema das relações de troca continua, assim, a exigir a atenção dos países menos desenvolvidos. Quando consideramos as perspectivas que se deparam aos Territórios Não-Autônomos, em consequência do aumento do fluxo de capital privado para o setor da exportação de suas economias suscitamos dúvidas quanto às repercussões que o aumento resultante na produção de matérias-primas exercerá sôbre os preços internacionais e, portanto, sôbre as receitas do comércio exterior que advirão para as próprias economias dependentes.

As fórmulas elaboradas pelo Govêrno norte-americano para enfrentar o problema das relações de troca no âmbito interno, entre o setor agrícola e o industrial, parecem apontar apenas que, se as circunstâncias vierem a impor soluções análogas no intercâmbio mercantil dos países industrializados com seus territórios de ultramar, essas diretrizes refletirão o estreitamento dos laços de dependência dentro do mercado comum.

Êstes problemas, entretanto, serão considerados irrelevantes se a ênfase de tôda a estrutura do mercado comum fôr concentrada no **papel complementar** das dependências de ultramar. Dentro dêsse pensamento, pode-se alegar que: a) os territórios de ultramar se beneficiarão da disponibilidade de artigos manufaturados de alta qualidade, provenientes das fontes do mercado comum; b) se cogita de um fundo de desenvolvimento a fim de complementar os recursos financeiros locais para projetos de desenvolvimento; c) se as circunstâncias o exigirem, os países metropolitanos adotariam uma política de subsídios em benefício do mercado de exportação de ultramar.

Nenhum dêstes argumentos será concludente se as relações geradas pelo **Tratado de Roma** forem examinadas em função da **taxa de crescimento** da renda **per capita** dos Territórios Não-Autônomos. Somente o elevado índice de crescimento em todos os setores da economia daquelas áreas será coerente com os princípios enunciados em 1951 no Relatório do Comitê de Informações que consagrou a primazia "dos interêsses fundamentais dos povos dos Territórios Não-Autônomos mediante o atendimento de suas necessidades e aspirações", em tôdas as matérias atinentes à administração e ao desenvolvimento das suas comunidades.

Quando destacamos a importância do índice de crescimento, temos em vista a relação entre o produto nacional e a população e, ao mesmo tempo, a participação indígena na produção total, a nosso ver, de bem maior significação que a perspectiva, aberta aos Territórios Não-Autônomos para importar mercadorias manufaturadas da área européia associada. Assinalamos que as receitas de exportação de produtos básicos devem, em primeiro lugar, cobrir as transferências de juros e amortização do capital investido nos territórios, e, em segundo lugar, corresponder às necessidades correntes de importação por parte da economia local.

Depois que se estabilizar a expansão inicial decorrente de transformações estruturais da indústria européia, o aumento da procura de gêneros alimentícios não manterá o mesmo rítmo. A demanda dêsses gêneros é notoriamente inelástica em relação à renda, isto é, em nível de renda real mais altos, os gastos com alimentação não tendem a aumentar proporcionalmente.

Por outro lado, com o aumento da renda real nos territórios de ultramar, sua importação de bens de consumo e de produção se elevará em escala muito maior. Acrescentemos a estas considerações o fato de que as indústrias secundárias destinadas a produzir para o mercado primário consumirão parte de seu excedente exportável.

Então, as dificuldades dos Territórios Não-Autônomos para expandir suas importações de bens de capital se agravarão a despeito de sua participação no mercado comum, e, assim, vêr-se-ão a braços com os inevitáveis problemas de balanço de pagamentos e demais efeitos negativos sôbre o índice do crescimento interno.

No tocante aos novos mecanismos de concorrência que surgirão na comunidade atlântica, estamos inclinados a crer, Senhor Presidente, que a existência de condições atraentes para capitais de tôdas as origens favoreceria muito mais o índice de crescimento interno das dependências de ultramar. Evitaria, também, influências artificiais sôbre o processo de desenvolvimento econômico, as quais, a longo prazo, seriam danosas aos interêsses de tôdas as nações.

A implantação de um mercado fechado de bens e serviços entre duas regiões de tamanhos contrastes em seus respectivos índices de crescimento — contrastes qualitativos e quantitativos — e cujos problemas são tão diferentes (em têrmos de meios para solucioná-los) não pode senão ocasionar desequilíbrio no futuro da cooperação econômica internacional.

Um sistema de ampla concorrência determina, mais fàcilmente, a expansão das atividades econômicas do que um mecanismo arbitràriamente estabelecido, de obstáculos ao comércio, sem consonância nas bases culturais, raciais e geográficas da Europa e Africa.

As nações mais diretamente beneficiadas com a inclusão das dependências de ultramar no mercado comum sempre salientam o **sentido complementar** de sua associação com os Territórios Não-Autônomos.

Há, porém, outros países que acompanham o processo de integração, tendo em mira as condições de concorrência dos Territórios Não-Autônomos, nos mercados internacionais e seus efeitos sôbre a observância dos princípios do Capítulo XI da Carta e, em particular os preceitos contidos nos artigos 73a) e 73b). De acôrdo com êsse ponto de vista, interpretamos o Tratado de Roma tendo em mente o índice de crescimento das economias que resultará da aplicação dos novos laços. Por êsse critério, o desenvolvimento econômico dos Territórios Não-Autônomos deve implicar numa política de investimentos equilibrada em capital social, no setor de exportação e nas indústrias manufatureiras para o mercado interno.

Como o mercado interno de qualquer dos Territórios é pequeno nos atuais níveis de população e renda **per capita**, evidentemente todos se beneficiariam com a eliminação das barreiras interafricanas ao comércio e com a diversificação dos canais para o fluxo internacional de bens e serviços.

A consolidação dos obstáculos ao comércio internacional, como se prevê no Tratado de Roma, não só dificultará a progressiva elevação dos índices de crescimento econômico nos Territórios Não-Autônomos em conjunto, como também poderá levar outros países a adotarem, em áreas diferentes, sistemas análogos. Esta alternativa foi prevista, aliás, no relatório da ONU sôbre a situação econômica da Europa em 1956, o qual concluiu: "Se esta tendência viesse a se desenvolver e se as diversas áreas de comércio se tornassem altamente protecionistas, os benefícios potenciais do mercado comum e da área livre de comércio da Europa Ocidental seriam consideràvelmente reduzidos".

Podem-se defender condições competitivas entre superfícies geo-econômicas, sem prejuízo da regulamentação internacional de produtos específicos através de convênios sôbre produtos de base, eventualmente aconselháveis em virtude da instabilidade dos produtos primários no mercado mundial. O que parece temerário à Delegação brasileira é a eliminação de condições competitivas entre áreas geo-econômicas, mediante a instalação de um mecanismo preferencial sem assegurar, simultâneamente, uma taxa adequada de crescimento do produto bruto de tôdas as economias afetadas.

Se as exportações latino-americanas forem totalmente deslocadas do mercado europeu, a atividade econômica nas Américas sofrerá pesado sacrifício. A importação de bens de capital da Europa, que já assinala apreciáveis índices de recuperação, correrá o risco de sensíveis reduções, enquanto outros mercados fornecedores de bens de capital assumirão posição monopolística face aos compradores da América Latina. Assim acontecendo, será inevitável a elevação dos preços dos produtos manufaturados, o que deterioraria ainda mais as relações de troca entre a pauta exportável dos países altamente industrializados e a dos subdesenvolvidos. Os efeitos de tal medida sôbre a estrutura interna de custo e, consequentemente sôbre a pressão inflacionária merecem ser assinaladas por seus reflexos negativos sôbre os planos de desenvolvimento em execução em todos os países da região. Igualmente, a redução na receita de exportação de produtos primários, por limitação do mercado, baixará o poder aquisitivo das nações subdesenvolvidas no mercado internacional. Estas, como se sabe, dependem do mercado exterior para adquirir o equipamento cujos padrões tecnológicos propiciam rápida devação da renda **per capita** de sua população. Nessa circunstância como manter o nível de expansão da economia consentânea com a taxa de crescimento de sua população — único meio capaz de evitar o empobrecimento apesar do crescimento?

O nível de emprêgo e o de renda nos setores de produção primária seria abalado, levando os diferentes govêrnos ao seguinte dilema: ou comprar a produção que era tradicionalmente exportada para o mercado europeu, formando estoques de lento escoamento, ou então abandonar os produtores à própria sorte, a fim de permitir que as leis do mercado promovam inexoràvelmente o deslocamento da oferta para mais baixo nível de exportação e renda. A primeira alternativa, por alimentar de um modo direto o processo inflacionário, representaria um custo social insuportável.

A segunda, incompatível com a filosofia social dominante da América Latina, onde a proteção ao trabalhador pela adoção de condições estáveis para o escoamento de sua produção tem sido uma constante na atuação estatal. Ameaça de novos surtos inflacionários de novas perturbações de estrutura de produção primária dos países subdesenvolvidos é a perspectiva do fechamento eventual do mercado europeu para a importação dos produtos primários da América Latina.

Vejamos agora se os benefícios resultantes para as áreas não-autônomas compensarão as limitações a serem impostas às economias subdesenvolvidas do Continente americano.

Já era crescente a expansão da produção africana de matérias antes do Tratado de Roma. Sua participação nas importações européias vem aumentando continuamente. No período 1934-38 a América Latina exportava, anualmente 6.1 milhões de sacas de café para os países do mercado comum, enquanto que apenas 786 mil sacas entravam nos países do mercado comum, provenientes das áreas sem govêrno próprio. Em 1952-56, 3.8 milhões de sacas eram originárias da América Latina e a contribuição das áreas dependentes aumentou para 2.1 milhões de sacas, em média.

Em referência ao cacau — produto que interessa às economias do Equador, do México, da Colômbia e da República Dominicana, além da economia brasileira — a tendência tem sido de incremento paulatino dos níveis de produção. No quinquênio de 1935 a 1939, a média anual de tôda a prolução na América Latina foi de 231 mil toneladas, vindo a alcançar, no período de 1952 56 267 mil toneladas. Entre êstes dois períodos, a produção do Equador, por exemplo, aumentou de 19 mil toneladas para 28 mil toneladas.

Ao mesmo tempo, a produção dos territórios dependentes dentro do mercado comum apresenta uma expansão de 79.500 toneladas no período de 1935-39, para 135.358 toneladas em 1952-56.

Em têrmos de participação de cada grupo nas importações de cacau pelos países do mercado comum, convém mencionar as seguintes cifras: no período de 1934-38, a área européia importou da América Latina uma média anual de 29 mil toneladas, enquanto em 1952-56 essa média atingiu 32 mil toneladas. Nesses mesmos intervalos, os dados correspondentes às áreas não autônomas são de 49 mil toneladas para 92 mil toneladas.

Um terceiro produto que merece referência específica é a banana. A importação dêste gênero nos países da comunidade européia apresenta também significativo aumento não só de procedência da América Latina como também das dependências de ultramar. A média das exportações anuais para os quinquênios 1934-38 e 1952 56 alcançou, respectivamente, as cifras de 59.537 toneladas e 224.405 toneladas para a América Latina e 113.800 e 153 774 para os Territórios Não-Autônomos nos períodos considerados. A respeito da produção africana, nota-se que a exportação total de bananas aumentou de 12.5 milhões de cachos de cinquenta libras, nos anos de pré-guerra, para 22 milhões no período de 1952-55. Os Territórios Não-Autônomos da área do mercado comum aumentaram, porém, no mesmo prazo, ainda mais ràpidamente sua exportação de 44 para 10 milhões. Na América Latina, o surto de expansão das safras especialmente notável no caso do Equador, que exportava a média anual de 1.9 milhões de cachos de 50 libras no quinquênio 1935-59, passando para mais de 26 milhões de cachos em 1935.

Esses números representativos da exportação de importantes produtos primários das economias subedesenvolvidas parecem demonstrar que as condições competitivas ora vigentes no mercado internacional jamais foram obstáculos à expansão da produção e da exportação nas áreas não-autônomas do mercado comum.

Se considerarmos, agora, a elevada taxa de crescimento do produto nacional nas economias dependentes verificaremos que o progresso nessas regiões vem se operando a uma taxa cada vez maior sem o concurso de novas barreiras preferenciais. As cifras apresentadas pelas potências administradoras dão para o Congo Belga uma renda nacional em milhões de dólares, de 586,2 em 1950 para 946.8 em 1955. O crescimento da Africa Ocidental Francesa aparentemente não tem sido menos animador: o produto nacional bruto da região, de 916 milhões de dólares em 1947 atingia 1.552 milhões de dólares em 1953. A evolução da renda **per capita** revela resultados igualmente dignos de nota, indicando mesmo que o crescimento da renda **per capita** da população africana tem sido proporcionalmente mais acelerado do que o da coletividade residente. No Congo Belga a renda **per capita**, em 1950, era de 52 dólares; em 1954 alcançava 73 dólares. Na Africa Ocidental Francesa era de 56 dólares em 1947 e alcançava 79 dólares em 1953.

Onde então, a necessidade de impor uma barreira alfandegária geradora de tão profundos transtornos na estrutura internacional do comércio de produtos de base?

Os valores ora apreciados parecem indicar que se o objetivo é acelerar o desenvolvimento das economias dependentes, resultados igualmente eficazes seriam obtidos com o aumento da taxa de reinversão dos lucros auferidos atualmente.

O que desejamos deixar bem claro é que o desenvolvimento econômico das áreas dependentes não está, na opinião da Delegação do Brasil, necessàriamente condicionado à sua participação no mercado comum, pois, elevados índices de crescimento já caracterizam não só a produção de matérias-primas como também a formação do produto nacional bruto e da renda per capita desta região.

Por outro lado, a constituição do mercado fechado contém os vários aspectos condenáveis que, de modo sumário, já revelamos nos trechos anteriores da presente exposição.

Pelas razões acima expostas, a minha Delegação, Senhor Presidente, toma a liberdade de apresentar a esta Comissão, um projeto de resolução no sentido de convidar as Potências Administradoras a examinar a conveniência de adotar uma política de investimentos que assegure progressivo aumento da renda **per capita** nos Territórios Não-Autônomos.

CHOCANTE — IMPRESSIONANTE REVELAÇÃO DE TÔDA. UMA EXPERIÊNCIA.

A SOCIEDADE TRANSFORMOU-ME NUM MONSTRO

PROTESTO!

de PEDRO GIANNOTTI

Magnífico volume ilustrado ao preço de Cr$ 70,00

Esta é a verdadeira história da juventude frustrada, desumanamente explorada pela sociedade capitalista e pelos que industrializaram o misticismo.

NÃO DEIXE DE LER.
ÊSTE LIVRO TE ACUSA.
AS PALAVRAS FEREM COMO FERRO EM BRASA.

Remessas contra cheque, vale postal, carta com valor declarado, ou através do serviço de Reembôlso Postal.

Pedidos a EDITÔRA FULGOR — R. ANHANGUERA, 66
SÃO PAULO — CAPITAL

Esclarecimento Aos Companheiros de Andradina

Do companheiro Israel Soares Fernandes, de Andradina, recebemos, com data de 2 de dezmbro, a seguinte carta:

Prezado compatriota: — E' a presente para solicitar com urgencia, publicidade com destaque, corrigindo a profissão do sr. Carlos Pereira Jordão, que nos honrou com sua assinatura no memorial "Voluntários do General Lott", tendo constado entre os assinantes como **varredor de rua** ao contrário de sua profissão que sempre foi e continua sendo o comércio e assim sendo, deveria constar como comerciante e não varredor de rua, por sabotagem de algum inimigo quando a lista circulou entre o povo.

Ditos inimigos agora, tentam jogar o rapaz numa provocação contra O SEMANARIO e os companheiros que encabeçaram o movimento local, numa tentativa de desvirtuar o êxito de nosso movimento. Sugerimos também que O SEMANARIO se dirija por carta, convencendo o companheiro magoado da manobra em que está sendo envolvido por divisionistas.

Por demais conhecido, basta escrever à Carlos Pereira Jordão, Andradina, Estado de São Paulo, que êle receberá.

Limitando-nos ao assunto, antecipamos os nossos agradecimentos. Atenciosamente, saudações nacionalistas — **Isael Soares Fernandes.**

RESPOSTA: — Evidentemente, não nos cabe culpa alguma pelo engano cometido, uma vez que nos limitamos a reproduzir, como o recebemos, o material que nos foi enviado para publicação. Não conhecendo seus signatários, não poderíamos alterá-lo de forma alguma, nem jamais nos passaria pela cabeça fazer tão ridícula picuinha, com um dêles, cuja atitude patriótica estavamos louvando. Querer, portanto, intrigar conosco o sr. Carlos Pereira Jordão só pode ser mesmo obra de entreguista "doublé" de imbecil. Homem inteligente e esclarecido, êle, naturalmente, saberá dar a merecida resposta a intriga tão ingênua quanto inconsequente, inclusive fazendo ver aos intrigantes bobocas que ser "varredor de rua" não humilha ninguém. Tôdas as profissões são nobres, desde que dignamente exercidas. E, depois, não fazemos discriminações de classes e categorias sociais, no nosso Movimento, eminentemente democrático por sua natureza. O sr. Carlos Pereira Jordão nos merece por ser patriota, não por não ser "varredor de rua". E nada nos mereceria, ainda que se apresentasse como doutor ou milionário, se fôsse um entreguista. Não se deixe êle, portanto, enlciar pela sórdida provocação dos vende-Pátria, cujo objetivo é menos o de ferir a sua suscetibilidade, nesse caso, do que mostrar aos pobres, aos trabalhadores humildes, aos "varredores de rua" que nós, nacionalistas, nos envergonhamos na companhia deles, quando, pelo contrário, temos o maior orgulho de tê-los no nosso convívio, lutando conosco, ombro a ombro, pela grande causa da libertação do Brasil, que não é apenas de alguns mas DE TODOS OS SEUS FILHOS.

Carta à Revista "PN"

Prezado sr. Redator: — Anexo, tenho a satisfação de remeter a esse jornal, baluarte na defesa dos interesses do Brasil, uma cópia da carta que remeti à Revista "PN", autorizando para tanto fazer dela o uso que convier a êsse jornal.

Mui cordialmente — **Olívio Augusto Ronconi** — P. Zacarias, 21 — Curitiba.

"Curitiba, 7 de dezembro de 1958.

A Direção da Revista "PN"
Rua Luís de Camões, 74
RIO.

Prezados srs:

Na qualidade de Diretor Superintendente da Firma MOVEIS RONCONI LTDA., — em Curitiba — fiz no começo dêste ano uma assinatura dessa conceituada revista, com o fim precípuo de obter dados sôbre propaganda, artigos sôbre promoção de vendas, etc. Em parte o objetivo foi atingido, mas poderia melhor ainda se essa Revista não enveredasse pelo caminho perigoso da política e, o pior do que isso, fazendo o jogo vergonhoso dos trustes.

Todo êsse espaço regiamente pago, poderia ser dedicado a Publicidade tornando essa revista realmente especializada neste ramo.

Ao receber o n. 350 dessa Revista, de 1-12-58, comecei a folhéá-la e a página 8 deparei com o artigo "UM DOCUMENTO CORAJOSO" da seção "Verso e Reverso", o qual termina insinuando a revisão do programa da Petrobrás e — diz ainda "quem sabe? da própria política nacional do petróleo", Mais adiante deparamos com o artigo de Edson de Carvalho, intitulado "NO REINO DOS INOCENTES". Confesso que a minha fraca inteligência não me permitiu entender patavina do que ali está escrito. Todavia pensando melhor disse com meus botões. Aí está uma revista realmente patriota que está interessada que o Brasil produza mais petróleo e possívelmente essas críticas sejam construtivas!

Mas ao chegar as fôlhas 55 que desilusão! Lá está em página inteira um anúncio da "ESSO". A prova concludente de que os "patrões" para concederem anúncio a essa Revista, exigem, ou quando não, já dão os escritos preparados para a publicação nessa revista e exigem essa "linha da imprensa sadia", que vive financiada pelos trustes e a todo custo querem a mudança na orientação de nossa política petrolífera.

O povo brasileiro já conhece suficientemente o drama do petróleo no Brasil. Antigamente os "técnicos importados" afirmavam que não havia petróleo no Brasi, porque havia superprodução e os trustes não tinham interêsse em explorá-lo. Logo após a abertura dos primeiros poços, os falsos nacionalistas ou inocentes entreguistas, tipo Juarez Távora, afirmavam que a política brasileira precisava ser resolvida a curto prazo e de que não tinhamos recursos suficientes para explorá-lo etc., etc. O próprio gen. Juarez Távora afirmou em seu livro que não podíamos nem sequer comprar uma sonda porque custava milhões de dólares, etc. O resto é do conhecimento de todos os brasileiros. A Petrobrás aí está e as suas realizações são fatos e não palavras.

A imprensa "sadia" financiada pelos trustes esquecem que a Petrobrás também tem o seu serviço de relações públicas e que através dêle informa pela revista "PETROBRAS", milhares de brasileiros, que já são suficientemente adultos e sabem julgar.

Por essa razão a Petrobrás já está na alma do povo brasileiro, mexer com a Petrobrás é mexer com milhões de brasileiros. Nós somos pela iniciativa privada e contra a ingerência do govêrno em outros setôres de atividade, mas vocês da imprensa em geral sabem muito bem que o setor de Energia Elétrica, Minerais em geral e sobretudo Petróleo tem que ser explorado pelo Estado. Vocês sabem muito bem disso. D próprio Leão XIII em sua encíclica R. N. pontifica tal doutrina. E não me venham agora com êsse negócio de acusar de comunista quem é pelo monopólio estatal do petróleo porque isso não pega mais Isso não mais assusta.

Se vocês da imprensa querem realmente fazer crítica construtiva em favor da política petrolífera, porque não publicam e mostram antes de tudo as realizações da Petrobrás e apontam as possíveis falhas, etc. dentro do esquema monopolista. Não, o que os trustes querem é a revisão na política petrolífera.

Sejamos francos, hoje no estado atual do desenvolvimento da Petrobrás ou se é por ela ou se é contra ela. Não há meio termo. E ser contra a Petrobrás é ser contra a Pátria ou melhor, traidor da Pátria. Critiquem as eventuais falhas, mas não falem em revisão de política petrolífera, porque isso pode dar até revolução.

Desculpem o exagêro e o fato de ter que ser assim tão incisivo, mas não adianta mais ser macio e falar docemente nesse assunto, vocês que têm tudo na mão, escrevem e dizem o que querem, pois eu também aprendi pelo menos a escrever e a desabafar, porque vocês não têm coragem de publicar na íntegra, aquilo que recebem e não lhes agrada.

Eu posso estar errado mas tenho o direito de dizê-lo o tanto quanto vocês, que publicam a tôda hora artigos e que lemos muitas vezes a contragosto porque não há coisa melhor.

SAUDAÇOES PETROLIFERAS

Olívio Augusto Ronconi, P. Zacarias, 21 — Curitiba.

RESPOSTA À CONSULTA SÔBRE A "FEDERAL MOTÔRES S. A."

Prezado sr. Osvaldo Costa — Relativamente a uma proposta de subscrição de ações de uma firma denominada "Federal Motores S. A.", venho pedir a V. S. diversas informações. Poderá parecer-lhe estranho que, havendo tantos meios de me informar sôbre situações de firmas, dirija-me a V. S. Entretanto, se o faço, é pelos seguintes fatores:

I — É V. S. um dos maiores brasileiros que .ive o prazer de .onhecer através de artigos políticos.

II — É V S. um cidadão atualizado em todos os movimentos políticos do País.

III — É V S. diretor do melhor jornal impresso no Brasil — "O Semanário".

IV — É V S. companheiro de repórteres e escritores da estirpe de um Edmar Morel, Gondin da Fonseca, Guerreiro Ramos, o moderno M. C. (respeitando-lhe as iniciais), e muitos outros, o que de melhor existe no País.

V — É V S, juntamente com seus companheiros de jornal, o único capaz de esclarecer, sem senões, quando uma indústria é brasileira ou é DO BRASIL.

Por isto, pergunto-lhe:

Merece crédito a Federal de Motores S. A.?

Seus diretores, quem são?

Principalmente isto que desejo saber qual é sua essência? No caso afirmativo, isto é, que se trata de uma indústria altamente brasileira, subscreverei algumas ações (pois a oferta é acessível: Cr$ 1.000,00 cada uma, Cr$ 100,00 de entrada e Cr$ 50,00 por mês) e, ao mesmo tempo, levarei ao conhecimento de meus amigos esta indústria que surge, e com ela a emancipação de nossa Pátria. A indústria brasileira precisa de capital brasileiro.

Aproveito a ocasião para pedir a V. S outro esclarecimento: Não sou assinante d'"O Semanário", todavia, sou seu leitor há longo tempo. Porém, dada a insistência que "O Semanário" pede a todos a aquisição de sua assinatura, estou num dilema Eis a questão: no caso de me tornar assinante do melhor jornal do País, não poderei chegar e pedir na banca — "Dê-me "O Semanário", para que todos em tôrno ouçam. Assim procedendo, creio estar colaborando na divulgação do mesmo, diretamente. Muito brasileiro não conhece "O Semanário" por que? Entretanto, se passar a receber o jornal em casa, estarei cooperando para o pouco divulgamento dêle porque deixarei de proceder como expus acima. O povo precisa ser esclarecido e não sòmente meia dúzia de pessoas. Porém, para que isto aconteça, é necessária a penetração do jornal na massa. Espero que o Sr. tenha me compreendido; se, no entanto, convier ao jornal mais um assinante, me tornarei seu assinante a partir de janeiro vindouro.

Sem mais, agradecido pela atenção, na expectativa dos esclarecimentos acima, pedindo-lhe desculpas pelo **fraco escrever**, apresento a todos os soldados desta verdadeira FORTALEZA DAS RIQUEZAS NACIONAIS que é O SEMANÁRIO e que os mesmos não enveredem pelo caminho do Sr Coronel Alexínio Bittencourt, meus cumprimentos e votos de Feliz Natal e próspero Ano Novo. — Um nacionalista, Carlos Roberto Alves.

Anexo: um prospecto da indústria em questão.

RESPOSTA:

A "Federal Motores S A", com escritório na Avenida Beira Mar e oficinas na Rua Barão de São Francisco, nesta Capital é sucessora da "Importadora Federal de Caminhões", e tem como diretores os Srs Alpheu Medeiros Almir Costa e Alcyr Costa, todos brasileiros natos. A firma cujo capital é de Cr$ 500 000 000 00 em regime de subscrição, existe há oito anos, e explora o ramo de comércio e indústria automobilísticos É uma emprêsa genuinamente nacional, pelo que averiguamos não tendo nenhuma relação de dependência a qualquer grupo estrangeiro

S. O. S. ao Presidente

ALICE PIMENTA

....Sr. Presidente — Natal de 58 — Suspenda, por obsequio, suas viagens por nosso extenso território e olhe em redor o colosso que agoniza, Presidente! E o senhor muito prometeu!

Ponha, peço-lhe, êste extraordinário dom (quase de ubiquidade) a serviço de um povo, desiludido e desgraçado, que não acredita mais em promessas.

Dr. Juscelino — não deixe que a decepção ceda lugar à revolta. Porque não foram (o senhor bem o sabe) os votos dos partidos políticos e dos grupos econômicos que o levaram ao Catete. Foi esta massa anônima, esfomeada e descrente, que ergueu em tôrno de sua pessoa a muralha de ferro.

E hoje, Presidente, o colosso agoniza. E o senhor deve impedí-lo, porque poderá fazê-lo, se o quiser! Tenho guardado dezenas de recortes de jornais em que suicidios repetem-se pela extrema inquietação e desespero dos que os cometem.

Dr. Juscelino! Ampare destroços humanos de que são êstes recortes, reflexo. Tenho centenas deles. Amigos nossos colecionam sêlos raros, bibelots antigos, moedas desaparecidas. Eu, Presidente, recorto de jornais criaturas que a fome levou ao aniquilamento ou às grades de uma cadeia. E êstes recortes dizem-lhe da justiça do meu apêlo e falam-lhe em minha defesa ao enviar-lhe esta carta.

Breve, só milionários e senhores de grandes emprêsas em nosso país, viverão. Depois, dêstes senhores de grandes emprêsas e milionários, restarão apenas maltrapilhos e esfomeadas criaturas a habitarem favelas. E teremos também, como hoje, infelizes atiradas à prostituição e ao crime... Sêres humanos que D. Helder, na sua imensa e generosa compreensão, procura proteger e abrigar. Mas D. Helder, Presidente, não aperta entre as mãos a lampada de Aladino. Só o senhor poderá salvá-los dêste terrível pesadêlo que é para êles a dificuldade de gêneros, de moradia, de escolas e de hospitais.

Os campos abandonados dizem-nos da inutilidade do sacrifício. E os hospitais, as prisões, e os cemitérios, depois, encher-se-ão de criaturas que acreditaram no senhor quando em comícios nas praças públicas tudo lhes prometera.

E que esta massa imensa de condenados não lhe pese na consciência quando, aos pés do Cardeal, confessar seus pecados.

Presidente! O senhor ainda tem tempo em seu caminho. Mas seja breve! Por favor, seja breve! porque, desgraçadamente, dr. Juscelino, o colosso agoniza.

AGRADECIMENTO AO DR. HENRY YOUNG

Meu caro Dr. Henry, não sei como agradecer-lhe o grande benefício que V.Sa. tem me prestado com os notáveis artigos sôbre a criminosa medicina Rockefeller. Naturalmente, milhões de brasileiros, estão atentos aos vossos artigos obtendo esclarecimentos tão necessários quanto imprescindíveis à nossa sobrevivência.

E pensar que milhões de patrícios, estão sendo intoxicados, castrados, e paulatinamente depauperados, num trabalho inescrupuloso e sobretudo desumano. É de causar pejo, indignação e revolta.

Continue pois, caro Dr. a nos revelar estas verdades, certo de estar prestando um inestimável serviço ao povo brasileiro, que sempre lhe será grato. O futuro dirá.

Peço vênia, para sugerir sejam todos os artigos reunidos em um livro, que, estou convicto, terá a mesma espetacular e sensacional acolhida de "O QUE SABE VOCÊ SÔBRE PETRÓLEO" de GONDIM DA FONSECA. Não só estou lhe sugerindo, mas também apelando para que não deixe de publicar o livro, pois estou preocupado, e, como eu, naturalmente milhares de brasileiros, com a saúde e o futuro de nossa gente, de nossa PATRIA, enfim, de nossos semelhantes. Continue Dr., não nos abandone, se nós não soubermos lhe agradecer, ainda que lhe sejamos ingratos, tereis a recompensa da DIVINA PROVIDÊNCIA, pois é sabido que a justiça divina não falha.

(a) JOSÉ SILVA — Rua Padre Ibiapina nº 1545 — Fortaleza — Ceará.

OS TRABALHADORES DO PETRÓLEO E A DEFESA DA "PETROBRÁS"

JOSÉ INÁCIO (Salvador)

Cresce a onda de ataques e insinuações contra a ePtrobrás. Direta ou indiretamente a fnalidade é uma só: desprestigiá-la, colocando-a ante a opinião pública como uma emprêsa anti-econômica, deficitária, incapaz de cumprir seu programa sem a pretensa "ajuda" dos imperialistas norte-americanos. Uma atividade incomum vêm desempenhando os entreguistas nestes últimos dias, tentando tirar proveito da tensão política do momento, agravada pelo descontentamento popular com o alto custo de vida.

Isso não vem se dando por acaso. Quem tem mêdo arregala os olhos. Estão assustados com o crescimento impetuoso da Petrobrás, considerada atualmente como a maior emprêsa industrial do país, com um faturamento de dezoito bilhões de cruzeiros por ano. Sua participação na vida econômica do Estado é bem reconhecida assim como em relação ao comércio. No ano de 1957, comprou em média por dia na praça de Salvador, cêrca de Cr$ 532.000,00. Seu surgimento nestes quatro anos vem revolucionando consideràvelmente a consciência de milhares de trabalhadores. Mais de sete mil trabalhadoers, vindos da agricultura, das tendas ou da pequena indústria, habituados no trabalho artezanal, reeducam-se em um novo regime de trabalho e adquirem nova consciência.

A Petrobrás está transformando o aspecto natural do Recôncavo Baiano Vilas e cidades sem movimento, onde predominavam, antes, a pequena economia agrícola, estão hoje cortadas de novas estradas máquinas dos mais variados tipos operam pelos campos extraindo o ouro negro, preparando as premissas para um próspero parque industrial e a futura emancipação do País.

Tudo isso está vivendo sob constantes ameaças pelos trustes norte-americanos, e deve ser defendido pelos próprios trabalhadores A Petrobrás é um patrimônio do povo brasileiro, principalmente da classe operária, que participou das memoráveis campanhas do "petróleo é nosso", enfrentando a polícia nas ruas, as cadeias etc. Dessa luta nasceu a Petrobrás, genuinamente brasileira e BAIANA... podemos acrescentar.

Hoje, milhares de operários trabalham na Petrobrás, gozam de seus privilégios e, com suas próprias energias, ajudam a construir a grandeza da Bahia e do Brasil. Suas vozes em defesa da Petrobrás seriam uma fôrça ponderável e a mais autorizada, tratando-se da classe que mais sofre com a dominação imperialista

Entretanto, a luta em defesa da Petrobrás vem se realizando fora dela e, muito principalmente, entre os parlamentares. Isso é importante, mas seria muito mais com o apoio dos próprios trabalhadores da emprêsa. Daria mais fôrça e consistência ao movimento nacionalista, contribuindo assim para a educação paulatina dos trabalhadores, à base da luta antiimperialista. De um modo geral, os trabalhadores do petróleo odeiam os imperialistas, são de tendência nacionalista e admiradores do General Henrique Teixeira Lott, destacado defensor da Petrobrás. Revelam isso entre amigos, nos bate-papo, sem externarem de público seus pensamentos no sentido de reforçar o movimento nacionalista que se desenvolve além da Petrobrás. É isso que precisam fazer. Se ainda não o fazem é talvez, temendo represália da traição da direção da emprêsa (dos elementos entreguistas, é claro), mas devem saber, de antemão que essa luta é de interêsse da Petrobrás, e nenhum operário pode ser punido por defender interêsses da emprêsa onde trabalha. De que adianta fazer tudo que manda a emprêsa e ficar passivo ante a voracidade dos trustes? Essa atitude poderá mudar a "Petróleo Brasileiro S. A." para "made in USA".

Parabéns à "Real"

Está de parabéns o consórcio "REAL-AEROVIAS-NACIONAL", fazendo propaganda em O SEMANARIO. Foi uma feliz iniciativa da Emprêsa que se torna, com isso, credora da confiança e da simpatia dos patriotas brasileiros. Temos obrigação; é um dever sagrado prestigiarmos a indústria e as emprêsas brasileiras, mas precisamos, antes de tudo, que as organizações nacionais auxiliem, prestigiem e colaborem com O SEMANARIO, o jornal que defende os interêsses das emprêsas nacionais.

Sem O SEMANARIO, quantas emprêsas brasileiras já não teriam sucumbido ante a gula insaciável dos trustes? A campanha metódica, sistemática e sensata de esclarecimentos de O SEMANARIO tem feito recuar multos tubarões internacionais, não só pelo desmascaramento que lhes faz, como pela advertência aos nossos dirigentes entreguistas, que ficam temerários da opinião pública e arrefecem o apetite vergonhoso de entregar nossa indústria e nossas emprêsas aos DEUSES INTERNACIONAIS DO DINHEIRO.

Nossas congratulações à "Real", que assim conquista o coração dos patriotas brasileiros. Que outras emprêsas e organizações industriais brasileiras sigam o exemplo da "Real" "PARA O BEM DE TODOS E FELICIDADE GERAL DA NAÇÃO" é o que almejamos.

Fortaleza, 3 de dezembro de 1958 — José Silva, Rua Padre Ibiapina n. 1545.

PROBLEMAS NACIONAIS — Direção do Núcleo...

(Conclusão da pág 4)

Dêste modo, se o relator da Comissão não viu infrações à Lei 3.115, isto corre por conta de uma disposição subjetiva sua. "O pior cego é aquêle que não quer ver" — ensina a sabedoria popular. Os documentos, no caso ,estão a desmentir a impressão colhida por Sua Excelência.

Mas, prossigamos na exibição das contradições do sr. Renato Feio.

EM TORNO DA AQUISIÇAO DE VAGÕES

Histórico: A fim de estimar preliminarmente as necessidades dos vários setôres de produção, de modo a fazer com que cada setor atendesse plenamente as necessidades da economia nacional, reuniu-se no Conselho do Desenvolvimento, sob a coordenação do sr. Otávio Augusto Dias Carneiro, um Grupo Informal de Trabalho sôbre Transportes Ferroviários, no qual o sr. Renato Feio tinha papel relevante.

Êste Grupo de Trabalho estudou, segundo parece baseado na experiência pessoal de cada um dos seus membros, o problema do reaparelhamento ferroviário e submeteu ao seu Presidente. Doutor Lucas Lopes, um Relatório que, aprovado, foi inserido num volume publicado pelo Conselho do Desenvolvimento, denominado "Plano de Desenvolvimento Econômico — Transportes", em 1957.

A página 85 dêste volume, declara-se que "as ferrovias nacionais, a par de uma radical transformação dos métodos de administração, estão exigindo melhoramentos materiais de vulto elevadíssimo", concluindo, à página 86, que "um programa mínimo de reaparelhamento das ferrovias federais a ser realizado de 1956 a 1960 exigiria a aquisição de cêrca de 5.400 vagões de carga"...

Posteriormente, com a criação da Rêde Ferroviária Federal S.A., em 30 de setembro de 1957, o atual Govêrno julgou conveniente uma revisão e atualização dos projetos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e do Conselho do Desenvolvimento, sob a supervisão do Ministério da Viação.

Em virtude dos estudos realizados, chegou-se à seguinte conclusão: "Durante 1958 a 1960 deverão ser incorporados (ao parque ferroviário federal) mais os seguintes equipamentos principais: 5.600 vagões de carga"... ("Programa de Metas — Tomo I" — Conselho do Desenvolvimento, 1958, página 84).

Todavia, o Tomo II do "Programa de Metas", eleva o número de vagões a serem adquiridos para cêrca de 5.713, com a seguinte distribuição: 4.500 vagões para as ferrovias pertencentes à Rêde Ferroviária Federal S. A. e 1.213 vagões para as demais ferrovias.

—oOo—

Vejamos agora a evolução do sr. Renato Feio em relação ao problema. Frizemos mais uma vez que, segundo se comprova dos documentos oficiais anteriormente citados, o sr. Renato Feio opusera sua assinatura aos cálculos estabelecidos pelo Programa de Metas já na condição de presidente da Rêde Ferroviária Federal. Não obstante, no decorrer do ano de 1958, o sr. Renato Feio passou a interessar-se não pelo Programa do Govêrno mas pela execução de seu próprio plano visando a entrega do mercado nacional à Mafersa, firma da qual fôra um dos fundadores de parceria com o sr. Lauro Parente e que mais tarde iria associar-se à "The Budd Company". Êsse plano incluía a asfixia da indústria nacional de material ferroviário o que só poderia ser alcançado com a suspensão do Programa de Metas.

COMEÇAM AS INSINUAÇOES

Como primeira providência, — a par da importação de vagões desmontados dos EE. UU. que prosseguia e da mentira repetida insistentemente de que as fábricas nacionais estavam ocupadas por mais de 3 anos — o sr. Renato Feio aproveitou o comparecimento à Comissão de Inquérito, no dia 16-4-1958, para insinuar não ser correta a estimativa do Programa de Metas. Nessa oportunidade afirmou:

"O problema com relação ao material de carga é que não há necessidade dessa quantidade de vagões. As estradas da Rêde precisam relativamente de poucos vagões. Estamos fazendo um estudo rigoroso a êsse respeito para verificar as nossas reais necessidades. Aquela idéia antiga de que era necessário comprar milhares e milhares de vagões é absolutamente falsa porque os vagões existentes, desde que tenham uma circulação melhor, dão um volume maior de transporte... Não estou ainda documentado para dizer com absoluta precisão de quantos vagões vamos precisar, mas posso assegurar o seguinte: se por um motivo qualquer, uma catástrofe qualquer, se ficasse, por exemplo, impedido de usar energia elétrica no Brasil paralisando-se tôdas as fundições e laminações de aço, poderíamos passar provàvelmente dois ou três anos sem comprar absolutamente vagões, porque os que existem são suficientes para o nosso tráfego e até para o crescimento da ordem de 3% anuais que se está verificando constantemente nos últimos anos... Seria imperdoável que enchêssemos nossos desvios de vagões vazios, apenas para comprar vagões. Precisamos de vagões para fazer transportes, não para ficarem parados. Isso não é fácil, porque há hoje milhares de vagões parados nas estações de algumas estradas porque não há o que transportar. Não é que se esteja com o transporte atrasado, o transporte está em dia, apesar da intensa concorrência rodoviária que estamos sofrendo. O nosso volume de tráfego está aumentando, estamos transportando cada vez mais longe, mas a melhoria técnica da operação está permitindo atender a êsses aumentos sem maior número de veículos. ("Diário do Congresso Nacional" (Seção I), de 9 de outubro de 1958, página 5.733)".

RENATO FEIO FALA CLARO

Mais tarde um pouco, a pretexto de comparar a situação do Brasil com a de outros países onde o reaparelhamento do parque rodante das ferrovias vinha sendo realizado há algumas dezenas de anos, comparece o sr. Renato Feio no "Jornal do Comércio" para dizer que a Rêde não necessita de vagões. E o fêz de modo taxativo fugindo um pouco ao tom reticente de seus pronunciamentos, alegando estar apto a obter um maior volume de carga transportada, empregando quantidade mais reduzida de vagões ("Jornal do Comércioù' 16-7-1958)".

RENATO FEIO RECUA E MUDA DE TOM

A suspensão abruta das encomendas de vagões programadas pelo Govêrno determinou de imediato o início de uma onda de desemprêgo entre os operários metalúrgicos. Os Sindicatos, ao mesmo tempo, tomaram conhecimento da importação de vagões desmontados dos EE. UU., através de uma verificação no Pôrto de Santos, por ocasião da chegada do "Lóide Guatemala" (3-8-1958). Em consequência, começaram a agir junto ao Govêrno. A CNTI exigiu do presidente da Rêde que se pronunciasse em relação ao Programa de Metas.

Diante do fato novo, o sr. Renato Feio julgou oportuno manobrar e mudar de tom. Numa carta dirigida à CNTI, datada de 23-9-58, após tecer loas ao Programa de Metas diz entretanto que:

"dentro do total de 4.500 vagões há uma parcela ponderável de 1.000 a 1.200 vagões, destinada ao transporte de minério e carvão. Sem que haja aparelhamento dos portos, melhor equipamento e maior produção das minas, ou apreciável expansão das usinas siderúrgicas, não será justificável ainda a aquisição dêsses vagões". Acrescentando, "devem ser ainda deduzidos não só 450 vagões de madeira destinados a serem retirados de tráfego mas que fôram aproveitados para o serviço de empedramento de linha de tôdas as ferrovias da Rêde, dispensando assim a aquisição de vagões novos para êsse fim, bem como os 500 que estão sendo fabricados nas oficinas da Santos a Jundiaí, para seu serviço e por seus operários. Portanto, o saldo de vagões a serem encomendados até 1960, dos 4.500 previstos na Meta Ferroviária, é de 4.500 — (1.000 mais 950) igual 2.550 vagões". (Carta a CNTI, 23 de setembro de 1958).

AGIA SEM QUALQUER DELEGAÇÃO DA DIRETORIA DA RÊDE

Temos portanto que em fins de 1957, o sr. Renato Feio achava que as ferrovias da Rêde precisariam de 4.500 vagões. Posteriormente, durante oito meses do ano em curso, declarou de público afirmando que não precisava mais de vagões. Repentinamente, em setembro, volta a dizer que vai encomendar não 4.500, mas 2.550 vagões. Até aqui estamos diante de um método de ação peculiar ao Presidente da Rêde, decorrência natural dos propósitos inconfessáveis que alimenta.

O mais grave entretanto é que, conforme apuraram os parlamentares da Comissão de Inquérito que realizaram uma diligência junto à Rêde, o sr. Renato Feio agiu no caso de motu próprio. A opinião da direção colegiada é a de que as Estradas da Rêde vão necessitar de vagões, havendo apenas divergência de opinião quanto ao volume da aquisição a ser programada ("Diário do Congresso" (Seção I), 2-12-58 — reunião de 26-11-58) — Também o diretor da Leopoldina, sr. Vicente de Brito Pereira Filho no depoimento perante a Comissão, afirmou taxativamente que "ninguém nos contestará que na Estrada de Ferro Leopoldina temos necessidade de vagões e de carros de passageiros". ("Diário do Congresso" 14-11-58, página 6.959).

Poderia haver maior evidência do não cumprimento da Lei 3.115, que estabelece em seu art. 92 a obrigatoriedade de funcionamento da diretoria colegiada? Já se vê que os elogios do sr Relator da Comissão de Inquérito ao caráter democrático do funcionamento da diretoria da Rêde nada têm a ver com a realidade.

AS PRETENSAS ENCOMENDAS DA RÊDE ÀS FÁBRICAS NACIONAIS

Uma das primeiras providências tomadas pelo sr. Renato Feio ao assumir a Presidência da Rêde Ferroviária Federal foi suspender a execução do Programa de Metas e interromper as encomendas ali previstas, de carros de passageiros e vagões de carga, às fábricas nacionais. Até mesmo contratos anteriores à Rêde foram sustados. Ao mesmo tempo, o sr. Renato Feio tratou de confundir a opinião pública procurando fazer crer que nenhuma ameaça de liquidação pairava sôbre a indústria de material ferroviário.

O comportamento irresponsável dessa autoridade pode ser demonstrado mediante a comparação dos seus diversos pronunciamentos públicos.

Assim é que, apesar de advertido pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito de que constitui crime fazer afirmação falsa perante êsse órgão legislativo, segundo estabelece a Lei n.º 1.379, de 18 de março de 1952, que as instituiu, o sr. Renato Feio não vacilou em dizer, em seu depoimento de 23 de abril do corrente, que:

"Essas unidades motoras têm de ser inicialmente compradas prontas porque o volume de encomendas que existe presentemente com as fábricas nacionais não permitirá que elas entreguem qualquer material a não ser dentro de 2 e meio a três anos"...

Esta mesma afirmativa gratuita e sem fundamento é feita na carta enviada pelo sr. Renato Feio à CACEX, na qual figura um tópico com o título: "Trabalho assegurado para mais três anos". ("Diário Carioca" 18 de maio de 1958).

Mais adiante no mês de outubro, eis o teor da nota que fêz publicar em alguns jornais:

TITULO: "Rêde Ferroviária faz pedido de 150 carros".

TEXTO: "Seis carros restaurantes, 14 dormitórios e 30 unidades de primeira classe constituem o lote de cinquenta carros metálicos de passageiros encomendados pela Rêde Ferroviária Federal às fábricas nacionais Santa Matilde e Mafersa.

Por outro lado, cem carros reboque de passageiros para composição de trens elétricos suburbanos da Central do Brasil serão entregues, ainda êste ano, à RFF. Cinquenta dêsses carros serão provenientes da Fábrica Nacional de Vagões, trinta da Cobrasma e vinte da Mafersa". ("Jornal do Comércio". 16-10-1958).

(Continua no próximo número)

Há Qualquer Coisa Pôdre no Reino de Alexínio!

(Conclusão da página 12)

gestão do laborioso líder da UDN e desde logo foi designada a Comissão que investigará as coisas diretamente nos Escritórios da Petrobrás: é a seguinte: deputados Bento Gonçalves, Onírio Machado e Carlos Lacerda.

Ainda por sugestão do deputado líder da UDN ficou decidido que a Comissão Parlamentar de Inquérito deverá contar com a colaboração de assessôres de "alto nível" para orientá-la em seus trabalhos. E passando da palavra aos atos, foram sugeridos logo alguns nomes e plenamente aceitos, entre os quais os dos srs. Heitor Beltrão e Plínio Cantanhede, êste ex-presidente do Conselho Nacional do Petróleo, do qual foi afastado depois de rumoroso processo, e diretor, ou ex-diretor da Refinaria de Capuava.

Todavia, o mais importante dessa reunião, como não poderia deixar de ser, foi uma revelação que o laborioso deputado Carlos Lacerda classificou de estarrecedora, isto é, da maior gravidade para os trabalhos daquele órgão parlamentar. E' que êle, sempre zeloso pelos destinos sagrados da pátria, quando saiu da reunião anterior, madrugada alta, ainda examinou em sua residência o volumoso "dossier" entregue à Comissão pelo bravo coronel Alexínio Bittencourt. E qual não foi a sua estarrecedora surprêsa, quando descobriu que o atual "relatório-bomba" do coronel Alexínio Bittencourt outra coisa não era senão uma segunda edição, melhorada, aumentada e robustecida, de um outro, de autoria do mesmo coronel, e encaminhado ao mesmo Presidente da República, em outubro de 1957, quando êsse ilustre militar era Secretário do Conselho de Segurança Nacional.

O presidente Oliveira Brito recebeu serenamente a revelação "estarrecedora" do bravo líder da UDN e decidiu convocar para o dia seguinte o depoimento do coronel Janary Nunes, uma vez que o seu colega Alexínio, infelizmente está gravemente enfêrmo na Casa de Saúde Samaritana. Certamente será visitado imediatamente por todos os membros da Comissão e também pelo seu amigo Santiago Dantas.

AINDA A ELEIÇÃO DA CADEIRA 21 — A luta pela posse da vaga de Olegário Mariano, na Academia Brasileira de Letras, continua renhida. É só do que se fala nas reuniões literárias, nos cafés, nas livrarias, onde quer que dois escritores se encontrem para conversar. Sempre a mesma coisa: — "Fulano prometeu a Beltrano o voto para Sicrano". Na semana passada Hélio Fernandes noticiou, na seção que assina no Mundo Ilustrado, **que Aurélio Buarque de Hollanda estaria com a eleição pràticamente garantida, graças ao trabalho de seus amigos acadêmicos, e não acadêmilos, uns e outros em plena atividade, "procurando evitar surprêsas desagradáveis". Informou o colunista, como exemplo: "Afonso Arinos, disposto a votar em Álvaro Moreyra,** está sendo trabalhado **(o grifo é nosso) para votar em Aurélio".**

Isso vem confirmar não só a nossa afirmativa inicial, como o que já escrevemos nesta página a respeito do sistema seletivo da eleição da Academia, indubitàvelmente de compadrio. Verão os leitores que dos três principais candidatos inscritos — Afrânio Coutinho, por quem já expressamos a nossa preferência, Aurélio Buarque de Hollanda e Álvaro Moreyra — será eleito o mais diligente, que maior número de pedidos fizer ou conseguir de amigos de prestígio. Pesará mais, na hora da decisão, a influência do candidato na vida literária, de sabida independência de valor, que o merecimento da sua obra; a cabala dos amigos, que o trabalho intelectual realizado; o charme **pessoal, que qualquer outro atributo mais específico para uma associação de cultura. Há exemplos sem conta no passado, a começar pela eleição de Mário de Alencar, amigo íntimo de Machado de Assis, que preteriu pelo voto da maioria a candidatura por justiça vitoriosa de Domingos Olímpio. Infelizmente não hão de faltar exemplos no presente e no futuro: se os melhores fôssem sempre eleitos, estaria desde já assentado o dia da posse de Afrânio Coutinho.**

É preciso que todos saibam que não é sem tristeza que fazemos essas afirmativas. Hão de convir que elas são obrigatórias ao assunto, por quem queira abordá-lo sem subterfúgios ou meias palavras.

A. B. P.

PARA CORRESPONDÊNCIA: Alfredo de Belmont Pessôa — Rua Leopoldo Miguez, 82 - apt°. 1001 Copacabana — Rio de Janeiro

LITERATURA ☆ LITERATURA ☆ LITERATURA ☆ LITERATURA ☆ LITERATURA ☆ LITERATURA

É PRECISO FESTEJAR N. S. DE NAZARÉ

JOSÉ CONDÉ

IMAGINAI a população inteirinha de uma cidade, tôda ela tomando conta das ruas e, misturada a essa multidão, ainda uns quarenta mil peregrinos vindos de várias localidades do interior — também dos Estados vizinhos — e então tereis uma idéia da impressionante massa humana que acompanha o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, a principal cerimônia religiosa (mais profana que religiosa) da tradicional festa que se realiza todos os anos em Belém do Pará e se inicia no segundo sábado de outubro (com a procissão da Trasladação), prolongando-se por quinze dias, com retretas no Largo de Nazaré, barraquinhas de prendas, jogos, comidas típicas e moças e rapazes namorando à boa maneira provinciana.

Enquanto fazíamos nossa primeira visita ao Ver o Pêso, alguém me dizia:

— O paraense passa o ano inteiro juntando dinheiro para gastar durante o Círio. Nessa época — acrescentou — ninguém deixa de comer o seu peru ou o seu pato no tucupi; ninguém deixa de presentear as crianças, ricas ou pobres, com os brinquedos que são feitos especialmente para os festejos.

O próprio autor destas linhas observou: naquele domingo, 12 de outubro, não avistamos os nossos bons amigos paraenses, pois nenhum deles deixou de almoçar em casa e de passar o dia junto à família. Fazia parte da tradição.

Dizem que a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, hoje venerada na Basílica, foi encontrada na floresta, em lugar ermo, por um caboclo chamado Plácido. Isso nos idos dos séculos XVIII. Há, porém, contradições em tôrno da lenda. O que ninguém põe em dúvida é a extraordinária importância que o Círio exerce sôbre o paraense, seja êle homem da cidade ou caboclo da barranca do rio, que vem até Belém pagar a sua promessa, beber a sua cachaça e saborear o seu apimentado tacacá. Porque vi os dois, lado a lado, de pés no chão, desfilando pelas velhas ruas sombreadas por mangueiras centenárias e diante de palacetes que nos falam dos tempos em que a borracha fazia riquezas do dia para a noite; palacetes plantados entre açucenas e jasmineiros, muitos dêles hoje abandonados, mas exprimindo no seu silêncio e em seus azulejos todo um sistema de vida e todo um passado que ainda são a própria atmosfera de Belém.

♦

Foi do jardim de um dêsses palacetes avarandados que assisti à procissão. Iniciando o desfile (iniciando aqui é fôrça de expressão, pois, antes que passassem os primeiros carros alegóricos e andores, incrível massa humana caminhava à frente) um tipo popular carregando enorme cruz às costas e, logo atrás o carro dos foguetes (fortaleza de madeira e de papelão de onde soltavam os fogos) puxado por um touro. A longos intervalos surgiam: um barco cheio de crianças (vestidas de marinheiro), dentro do qual devotos iam atirando velas; o brigue "São João Batista", simbolizando o milagre da santa atendendo às súplicas, em momento de perigo de um certo D. Fuas Rufino (um dos painéis iluminados enfeitando o Largo de Nazaré era alusivo ao episódio, que teria ocorrido nos tempos coloniais); o andor dos anjos; e, finalmente, a berlinda trazendo a imagem de Nossa Senhora, o povo puxando os cordões de isolamento, aos encontrões, com ânsia, machucando-se, porém não abrindo mão do privilégio.

Fui anotando certos tipos curiosos entre os devotos: muitos traziam vestes especiais, os homens quase sempre descalços e com lenços coloridos amarrados na cabeça, mulheres vestindo mortalhas roxas, outras levando enormes velas ou ramos de flores. Gente pagando promessas: carregando melancias, abacaxis, pedras, garrafas de aguardente (que eram ingeridas durante o percurso), barcos, brinquedos de papel coloridos e de madeira. E bandas de música executando dobrados em vez de hinos sacros. Também as principais autoridades do Estado, inclusive o Governador. Agremiações religiosas, soldados e marinheiros, escolares. Um mundo de gente, que desfilou por mais de três horas sob o sol implacável.

♦

De noite, então, as festas no Largo, diante da Basílica iluminada: bandas de música nos coretos, restaurantes vendendo pato no tucupi, tacacá (por certo, o mais popular dos pratos da terra), casquinhos de carangueijo e de mussuã, açaí, doces típicos. O parque de diversões "Show". E um não acabar de gente nas suas vestes domingueiras.

Madrugada, aproveitando a maré, o caboclo botaria a família na canoa e, empunhando o "Jacumã" de pá larga, deixaria o cais de Ver o Pêso, retornando à sua miséria na selva, na barranca do Guamá. Mas o sujeito da cidade teria ainda pela frente muitas noites de festa. Haveria tempo de sobra para outras cuias de tacacá apimentado. Entre sambas, valsas e, também, calipsos e rumbas. Namoricando. Tirando sorte nas barraquinhas de prendas. Tomando cerveja gelada que, na terra, é bebida de rico, mas que o pobre também bebe nessa época do ano porque é preciso festejar Nossa Senhora de Nazaré — protetora do rico e do pobre, do plantador de castanha e do pescador, do que vive na cidade e do que vive na floresta, longe de Deus e do Mundo.

MAURO MOTA ESTEVE NO RIO revendo as provas finais de **Os Epitáfios**, cujo lançamento está programado para o primeiro trimestre de 1959. — CONSELHO DE MANUEL BANDEIRA aos candidatos à vaga de Olegário Mariano: "... levem a coisa esportivamente. Uma eleição na Academia, ainda quando se é derrotado, enriquece o candidato de saborosa experiência, vale a pena. E a lista dos derrotados é tão ilustre, senão mas ilustre, do que a dos vitoriosos". — **KONTAPUNKT DER STUDEN** é o título da edição alemã de **Lições de Abismo**, romance de Gustavo Corção. — A CRÔNICA DE JOSÉ CONDÉ que hoje publicamos, pertence a um livro em preparo, ainda sem título, cujo lançamento dar-se-á no primeiro semestre de 1959. Já nos referimos, em **LITERATURA**, a êsse projeto do autor de **Histórias da Cidade Morta**. — GEIR CAMPOS TRADUZIU para a **Coleção Rubáiyát**, da Livraria José Olympio, **A sabedoria de Confúcio**, de Lin Yutang. Ilustrações de Jeanyee Wong e vinhetas de Luís Jardim. — **O JOGADOR E AS CARTAS** é o título do volume que reunirá artigos de crítica de João Climaco Bezerra. Edição do Instituto Nacional do Livro. — DO MESMO AUTOR TEREMOS uma coletânea de crônicas, lançamento do Serviço de Documentação do MEC, intitulada **O Homem e o seu Cachorro**. — CONSTA QUE CIRO DOS ANJOS está escrevendo um romance autobiográfico. Procuraremos detalhes. — JOSUÉ MONTELLO PROFERIU na Academia Brasileira de Letras, quinta-feira última, uma conferência sôbre o teatro de Artur Azevedo. — NAS LIVRARIAS: **Três Livros** (Agir), de José Paulo Moreira da Fonseca; **Sursis** (Difusão Européia do Livro), de Jean-Paul Sartre, traduzido por Sérgio Milliet; **A Educação Sexual** (José Olympio, 9.ª edição), de Monsenhor Alvaro Negromonte; **A Revolta da Chibata** (Pongetti), de Edmar Morel; **Superstições e Costumes** (Antunes), de Luís de Câmara Cascudo. — DE UMA REVISTA: "Está sendo articulada por um grupo de políticos e acadêmicos a candidatura do Sr. Juscelino Kubitschck à vaga de Olegário Mariano na Academia". Essa gente não perde a mania de fazer **blague** com coisa séria. — SAIU **JORNAL DE LETRAS**. Colaborações de Bráulio do Nascimento, Sarmento Barata, José Roberto Teixeira Leite, Adônias Filho, Armindo Pereira e outros. — TAMBÉM **LEITURA**, número 18, em circulação. — **A SEREIA VOADORA**, peça que Rachel de Queiroz acaba de concluir, abrirá a temporada de uma nova companhia que Jardel Filho fundou. O ambiente da peça é "um circo mambembe do interior", segundo declaração da autora a conhecido colunista literário. — PRONTO PARA O PRELO mais um romance de Paulo Dantas, cujo título será **O Capitão Jagunço**. O autor esteve no Rio tratando da edição com a Livraria José Olympio. — POR SUGESTÃO DE PASCHOAL CARLOS MAGNO a família de Olegário Mariano transformará em museu a **Toca da Cigarra**, que foi residência de verão do poeta. — INTITULAR-SE-Á **O MENINO DE OURO** a novela que Carlos Castelo Branco anuncia para breve. — NAS FOTOS: Manuel Bandeira e Sérgio Milliet.

FÓRMULA

O POEMA "FÓRMULA", de Raul Bopp, tem no mínimo dez anos. Poderia ter dois dias, ou duas horas, ou dois minutos:

— Vamos fazer um trato
numa conta corrente de interêsses:
Eu te elogio.
Tu me elogias.
Seremos lembrados.
Seremos fortes.
Seremos gênios.

O povo pensa pelo que lê nos jornais.

Um dia

o Prefeito, lá na província telegráfica,
mandará levantar um bustinho em praça pública.

CURIOSIDADE

NA "ANTHOLOGIE DE LA LITTÉRATURE SOVIÉTIQUE", editada em 1935 pela Gallimard, há a seguinte informação sôbre Boris Pasternak: "Pasternak occupe une situation particulière dans les lettres soviétiques. Tout en étant une véritable révolutionnaire de style, il refuse de se plier à la "commande sociele" de l'époque, et sa poésie conserve un caractère original et indépendant. En 1928-1931, il fut l'objet de critiques violentes de la part des extrémistes; le changement du cours littéraire en 1932 apporta sa réhabilitation, et au congrès des écrivains soviétiques en 1934, Pasternak fut officiellement reconnu le plus grand poéte soviétique vivant."

O povo diz que a história se repete. Esperemos pelo futuro.

Já noticiamos nesta PÁGINA, há semanas, o estabelecimento de bases de um concurso literário promovido pela "Revista dos Bancários", para premiar escritores novos segurados do Instituto a que ela serve. Procuramos ouvir o diretor da publicação em foco, Henrique Cândido Cavalcanti de Albuquerque, com o objetivo de colher detalhes do cometimento. Encontrâmo-lo em seu gabinete de trabalho, no IAPB:

— "Realmente a direção da "Revista dos Bancários" espera lançar, brevemente, as bases do seu primeiro concurso de literatura, através da seção especializada em letras e artes, cuja finalidade é incentivar vocações de contista na classe bancária. Será o escritor paulista Antônio de Alcântara Machado, sem dúvida uma das figuras mais expressivas da moderna novelística brasileira, com desempenho

marcante em determinada fase da nossa evolução literária".

Pedimos esclarecimento a respeito das bases do concurso:

— "O nosso objetivo, como frisamos, é premiar segurados do IAPB — isto é: bancários e funcionários do Instituto. Dessa maneira o concurso terá o seu campo de influência reduzida à classe aludida, aliás numerosa. As bases, propriamente, ainda não foram fixadas em caráter definitivo. Pensamos instituir, porém, um prêmio principal, no valor de 20 mil cruzeiros, e dois prêmios especiais, de 10 mil e 5 mil cruzeiros, êstes destinados, respectivamente, ao 2.º e 3.º colocados na ordem de classificação que a comissão julgadora estabelecer".

A nova pergunta:

— "Ainda não escolhemos os membros da comissão encarregada do julgamento literário dos trabalhos que forem remetidos à **Revista**. Já temos em cogitação, porém, alguns nomes de escritores conhecidos, ligados ao momento literário brasileiro".

Vale frisar que a "Revista dos Bancários" é a única publicação oficial brasileira de natureza classista, que dedica espaço a matéria literária e artística, em seção exclusiva. No número que temos em mãos, cuja capa reproduzimos, há dezesseis páginas de literatura, incluindo noticiário, contos, poemas e reportagens, ocorrência que se torna ainda mais elogiável em face do pouco caso da imprensa em geral para com a atividade literária brasileira. Há exemplos uma revista como "Manchete" poderia reservar um espaço permanente para notícias literárias, ao invés de reportagens esporádicas, de simples louvação; "O Cruzeiro" suspendeu a seção de Geraldo Freitas; o "Correio da Manhã" diminuiu para duas ou três páginas dedicadas às letras; a "Tribuna da Imprensa" substituiu o tablóide de literatura por um outro de assuntos gerais; "O Jornal" excluiu o suplemento literário da sua edição dominical, depois de reduzí-lo a proporções mínimas por página, misturando anúncios de roupa feita com artigos de crítica. Seria bom se o exemplo da "Revista dos Bancários" frutificasse, não só no que concerne as seções de literatura, como, principalmente, que outros prêmios de incentivo fôssem criados por outros órgãos oficiais, extra literários, até porque são êstes — já há o IPASE — dos poucos concursos honestos que se realizam no Brasil. Os de instituições puramente literárias ou culturais são a vergonha que todos sabemos.

Mas, deixemos de lado os exemplos negativos; fique o positivo, expresso pelas palavras finais da rápida entrevista que nos concedeu Henrique Cândido:

— "Acredito que o nosso concurso, que a seção de literatura e arte da **Revista** noticiará no momento exato, sirva para revelar consistas de valor, inéditos por falta de chance. E' êste, aliás, um dos nossos principais objetivos: dar oportunidade de revelação a escritores novos do Brasil. Evidentemente que escritores associados da IAPB, em virtude da natureza da nossa publicação, eminentemente classista".

SEM COMENTÁRIO

"CORREIO DA MANHA", 13-XII-58, p. 11. "Literatura", seção "Teatro das Letras":

"Um semanário veiculou que a Comissão encarregada de preparar a edição oficial das obras de Machado de Assis se achava num impasse por não saber em que ortografia iria apresentá-la. Não é exato. NENHUM IMPASSE TEM HAVIDO NOS TRABALHOS DA COMISSÃO, que prosseguem em reuniões regulares" etc...

"CORREIO DA MANHA", 8-XI-58, p. 10. "Literatura", seção "Vida Literária":

"Tem-se reunido, tôdas as semanas às quartas-feiras, na Academia Brasileira de Letras, a comissão encarregada de organizar a edição de Machado de Assis. (...). Quarta-feira foram discutidos os itens do plano de revisão filológica dos textos, HAVENDO CONTROVÉRSIA SOBRE MUITOS DELES, COMO O QUE SE REFERE À ADOÇÃO OU NÃO DA ORTOGRAFIA OFICIAL".

CRÍTICA

HISTÓRIAS DO DESENCONTRO

O SENTIDO do livro da Sra. Lígia Fagundes Teles encontra-se no próprio título: **Histórias do Desencontro** (1). A constante dos quatorze contos que compõem o volume é o desencontro, o desencontro nos diversos planos da existência. A Sra. Lígia Fagundes Teles procura surpreender ou mesmo demonstrar o desencontro como o signo sob o qual vive o homem. Não faz, em absoluto obra de tese, como pudesse sugerir a palavra **demonstrar**, mas é exatamente essa visão pessoal da vida, que lhe interessa revelar em têrmos de ficção. Tal visão, entretanto, não chega a configurar o mundo absurdo de alguns romances contemporâneos da corrente existencialista, apêsar das tendências de seu último livro, **Ciranda de Pedra**. E' antes uma aceitação total da vida, tal como se apresenta, sem nenhum intento de compreendê-la, de encontrar-lhe o significado, mas tão-sòmente o interêsse de denunciar-lhe as incoerências.

As personagens de **Histórias do Desencontro** não são, na maior parte, angustiadas, nem revoltadas contra a condição humana, mas inconformadas com a própria situação em relação aos semelhantes, à organização social. Os problemas de cada uma são de ordem imediata e as soluções que lhes ocorrem são essencialmente simplistas, soluções para as dificuldades do momento. Não há, no livro pois, a análise de caracteres, ou de situações, mas a criação de circunstâncias ou de estados psicológicos que ilustrem sua concepção. E' o caso de Tomás ("As Pérolas") que, enfêrmo, esconde o colar da espôsa para diminuir-lhe o realce do traje; é o casal ("Biruta") que engana um menino dizendo que lhe levam o cão para alegrar um pequeno doente, com a intenção de dar-lhe sumiço; é a mulher ("A Ceia") que permanece numa mesa de bar, após mandar embora o amante, para tentar esquecê-lo.

A criação de circunstâncias especiais para a movimentação das personagens leva a Sra. Lígia Fagundes Teles a repetir-se. Os contos "As Pérolas" e "A Sonata", por exemplo, têm início semelhantes:

"Demoradamente, êle a examinava pelo espelho. "Está mais magra — pensou — mas está mais bonita" (p. 3).

"O homem calvo inclinara-se para apanhar qualquer coisa e êle pôde então vê-la refletida inteira no alto do espelho da parede: desabrochara, apenas isso, desabrochara. A beleza mais imprecisa da adolescência firmara-se mais suve" (p. 160).

Também "A Viagem" e "Natal na Barca" apresentam trechos de similitude evidente:

"Ràpidamente êle se aproximou da janela. Contraiu-se todo. E como se fôsse impulsionado por molas, saltou ao peitoril. Ainda de costas para a rua, abriu os braços e ali ficou como um estranho pássaro prestes a levantar vôo. Seus olhos brilhavam, vivíssimos.

— Agora — "gritou rodando sôbre os calcanhares. E atirou-se no espaço." (p. 159).

"— A senhora só tem êsse?

— Só. O meu primeiro morreu o ano passado. Subiu no muro, estava brincando de mágico. De repente, avisou: "Vou voar." E atirou-se no espaço." (p. 171).

As personagens de **Histórias do Desencontro** têm vida interior, não em profundidade que lhes outorgue as características de topos psicológicos, porém superficial, mas dentro de certa constância que as faz viver em permanente monólogo, desencontradas dos circunstantes. Mesmo durante o diálogo, em alguns casos, as personagens não conservam a menor aproximação subjetiva e mantêm conversação incoerente ou de sentido particular para cada uma. E' como se falassem língua diferente.

"Não se importe comigo, estou brincando com minhas idéias, aquela brincadeira de idéias conexas, você sabe..." (p. 5).

"Encolheu-se no fundo da poltrona. Contraiu os maxilares. Era cruel, cruel. "Não podem fazer isso comigo, eu ainda estou vivo, ouviram bem? Vivo!"

— Ratos!

— Que ratos?

— Ratos, querida, ratos — disse êle num tom melifluo. Arregaçou os lábios num sorriso lento. — Já viu um rato bem de perto?" (p. 7).

"Ela entrelaçou as mãos sob o queixo. E fechando os olhos, meneou angustiosamente a cabeça.

— Mas não se trata disso, Eduardo! Será que você não entende mais o que eu digo?!... Eduardo, Eduardo, eu queria que você entendesse..." (p. 103).

E' ainda o diálogo transformado em monólogo o que encontramos no último conto "Um coração ardente". Nesse conto, aliás, a Sra. Lígia Fagundes Teles configura explicitamente o problema do desencontro, procurando dar-lhe a naturalidade do acaso. A autora mostra-nos os esforços de um homem para a reintegração social de uma prostituta, através de longa preparação psicológica para o casamento, sem nenhum resultado, e o suicídio de outra, no mesmo prostíbulo, motivado pelo desespêro de não conseguir o que a outra recusava.

"Desviei da morta o olhar indiferente. Suicídio. E daí? Podia haver fêcho mais digno para aquela vida enxovalhada?

.....

Fiquei a olhar a cena com a maior indiferença. Era essa mesma a vida e a morte que ela escondera. Pois não era? E então? Por que a surprêsa? O escândalo?...

.....

A mulher fêz uma pausa, para assoar-se furiosamente na toalha. — Quantas vêzes ela me disse que queria viver uma vida igual a de qualquer moça por aí, com sua casa, seu marido, seus filhos...

.....

Fui saindo lentamente do quarto. Mas então? Então... Toquei na maçaneta negra da porta. Era ali que eu devia ter batido, era ali. Tudo não passara de um pequeno equívoco. Um simples equívoco de porta." (p. 193).

As personagens de **Histórais do Desencontro** chegam por vêzes ao desespêro e buscam solução na fuga do ambiente ou da vida. Há quatro suicídios no livro: Luísa ("As Cartas"), Augusto ("A Viagem"), Atos e Alexandra ("Um coração ardente"). Essa forma de libertação pelo suicídio, manifesta-se também pela eliminação do semelhante, que se torne incômodo. Miguel lança ao rio um amigo que lhe testemunhara um acesso de loucura ("A Testemunha"); Ricardo encerra a ex-amante num túmulo para libertar-se do desejo frustrado de reconciliação. Há também os impotentes, os que apenas esboçam desejos de libertação, e permanecem inconformados numa vida de desencontros. Tomás ("As Pérolas") e Rafael ("A Fuga") limitam-se a protestar:

"Tomás contraiu dolorosamente a bôca. "Não quero nada, isto é, quero viver. Apenas viver, minha querida, viver..." (p. 4).

São as mesmas as expressões de Rafael:

"Rafael enfurnou as mãos nos bolsos e apertou obstinadamente a bôca. "Não sei de nada, só sei que tenho vinte anos, ouviram bem? Vinte anos! — teve vontade de gritar. Sorriu — Só sei que tenho vinte anos, paizinho. Cresci, compreendeu? E quero viver, v-i-v-e-r..." (p. 38)

Êsse o mundo que a Sra. Lígia Fagundes Teles trás para o seu livro. A vida está em débito com todos; não há felicidade nesse mundo, não há alegria, por que todos vivem desencontrados. Os homens e as mulheres não conseguem jamais o que desejam, e realizam a vida em oposição a todos os planos porque a lei de seu mundo é o desencontro. Daí serem todos inconformados, desajustados, suicidas e criminosos. Há ainda os loucos. E' um livro pessimista, **Histórias do Desencontro**.

Só no ponto de vista da técnica dos contos, a Sra. Lígia Fagundes Teles inscreveu-se entre os modernos. Seus contos, com exceção de "Hô-Hô" e "Um coração ardente", fixam um momento, uma cena, um simples fato. A autora não se preocupa com descrições e mesmo das personagens só apresenta os traços imprescindíveis e ainda no decorrer da história. Interessa-lhe antes de tudo o fato, o desencontro, como frisamos acima. Deve-se a isso, possivelmente, ao desinterêsse pela caracterização esquemática de suas personagens, a repetição de alguns traços. Exemplos:

"Repuxou os lábios gretados" (Tomás — "As Pérolas") (p. 9)

"Umedeceu com a ponta da língua os lábios gretados" (Rafael — "A Fuga", p. 37).

"E meus lábios gretados mal conseguiam sorrir" ("Natal na Barca", p. 175).

"Tinha as mãos de velho" (Alonso — "Biruta", p. 26).

"Um menino de olhar astuto e mãos de velho" ("Hô-Hô", p. 48).

"O menino tem um estrabismo lindo" (idem, p. 78).

"Ela pousou em mim os grandes olhos estrábicos" (Luísa — "As Cartas", p. 133) ou

"Um zunir secreto e quente de abelhas" (p. 21).

"Um zinudo quente de abelhas" (p. 76).

A constante principal de **Histórias do Desencontro**, sob o aspecto de caracterização seja em relação às personagens, seja no ambiente ou ainda como elemento metafórico é **névoa** ou seus analógicos:

a) Personagens:

"Uma nebulosa imprecisa", p. 6; "olhos enevoados", p. 145, etc.

b) elementos metafóricos:

"O primeiro segredo entre os dois, névoa baixando cada vez mais densa", p. 7; "como se tivesse no ymago uma nebulosa densa" (p. 37), etc.

c) ambientes:

"Em redor o vasto campo. Mergulhado em névoa branda", (p. 15) "folhagem côr de brasa envolta numa névoa dourada", (p. 15 e ainda págs. 22, 41, 127, 128), etc.

Sob o aspecto estilístico, cabe ressaltar alguns processos usados pela Sra. Lígia Fagundes Teles, através de uns poucos exemplos:

a) expressiviade: (ps. 25, 156).

b) antíteses:

"palpitantes e controlados", p. 5; "tão tranquilamente desesperada", p. 20; "olhar tão absorto e ao mesmo tempo tão terrivelmente inquisto", p. 135; "olhar incerto e vago, aflitivamente vago" p. 141, etc.

c) caracterização: a autora procura estabelecer relações novas entre adjetivos e substantivos, sem contudo ter evitado alguns lugares comuns:

"Zunido quente de abelhas", p. 76; "repletos de gente desbotada", p. 149, etc. e

"A noite ia cálida e clara", p. 81; "um olhar incisivo, duro" p. 83; "uma bela voz, harmonicsa e grave", p. 176, etc.

Finalizando, pode-se apontar uma tendência para o **humor** nalguns dos contos da Sra. Lígia Fagundes Teles (págs. 45 50, 51, 161, 118, 188, etc.). E' que uma visão pessimista da vida contém forçosamente um fundo de **humor**. Assim foram Swift, Sterne, Machado de Assis.

(1) Livraria José Olympio Editôra, Rio, 1958.

Bráulio do Nascimento

ARTES PLÁSTICAS

NEMÉSIO ANTUNEZ NO MUSEU DE ARTE MODERNA

Pintor internacional e grande do Chile — Emoção e inteligência nas telas do artista andino — Apoio aos modernos do Paraná — O dinheiro dos prêmios

J. LACERDA

Primeiro pintor latino-americano a expor individualmente no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, Nemésio Antunez é um artista internacional.

Formado em arquitetura pela Universidade Católica do Chile, embora jamais tenha construído uma única casa, Antunez pratica, com desenvoltura e habitualidade, as demais artes plásticas. Tendo estudado profundamente gravura, nos sete anos que viveu em Nova York é, sobretudo pintor, a única arte da qual realmente jamais fêz estudos regulares.

Do conceito que grangeou nos Estados Unidos, diz bem a bôlsa que os norte-americanos lhe concederam e que lhe permitiu uma estada de três anos em Paris e adjacências, isto é, pràticamente tôda a Europa. Não se sabe, porém, por que não sentiu a mesma curiosidade com relação aos Estados Unidos, de que conhece apenas a cidade onde estudou.

Nascido em 1918, pinta há vinte anos. Ao regressar a Santiago, em 1953, fundou o "Atelier 99" (no modêlo do Atelier 17, de Hayter, em Paris), aparelhado para os místeres da gravura e no qual ministra técnica para o grupo de vinte artistas que o integram.

EXPOSIÇÕES E MUSEUS

Além das inúmeras exposições que fêz em seu país (a última, uma retrospectiva sob o patrocínio do Ministério da Educação, englobando dez anos de trabalho), expôs em Paris (1952), Nova York (duas vêzes), Washington (na Pan-American Union), Oslo e Lima.

Em São Paulo, onde conquistou, na IV Bienal, o prêmio Ernest Wolf (de mil dólares), para pintor latino-americano, expôs em outubro último, no Museu de Arte Moderna. Nesta ocasião, teve quadros adquiridos, entre outros, por Francisco Matarazzo Sobrinho e Roberto Marinho.

Possui trabalhos nos museus de Arte Moderna de Nova York (gravuras) e São Paulo (óleos), no Museu de Arte de Cincinatti e no Museu Nacional do Chile. Na sua terra, recebeu, em 1955, o importante Prêmio (bienal) da Crítica.

EMOÇÃO E INTELIGÊNCIA

— Pintura é muito de emoção com inteligência, afirma o artista, ressaltando a tendência atual de atribuir-se importância exclusivamente à inteligência e às pesquisas, como se a arte fôsse um produto de laboratório.

Partindo da realidade, Antunez elabora seus trabalhos visando a transmitir a emoção que um tema lhe sugeriu. Parte sempre da realidade, sem a preocupação, no entanto, de registrar fotogràficamente o assunto. Tanto que jamais pinta diante do modêlo ou da visão que o inspirou. As cenas, êle as passa para a tela meses depois de o haverem impressionado. Depois de devidamente filtradas pela sua sensibilidade, conclui.

As bicicletas fascinam tanto quanto as quadrículas que servem de base a inúmeros trabalhos seus

APOIO AOS MODERNOS DO PARANÁ

A ARCO selecionou um pequeno grupo de artistas portadores de isenção de júri, para representá-la no Salão Paranaense. A medida visa a dar cobertura aos modernos daquele Estado, cortados no último ano. Enviando trabalhos que, pelo regulamento, não poderão ser recusados, espera a ARCO proporcionar apoio e ambiente para a exposição de obras dos artistas locais que, pelo critério até então predominante, não teriam oportunidade alguma.

Foram enviados trabalhos de Zélia Salgado, Ana Letícia, Ernâni Vasconcelos, Carlos Scliar, Aníbal Melo Pinto, Frank Schaeffer, Geza Heller, José Silveira D'Avila, Jagobo e Carlos Magano.

Por falar na ARCO, já estão constituídas as seções estaduais de Pernambuco (Lula Cardoso Aires, presidente e Aluísio Magalhães, vice) e Bahia (Mário Cravo, presidente e João José Rescala, vice).

NÃO PERDER O DINHEIRO DOS PRÊMIOS

Com muita propriedade, Quirino Campofiorito levantou uma questão do mais alto interêsse para os artistas. A do destino do saldo de prêmios de viagem porventura não gozados. Por que deixar que se percam? Porque permitir sejam de novo recolhidos aos cofres do Estado que tão raramente se abrem para os artistas?

O problema foi suscitado pelo regresso antecipado, por motivo de saúde, de Ivan Serpa alguns meses apenas após a sua partida para a Europa, repetindo o sucedido com Firmino Saldanha, que voltou por motivos profissionais.

Como fazer para que a bôlsa, em que consiste o prêmio de viagem de dois anos de duração, possa ser aproveitada com idêntica finalidade, por outro artista? Por que não atribuir, por exemplo, o saldo resultante da desistência do laureado, a um dos artistas que tenha recebido isenção de juri, no mesmo Salão?

NOTÍCIAS PEQUENAS

GENARO DE CARVALHO, que trabalha incessantemente na sua bela casa no Campo Grande, em Salvador, acaba de concluir uma grande tapeçaria para o Banco da Bahia. O trabalho irá fazer companhia aos painéis de Portinari e às telas de Pancetti. Um dia, quando o negócio de emprestar dinheiro passar de moda, o estabelecimento poderá transformar-se fàcilmente em Museu!

EM BENEFÍCIO DA CASA de Repouso Tomás de Aquino, realizar-se-á dia 10 do corrente, na ABI, uma exposição de artistas plásticos modernos. Inúmeras doações já foram feitas por alguns dos mais famosos artistas.

VÁRIOS MODERNOS GAÚCHOS terão seus trabalhos expostos, no correr de 1959, no Museu do Estado sulino, ora sob a boa direção de Ado Malagoli.

Modas, Beleza e Confôrto no Lar

Direção de ROSAN

Modêlo de Gina

Vestido para baile em gaze azul-turquesa. Frente: drapeados enviezados até a altura dos quadris. Costas: amplo decote em V, terminando na cintura. Saia reta. Complementos brancos.

BOAS RECEITAS

PEIXE COM MACARRÃO

Prepara-se um peixe ensopado com bastante tempêros. Cozinham-se, à parte, 250 gramas de macarrão partido em pedacinhos e depois de cozidos passam-se em manteiga derretida, sal e um pouco de paprika. Tiram-se as espinhas do peixe e arruma-se num pirex untado de manteiga, o seguinte: uma camada de peixe, uma de macarrão, uma de queijo ralado, assim procedendo até que a última camada seja de macarrão e coberta de uma boa porção de queijo e pedacinhos de manteiga. Levar ao fôrno somente para corar.

PUDIM DE QUEIJO DE MINAS

12 ovos — 400 gramas de açúcar — 1 prato de queijo de Minas ralado. 1 colher de manteiga derretida — sal e canela.

Bater bem as claras e juntar sucessivamente e batendo sempre o açúcar, as gemas já batidas, o queijo, a manteiga, o sal e a canela. Fôrma untada ou caramelada e fôrno regular.

ELEGÂNCIA NA PRAIA

Bonito maiô em algodão estampado em côres vivas. Lenço vermelho e chapéu de palha branca.

Em tecido de algodão listrado, êste gracioso maiô para mocinhas muito bonito o saiote pregueado.

RÁDIO — TV — DISCOS

eme fuks

PEQUENINAS

A garotada carioca está de parabéns. O "Teatro Infantil", produzido por Fábio Sabag (domingo, TV-Tupi) completou dois anos de existência. Mais de cem peças infantis já foram encenadas. E sem dúvida alguma um dos espetáculos mais apreciados pelo público mirim. Sabag está contentíssimo. E não era para menos. ● Hoje, na ABI a escolha dos melhores do rádio e da TV, em concurso promovido pela "Revista do Rádio", que conta agora com a decisiva colaboração do Departamento de Turismo da PDF. A coisa está feia e vai pegar fogo. Daremos os resultados completos na próxima semana, inclusive com os nossos votos. Hora prevista para o início da "batalha": 18 horas. ● Parece que "Noite de Gala" está melhorando. Os dois últimos programas foram bastante aceitáveis. ● Muita "onda" neste final de ano para a escolha dos "melhores do disco". ● A rádio Copacabana lançou uma audição dedicada à colônia israelita. Paulo Goldrjch e Rafael Perecmanis produzem o programa, que vai ao ar duas vêzes por semana. Quartas-feiras às 20 horas e domingos às 17 horas. ● As emissoras do interior, se assim desejarem, poderão enviar seus noticiários, que daremos divulgação — na medida do possível — de suas atividades. ● Carlos Carrié tem novo 78 rodando por aí (Mocambo). O cantor da Nacional leva mais fé em "Apesar dos Pesares", bolero de Bidu Reis e Murilo Latini. ● Sensibilizados, agradecemos — e retribuímos — os votos de boas festas, enviados a esta seção, pelo animador César de Alencar e pela gravadora Odeon. ● E por falar em Odeon. Bossa nova em janeiro, idealizada por Paulo Brandão. Um pequeno bar, com bebidas finas, será instalado no Departamento de Divulgação. A idéia — levando-se em consideração o forte calor reinante— deve ser seguida. São os nossos votos. ● Leonel do trombone está soprando o fino. Seu lp de 12 polegadas para a Continental ("O Negócio é... Gafieira") merece ser ouvido. Uma das boas pedidas para os discófilos dançantes. ● Ari Barroso, em seu último programa de calouros, transmitido às quintas-feiras pela TV-Rio, frisou de início que pouparia tempo, chamando logo o primeiro candidato. Porém, nosso bom Ari não se conteve. Manteve um pequeno diálogo — o assunto versou sôbre o aumento dos bancários — com um candidato, que inclusive cantou bem. Aliás, o programa foi bem melhor do que os anteriores, uma vez que os calouros — em sua maioria — não estavam tão ruins assim. É sempre um prazer ouvir as "broncas" do nosso bom Ari. ● "Os Grandes Sucessos de Maysa", com a própria, é algo que vocês não podem deixar de ter em suas discotecas. — Músicas como "Ouça" — "Adeus" — "Suas Mãos" — "Se Todos Fôssem Iguais a Você" — "Resposta" e "Por Causa de Você", compõem êste estupendo álbum da R.G.E. ●

MÚSICA

Inácio Guimarães

"TRAVIATA", NO FESTIVAL DO RIO DE JANEIRO

Depois de uma visita aos Estados Unidos, voltou ao Teatro Municipal a cantora Aracy Belas Campos, para cantar no Festival do Rio de Janeiro, a ópera "Traviata", de Verdi. A seu lado, nos outros papéis principais, o tenor Assis Pacheco e o barítono Paulo Fortes. Sôbre a ilustre cantora, de quem, em várias oportunidades, tecemos sem favor comentários elogiosos, agora somos forçados a dizer com a sinceridade de sempre que o seu desempenho não estêve à altura de seus méritos, dando-nos a impressão que a linda partitura verdiana não se amolda perfeitamente às características de sua voz. Em outras representações, como a da ópera "Boêmia", assistimos com grande contentamento a um trabalho perfeito da aplaudida artista. Mesmo assim, a festejada intérprete deu uma demonstração dos seus recursos artísticos e da doçura de sua voz no "Addio del passato". Assis Pacheco, com sua experiência, deu conta do papel de Alfredo, cantando com propriedade a romanza "De miei bollenti spiriti". O ponto alto da representação foi, sem dúvida, o barítono Paulo Fortes, que nos presenteou com uma edição do Germont rica de cena e de sonoridade vocal. O correto cantor patrício apresentou-se com grande brilho no "Di Provenza", conduta com que se manteve durante o decorrer da ópera. Em outros papéis, merecem referências elogiosas: Luiz Nascimento (Dr. Grenville), Loretta Lacce (Flora e Anina) e Guilherme Damiano (Barão). As danças do terceiro ato, pelo Corpo de Baile do Municipal, foram executadas com brilhantismo, notadamente a Dança Espanhola, onde Josemary Brantes nos impressionou com sua leveza extraordinária e pontas seguras e graciosas. O seu par, Johnny Franklin, teve grande desempenho. Os coros andaram justos, e a orquestra um tanto sonolenta sob a direção do maestro Edoardo De Guarnieri.

SOCIEDADE DOS ARTISTAS LÍRICOS BRASILEIROS — FESTIVAL PUCCINI

Em comemoração ao centenário de nascimento do compositor Giacomo Puccini, a S.A.L.B. levou a efeito, no auditório da Câmara Municipal, um concêrto denominado Festival Puccini. O programa foi iniciado por Maria Tereza Rezende Teixeira, a "A môça de Puccini" como se popularizou no programa "O Céu é o Limite", da Televisão. Suas palavras acêrca da vida romântica do saudoso compositor agradaram plenamente ao seleto auditório, que não lhe poupou aplausos. Ouvimos no programa, constituído exclusivamente de músicas do homenageado, o soprano Dina Lara, que nos deu com seu timbre de voz agradabilíssimo e extenso boa demonstração, nos trechos "Mio babbino caro", do Gianni Schichi, "Mi chiamano Mimi", da "Boêmia" e "Tu che di gel sei cinta", do "Turandot". Boa apresentação nos proporcionou o tenor Constant Moret, malgrado a emissão deficiente dos seus registros médio e grave. Trata-se de um cantor de grandes possibilidades e que merece uma orientação segura. Moret interpretou a contento "Chella mi creda", da "Fanciula del West", "Recondita armonia", da "Tosca", e, por fim o dueto de amor de "Mme. Butterfly". O tenor Ulisses Jean tem apenas um timbre de voz agradável; pronuncia mal o italiano e não sabe interpretar o que canta. Os seus números foram "Che gelida manina", da "Boêmia" e "Nessun dorma", do "Turandot". A melhor apresentação da noite foi, sem dúvida, a da artista Alaíde Briani, cantora de dotes excepcionais, que brilhou em temporadas passadas do Teatro Municipal. Ouvimos a correta artista em "Chi il bel sogno di Doretta", da ópera "La Rondine", "Un bel di vedremo", de "Mme. Butterfly" e, por último, o grande dueto da mesma ópera, onde Alaíde demonstrou sua fina escola e ótimos recursos vocais.

Os acompanhamentos estiveram a cargo do maestro Mário de Bruno.

É digno dos maiores encômios o trabalho notável do Dr. V. Caruso, que vem oferecendo com apuro estas reuniões de arte ao quadro social da S.A.L.B.

ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA MATHILDE BAILLY

O concêrto de nº 137 da Associação Artística Mathilde Bailly, estêve a cargo do soprano Nylsa Maria Drummond, nome conhecido da nossa cena lírica. Com um programa finamente elaborado e bem executado, Nylsa apresentou na primeira parte, peças de Haendel, Schubert, Brahms e Mozart. As duas grandes árias de Cleópatra e de Ermira, receberam da concertista um trabalho apurado e de belas proporções, seguidas de "Du bist die ruh" e "Liebstreu", duas sentimentais páginas de Schubert, onde Nylsa Maria Drummond, cantando bem no idioma original, deu provas da sua forte personalidade e dos belos recursos vocais que dispõe.

A segunda parte, pareceu-nos o ponto mais elevado do programa pela interpretação sincera e graciosa dada pela recitalista. Nylsa manifestou-se nos trechos que interpretou, uma cantora excelente no estilo, notadamente em "Invitation au voyage" de Duparc e nas duas composições de Debussy: "Recueillement" e "Aquarelle". Veio a última parte, onde se evidenciaram as obras de Alberto Nepomuceno "Amanhacer" e "Anoitecer" e, finalmente "Si vous saviez" de Francisco Mignoni, trecho de grande efeito muito bem interpretado pela distinta cantora patrícia, que soube tirar partido de sua voz agradável e bem timbrada.

Luiz Moreira

CINEMA

A OFENSIVA DO FILME FRANCÊS

Segundo o noticiário da "Unifrance Filmes", distribuído pla Embaixada Francesa, vemos que o cinema gaulês desfechou uma ofensiva vigorosa em tôdas as partes do globo, num trabalho meritório de difusão e intercâmbio cultural e comercial, com filmes, diretores e atores.

Participando recentemente do Festival de Veneza, Louis Malbe recebeu por "Les Amants" o "Prêmio Especial". Em setembro próximo passado, realizou-se em Edimburgo a "Semana do Filme Francês"; no mesmo mês outra "Semana" teve lugar em Cork, na Irlanda, com filmes de Robert Bresson, tendo sido êsse diretor calorosamente homenageado. Realizaram-se também "Semanas do Filme Francês" em Helsink e Montreal, com a participação de Renê Clair e Jacques Tatti. Ao "Festival de São Francisco", os franceses, além dos filmes, enviaram uma brilhante delegação.

"Simphonie Pour Un Home Seul" recebeu três prêmios e "Gentleman Cambrioleur" o Prêmio Especial do Festival de San Sebastian. Em Bucarest, o curta-metragem "Nez Au Vent", realizado por L. Starewitch, foi premiado no Festival Internacional do Filme de Fantoches e Marionetes.

Continuando a ofensiva, os franceses exportam diretores, técnicos e artistas para várias partes da terra para realizarem filmes pelo sistema de co-produções: na África, Vitor Stoloff roda "Le Voyageur Du Bout Du Monde": em Roma, com as câmaras instaladas no Vaticano, Philippe Agostini filma "Tu Es Pierre"; no Japão, Alan Resnais inicia "Hiroshima, Mon Amour"; na Iugoslávia, Bernard Borderie realiza "Delit De Fuite", segundo o romance de James H. Chase e, no Rio de Janeiro, roda-se "Orfeu Negro", baseado na rapsódia do poeta Vinicius de Morais. Deve-se ao produtor Sacha Gordine e ao diretor Marcel Camus a realização do filme. No elenco aparecem Breno Melo, Martessa Dawn e o atleta Ademar Ferreira da Silva. O filme está sendo rodado em cinemascópio colorido e terá uma distribuição internacional em português, francês e inglês.

TEATRO

ALMIR AZEVEDO

"TÔDA NUA"

(No Olímpico)

Bem pouca gente sabe, ainda, que existe, na Rua Pompeu Loureiro, 116, em Copacabana, um dos mais simpáticos e agradáveis teatrinhos do bairro — o OLÍMPICO, pertencente ao Clube que lhe deu o nome. Um grupo teatral apresentado por Fernando Villar e Berliet Júnior, ocupa-o, no momento.

"Tôda Nua", comédia em três atos, de Lúcio Fiuza — segundo original por êles apresentado — pertence ao gênero "comédia de costumes", já bastante explorado pelos nossos autores, gênero que, por mais bem concebido e dentro do mais perfeito modêlo, nada representa se o seu autor não tiver suficiente capacidade para apresentar imagens e situações *autênticas*. É indispensável que nêle entrem, com maior ou menor intensidade elementos cujo *realismo* atinja diretamente o espectador, despertando-lhe o bom-humor pelo senso de oportunidade. A atualidade da ação, às vêzes simples referências a episódios, pessoas ou fatos corriqueiros, dão-lhe o sabor de *realismo* que deve caracterizar êsse gênero de comédias.

Analisado por êsse prisma, Lúcio Fiuza passa sem dificuldade pela prova, pois não se poderia negar aos seus personagens existência *real*. Êles vivem, realmente, e foram por êle surpreendidos em plena existência — não obstante alguns exageros desculpáveis. Não conseguiu êle, porém, fugir à rotina, apresentando, apenas, um estudo pouco acurado e nada original, com personagens que pecam pelo excesso de vulgaridade.

O elenco é dos mais frágeis. Luiz Alberto, Luíza Camargo, Fernando Villar, Solange França, Francisco Moreno e Ferreira Maia, todos êles poderiam, quando muito, render um pouco mais se solicitados por um diretor de pulso. Mas tal não se deu, pois a direção de Fernando Villar falhou totalmente. As suas exigências sôbre o elenco, sem grandes talentos cênicos, foram ineficazes. Contudo, não se pode negar a Solange França e a Luíza Camargo certa presença interpretativa, vestindo-se ambas, além do mais, com apurado gôsto. Pobres e inexpressivos são os cenários de D. Wogel: nem êstes, nem os deselegantes trajes do personagem *René* sugerem o ambiente e a personalidade de um grande banqueiro.

Esperemos que as futuras apresentações dêsse grupo, sem dúvida esforçado e idealista, se ressintam de melhor orientação e de mais noção profissional sem o que, dado o elevado grau artístico a que atingimos, jamais será levado a sério, o que seria de lamentar.

Esta é NANCY MONTEZ, estrêla da próxima revista "Tem mulher... tô lá", a ser estreada em 7 de janeiro, no Carlos Gomes. É ela, além do mais, a grande atração dos GUANABARINOS SHOW BAILE, ora em excursão artística pelo interior do país.

ANÔNIMOS E INVISÍVEIS

Um verdadeiro exército, quase sempre anônimo e forçosamente invisível, forma o élo da cadeia responsável pelo bom e perfeito andamento de qualquer espetáculo. É êle formado por uma legião de mecânicos, eletricistas, carpinteiros, técnicos em som e maquilagem, executantes, enfim, de uma infinidade de pequenos "nadas" mas que são "tudo" para o sucesso de uma récita teatral. Sem a experiência e a competência dêsses abnegados profissionais, nenhum espetáculo estaria completo e muitos redundariam em autênticos fracassos. Tanto quanto o autor, os intérpretes, o diretor, o cenógrafo, o figurinista, têm êles sua grande parcela de responsabilidade no êxito de uma representação. Nada mais justo, pois, que dar-lhes evidência nestas colunas, numa homenagem que lhes é devida.

Arnaldo Campos, por exemplo, não obstante a pouca idade, é excelente mecânico-eletricista. Desde os dezesseis anos começou a se interessar pelas sutilezas da mecânica e da eletricidade, cujos segredos hoje desvenda habil e fàcilmente.

— Está satisfeito com a profissão que exerce? perguntei-lhe, num rápido encontro, à saída de um teatro.

— Muitíssimo — foi a pronta resposta. A mecânica e a eletricidade sempre exerceram sôbre mim verdadeira fascinação e por nada as deixaria.

— Não gostaria, por exemplo, de atuar como intérprete?

— Quem sabe? — respondeu êle, com um sorriso enigmático. Nunca pensei sèriamente nessa possibilidade. Entretanto se tal viesse a acontecer creio que não seria eu o primeiro "invisível" a se tornar ator. Existem mesmo entre nós, verdadeiros talentos à espera, apenas, de serem "descobertos". Tudo na vida depende de oportunidade.

ARNALDO CAMPOS não nega que poderá vir a ser ator: tudo depende de oportunidade.

— Nas horas de folga, que mais lhe agrada fazer?

— Dirigir automóvel (ou desmontá-lo) o que faço desde os dezesseis anos.

Para encerrar esta justa homenagem, acrescentarei que Arnaldo Campos é mineiro de Teófilo Otoni, tem atualmente vinte anos, é solteiro (mas não está "jogado fóra", segundo afirma) e se tiver em talento artístico o que possui em dotes físicos — é alto, moreno tem olhos verdes e muita personalidade — dará sem dúvida, um ótimo galã.

E despedindo-se repetiu, enigmático: — Quem sabe?

MOVIMENTO ESPIRITUALISTA BRASILEIRO

Direção de JOSÉ ALVARES PESSOA

Natal!

NOÊMIA COBRA LEITE

A primeira geração cristã, tôda embebida nas reminiscências dos Apóstolos, só cuidou de, ansiosa, beber e reter as palavras de Jesus por êles transmitidas.

Ninguém cogitava de escrever.

Todos ouviam, sentiam, viviam-nas e, esperavam...

Por isso, o Evangelho de Marcos, em nada se refere à Infância de Jesus, nem à sua genealogia. E' que êle, como todos os do primeiro século cristão, só se cingia à doutrina do Mestre, aos seus sublimes ensinamentos, e a viver da dôce recordação de sua amada pessôa que faziam por manter como presente em suas vidas. Aliás, os primeiros cristãos, esperando como esperavam a volta do Rabino para logo, não cogitavam de outra coisa a não ser o de serem dignos dêle quando, em glória, ELE voltasse.

E, nêsses primeiros cristãos, filhos das escórias das grandes metrópoles por onde o império romano se derramava, tais como, Antiópia, Efêso, Corinto, Filipe, Laodicéa, Tessalônica, e mesmo Jerusalém, onde as idéias socialistas ganhavam terreno já que suas populações miseráveis eram constituídas de gente de várias nacionalidades às quais o sentido de Pátria já havia se tornado vão, a lição tôda amor, compreensão, justiça do Cristo, levada pelas palavras não menos edificantes do Apóstolos dos Gentios era como que um suáve e consolador bálsamo para êsses sêres ansiosos de conforto moral e de um pouco de carinho em suas vidas frias e vasias, e iam elas neste campo fértil frutificando fortalecendo-se, ganhando terreno

Sim, como não deveriam surgir belas, estimulantes, persuasivas a estas almas atribuladas por mil e uma questiúnculas dos antigos cultos, sempre a ameaçarem-nas com as antigas e rígidas leis mosáicas proibindo-as cercando-lhes a liberdade de vida e de ação, as palavras de Paulo, separando o material do espiritual, quando lhes dizia: "O reino de DEUS não tem nada a vêr com o comer e o beber de coisas por outrem sacrificadas aos seus deuses; isto são coisas que se prendem à vida material às necessidades do corpo. O reino de DEUS resume-se em ser-se justo, bom, alegre e ter-se limpo o coração e a mente. O que importa é a abstinência de carnes e as observações puerís de dias e datas Em si mesmo estas práticas são inteiramente vãs. Cristo nos julgará a todos; cada um responderá por si"...

E, assim esperando num doce sonhar, os primeiros cristãos foram surgindo e à medida que os séculos iam passando, ia se diluindo aquêle primeiro fervor aquela ânsia de espectativa e, em seu lugar, uma nova consciência ia surgindo paulatinamente e aos poucos as palavras de Jesus, levadas por Paulo a todo o mundo de então, iam ràpidamente perdendo o sentido e, em lugar delas os fatos materiais iam se empilhando, tomando consistência e, as pessoas, iam ocupando o lugar das idéias. Formava-se a hierarquia Morria a doutrina. Os Evangelhos iam-se adulterando Nada mais da antiga poesia do sublime ideal do Galileu Todos queriam pontificar. O caos, o fanatismo iam criando os apocalipses. O amor ao poder ia criando a separação. A teocracia, a maneira romana iria em breve divinisar ao homem, ao chefe, colocá-lo vivo em um pedestal e dá-lo a adorar às multidões cultas e incultas As cultas o adorariam adorando nêle o poder que êles lhes transmitia. As incultas, pela sua própria incultura e, pelo desprêzo em que viviam, julgando-se felizes de pelo menos poderem compartilhar com os grandes, de uma réstea que fôsse na sua obra do culto.

Onde, onde aquêle lindo ensinar de Paulo: "O sêr interior, isto é a alma, é que adere a DEUS; mas a concupicência, o orgulho, a carne, estão em guerra permanente com Deus E, esta adesão não se realiza se a criatura não rompe com seus baixos instintos e vive segundo a alma. O corpo material é o grande inimigo da criatura humana; êle é a própria morte. O espírito, a alma é, pelo contrário, a Vida. O que não é quimera é o Eterno, é a alma, sois vós como espírito que sois".

E, as trevas materiais ocultaram a luz, o espírito, a alma. E, o trôno material de César, foi elevado à dignidade do culto e, o seu ocupante diz-se Vigário do Evangelizador das almas. O vigário daquêle que disse não ser o seu reino um reino dêste mundo material E o ouro e o incenso elevados a coisas divinas, prescreveram como inúteis, o ensinamento, a doutrina..

E, o nosso mundo, o mundo ocidental católico, apostólico, romano aí está dominador, eufórico, todo poderoso É a maior potência de que a humanidade já teve conhecimento. Nêle não há sequer o menor resquício dos admiráveis ensinamentos do idílio espiritual da Galiléia Nêle, a alma, o espírito, são mortos Impotentes, Nêle, reina, soberano, um homem dono absoluto das consciências pela sua prepotência esmagadas, caladas, inerme.

Isto foi o que restou ao mundo. Um poder material imenso a substituir o mais imenso dos sonhos espirituais. Apenas isto. Apenas a valorização da pessôa humana e a desvalorização completa da justiça, da lealdade, do amor.

E, no meio da magnificência do culto da grandiosidade das Igrejas, há todo o mundo de fome, de desnudos, de tarados, e, miseráveis.

Sim, por todo o orbe, mau grado a sua apregoada religiosidade reina o mêdo, o perigo da guerra da terrível guerra atômica que pulverizará, indiferente, trônos, altares, e, povos...

Isto é o que resta a êste mundo em permanente farça: Um DEUS indiferente, que num presépio frio, fantástico, inconsistente, na forma de uma impotente criança estende os braços à espera de proteção...

Vinte séculos são passados e a lembrá-los uma criança e uma cruz personificando, DEUS.

Um DEUS morto sôbre um madeiro impassível a ostentar no seu próprio destino, a maldade dos homens...

E, entre um ser inocente e um sêr impotente, uma humanidade inconsciente que ri que chora na apologia de uma Fé por ela mesma criada e alimentada

Um DEUS infantil... Um presépio... Comesainas! Presentes! Festas!

Cadilacs e filas de miseráveis a fitar com olhos dolentes a alegria dos fartos.

Um DEUS crucificado... Procissões... Jejuns... Prantos! Aleluia! Carnaval..

Virgens sacrificadas em dôida bacanal..

E, a bailar às bordas de um abismo, milionários e proletários, crentes e descrentes, jôvens e velhos, inconcientes, passam..

E, as palavras de Paulo nos vêm através dos séculos de silêncio: "Ó meus filhos, vós em que eu tenho de implantar o ensinamento novo na espectativa de que o CRISTO em vós se forme...

E, às acotoveladas as multidões passam para o ganho do pão material, esquecidas daquêle pão espiritual que JESUS, feito CRISTO, lhes deu para que comendo-o através de seus ensinamentos, pudessem atingir o caminho do Infinito!

Replicam os sinos... Sôm as charangas... Jesús nasceu...

E, em volta de uma criança inerme, a humanidade alardeada, em festa...

LAR EVANGELIZADO

TEREZINHA

(Medium: Pedro Machado)

E' o Mundo ditoso do porvir.

E' entre as paredes domésticas que se podem aplicar com a maior facilidade, os postulados da fraternidade cristã.

O culto do evangelho no lar, pois, não é apenas uma necessidade impositiva para aprendizagens valorosas, mas dever tácito para os pugnadores do Bôa-Nova rediviva. E será no lar que surgirão os reformadores do pensamento das vindouras gerações, que nascerão sob o této do amôr e da luz, plasmando seus caracteres nos moldes do espírito iluminado pelos mais nobres sentimentos cristianizados.

Instituir, pois, núcleos familiares de escolas evangélicas, é realizar tarefa altamente significativa no conceito da personalidade universal.

E' do amor entre dois sêres que se verifica o ascesso de espíritos para a elevação. A lei da procriação é represa donde nascem élos de fraternidade legítima. E o lar, é templo onde tôdas as famílias devem se transformar em sacerdotes de paz, amôr e ternura, na estabilização da futura humanidade.

O Espiritismo-Cristão acedneu luzes novas no caminho planetário, e aproveitar tais claridades é iluminar-se sob o sol do divino amôr fraternal, extendendo do nosso lar ao do vizinho, a rêde da confraternização.

Quem estuda o Evangelho no lar, deve aceder lâmpadas em casa, na rua e em tôda a parte.

No Presépio

NELSON L. MATTOS

Em Belém raiava o dia...
E, na humilde estrebaria,
Sentindo próxima a luz,
O Galo, do seu poleiro,
Ergue o canto costumeiro,
Com que saudava Jesus...

À voz dêsse amigo certo,
O gado, logo desperto,
Pondo-se, ativo, de pé,
Vê a Manjedoura... E se espanta:
— "Que é da Família Santa,
Jesus, Maria e José?"...

O Cão, vigia preclaro
Que passara a noite em claro,
Esclarece a situação:
— "Notais-Lhes bem tarde a falta!
Pois partiram, noite alta...
Se bem andam, longe vão..."

Os bichos, então, em côro,
Romperam em triste chôro,
A ocorrência a lamentar...
E após terem calma a idéia,
Em animada assembléia
Puseram-se a conversar...

O Burro, cheio de gôzo,
Orgulhoso todo baboso:
— "Amigos meus, escutai!
A Virgem, na retirada,
Foi sôbre o lombo sentada
Do ilustre senhor meu pai!"...

— "Pois eu não te invejo a sorte!"
— Diz a Vaca em berro forte.
"Eu tive um grande papel,
E isto oxalá me aproveite!...
Eu dei canecos de leite
Aos pais do Rei de Israel!"...

— "Calai-vos que agora falo!"
— Cocorica o velho Galo. —
"Mereço mais do que vós!
Atentai bem para isto:
Do nascimento de Cristo
Fui o vivo porta-voz!"

Cheio de orgulho da raça,
Um Jumento de côr baça
Chegou-se, dizendo assim:
— "Parece desnecessário
Que eu faça algum comentário...
O Burro falou por mim..."

Diz num relincho o Cavalo:
— "Mérito a recomendá-lo
Aqui vêdes um que tem!
Lembrei-me, neste momento,
Que o pai do Burro, o Jumento,
E' meu compadre também!"...

Altivo e cheio de zêlo,
Ergue sua voz o Camelo,
Mostrando os méritos seus:
— "Eu tenho três descendentes
que carregaram presentes
Ao louro Menino-Deus"...

E inchando, raivoso, o papo,
Um feio e nojento sapo
Queda-se em mudo torpor...
Num cismar desesperado,
Nada encontrou, o coitado,
Que alegasse em seu favor...

◆

Neste colóquio animado,
Leitor, deves ter notado,
Sentido a falta de alguém...
Faltou, não por culpa minha,
A alvinitente Ovelhinha
Do Presépio de Belém...

Pois a Ovelha ainda chorava..
Nenhuma atenção prestava
Aquela conversa vã...
Talvez nem tivesse visto
Que a manta de Jesus Cristo
Era tecida de lã...

Solidariedade

Sem o devido culto à solidariedade na vida, indiscutìvelmente nossos passos, por mais firmes, não surpreenderiam à frente senão desequilíbrio e perturbação, desentendimento e morte.

Afere-se o valor da criatura em função da sociedade em que vive.

Imaginemos o senhor da mais alta fortuna terrena, relegado em pleno deserto...

O dono da melhor inteligência, sem ouvidos que o ouçam...

O pastor, sem rebanho...

O palácio imponente, sem viv'alma que o povoe...

O navio mais suntuoso, navegando sem ninguém...

Não adiantam a excelência e o poder, a riqueza e o destaque, sem proveito.

A solidariedade reside nas bases mais simples da vida, para que a vida se estenda em cânticos de alegria e glorificação.

A fonte alimenta o arvoredo e o arvoredo protege a fonte oferecendo-nos com isso a bênção do fruto.

As pedras resguardam o cimento que as reúne e o cimento equilibra as pedras que o consolidam, dando-nos o refúgio do lar.

Tudo é interdependência e sustentação recíproca nos mínimos recantos da Natureza, para que o homem desfrute o aprendizado da existência na carne — breve estágio de luta para a sublime ascensão à imortalidade vitoriosa.

Atendamos, assim, aos impositivos da fraternidade e compreendamos que a Lei Divina, em tempo algum, nos deseja confiados ao insulamento que, no fundo, é sempre egoísmo, ainda mesmo quando nos retiremos do combate humano, a pretexto de conservar a virtude e garantir a fé.

A própria família consanguínea a que todos nós nos enquadramos, quando no mundo carnal, é uma ordem de assistência mútua.

Ninguém surge na Terra sem o carinho do berço e o berço é sempre a ternura de mãe, a desfazer-se em talentos de paz e luz.

Honremos, pois, o Senhor que nos honra com as oportunidades atuais de realização e serviço, e, amparando-nos uns nos outros, apesar das nossas deficiências abreviaremos nosso caminho de acesso à felicidade maior.

EMMANUEL

(Psicografia de Francisco Cândido Xavier).

PENSAMENTOS

Juventude cética é flor sem perfume.

Aquêle que se apaixona cegamente é um fanático ao serviço de paixões alheias.

Sem estudo não se pode ter ideal, senão fanatismo.

O entusiasmo vidente dos homens que pensam não se confunde com a exaltada cegueira dos ignorantes.

O entusiasmo é áscua, a superstição é cinza.

A decisão oportuna é o segrêdo dos grandes caracteres.

Vacilar em meio do caminho é trair o pensamento.

Um só minuto de vacilação pode perder um homem, se nesse minuto coincide a oportunidade.

O hábito da ociosidade suprime nos parasitas a aptidão para o trabalho.

A vida humana é acrobacia incessante de funções harmônicas.

"Amanhã" é a mentira piedosa com que se iludem as vontades moribundas.

Homens são os que aram em terra própria.

Jovem é aquêle que sente dentro de si a fôrça do seu próprio destino.

Quem não leva para a colmeia não tem o direito de provar o mel.

Cumpre o dever de produzir e adquire o direito de consumir.

A cooperação dos úteis eliminará o parasitismo dos imprestáveis.

A simpatia é ritmo secreto que estabelece a comunhão entre os sentimentos.

O privilégio, a superstição e a ociosidade são os inimigos da paz social.

A solidariedade converterá em direitos tudo quanto a caridade outorga como favores.

A solidariedade pode considerar-se definitiva na mais simples fórmula de moral social: "Nenhum dever sem direito; nenhum direito sem deveres."

Os quietistas aconselham deixar aos outros a função perigosa de inovar, reservando-se o pacífico aproveitamento dos resultados.

Entrincheirar-se na tradição significa renunciar à própria vida.

Todos os males tornam-se pequenos diante do supremo bem de se sentir digno de si mesmo.

Mais vale proferir uma palavra transparente do que murmurar mil confusas.

Sobressair é incomodar; as medianias julgam-se insuperáveis e, por isso, não se resignam a celebrar o mérito de quem as desengana.

Admirar alguém é suplício para os que em vão desejam ser admirados.

Tôda personalidade eminente mortifica a vaidade dos seus contemporâneos, inclinando-os à vingança.

O desejo de aumentar os próprios méritos obriga a viver alerta contra infinitos inimigos imperceptíveis.

A juventude que não sabe trabalhar é tão desgraçada quanto a que não sabe se divertir.

O estéril não compreende quando o fecundo trabalha, nem o ignorante adivinha quando o sábio estuda.

O tempo é o valor de lei mais elevado, em virtude da escassa duração da vida humana. Perdê-lo é deixar de viver.

A passividade, nos jovens, é indício de prematuro envelhecimento.

Os caracteres débeis acabam praticando o mal para não contrariarem a maldade dos outros.

Constitui contínua luta praticar o bem entre malvados.

A bondade ativa reage, semeando tantos benefícios que, afinal, os maus se envergonham de si próprios.

A humanidade deve mais aos mudos exemplos dos santos do que aos sutis argumentos dos sofistas.

Se a bondade não estiver na conduta, sobrará nas opiniões.

Aquêle que se eleva é obrigado a servir de modêlo.

Os dogmatismos tradicionais são grilhões que pretendem em vão paralisar a eterna renovação dos deveres e dos direitos.

A fé dos místicos é fôrça para a ação, mas não é método para se chegar ao conhecimento da verdade.

O homem que adere às mentiras correntes, sem crer nelas, é imoral.

Nada se deve acatar antes de comparar fatos com fatos, idéias com idéias, doutrinas com doutrinas.

Os dogmatismos são coações que os beneficiários da mentira fazem gravitar sôbre a nossa consciência.

Há menos mérito na ilusão de possuir verdades absolutas do que no esfôrço despendido em busca das relativas.

Tôda verdade exprime uma perfectível correlação funcional.

Feliz da sociedade em que não leia aquêle que não quer ler, porém onde ninguém deixe de o fazer por falta de livros.

NOS DOMÍNIOS DO ESPIRITISMO

Direção de OLIVIO NOVAES

Nestas horas de plenas alegrias do Natal, em meio às suas festividades, daqui enviamos a todos os diletos confrades, amigos e leitores, os nossos melhores votos de BOAS FESTAS.

E ao saudarmos festivamente todos quantos nos lêem, nosso pensamento se transporta às praias mornas da Galiléia e contempla o Maior de todos os homens que já viveu entre nós, na Sua sabedoria inigualável cumprindo um roteiro certo e inflexível, para a exemplificação da Humanidade.

Não vamos buscá-lO naquela tão falada manjedoura de Belém, em Seu nascimento na humildade encantadora, cercado apenas pelos cuidados de Seus progenitores — José e Maria. O acontecimento que a História registra, da vinda do Messias às paragens do Mundo físico, tem um significado tão limitado, que não desejamos participar com a parcimônia com que se vem caracterizando nos tempos avançados que estamos vivendo, retrocedendo mais uma vez à recuada época d'Aquela mensagem de luz.

Nossas palavras em nada significariam a mais o registro deslumbrante do nascimento de Jesus. A data é sempre propícia a novas meditações e justamente por muito meditarmos em tôrno do acontecimento sempre presente, é que nos vemos impotentes para reproduzir em letra de fôrma, o que se avoluma na mente, precisamente ao defrontarmos com a Grande figura do Mestre, o mais fulgurante espírito de todos os tempos.

O exemplo significativo de renúncia consignado à posteridade pelo Filho de Maria de Nazaré, naquela distante era e plasmado em nossos corações através do desfile interminável dos séculos, não tem encontrado seus fiéis imitadores. O brilho ofuscante do ouro tenta e seduz a pobre e materializada humanidade, sempre à cata de posições vantajosas no banquete da Terra. O Natal de Jesus precisa ser encarado com mais espiritualidade, sob o sol do Evangelho, tendo-se presente que a missão do Mestre teve o cunho de acrisolar a criatura no caminho que, lentamente, a levará às sendas maravilhosas do Bem e do Amor ao próximo.

E nestes dias de alegrias e festividades, contemplemos os esquecidos da sorte e reconhecamo-nos culpados, pelo nosso orgulho e egoísmo, por uma soma apreciável dêsse desajustamento da humanidade!

O. N.

MAIS UM COLABORADOR...

Cap. RODOLPHO DOS SANTOS FERREIRA (São Paulo)

Cêrca do ano de 1929, depois de uma bela jornada pelos meandros do presbiteranismo, voltei minhas vistas para o Espiritismo. Nunca fui católico-apostólico-romano, apesar de ter nascido em família puramente católica.

No protestantismo tomei contato pela primeira vez, com o *livro sagrado*, onde comecei a ler os sublimes ensinamentos do Mestre Jesus, principalmente, em Lucas, o apóstolo por mim mais preferido e no dinamismo de Saulo, metamorfoseado em Paulo, o combatente do bom combate e o célebre João, o Evangelista das profecias apocalípticas. Li, decorei capítulos e versículos, assimilei alguma coisa, melhorando os meus princípios e sentimentos, um tanto nômades.

O nosso inefável Cardeal D. Jaime, que ùltimamente muito se tem preocupado com os mais diversos assuntos que escapam à sua tutela religiosa, vem de tropeçar num calhau que sua invigilância colocou em seu caminho sempre florido.

Avançando o sinal no perigoso terreno da política e da administração do País, embora alto dignitário da potência política que é o Vaticano, vinculou-se à turma de soltadores de balão, estando agora, sem o querer, bem o sabemos, sujeito à crítica que certamente lhe não vai agradar muito.

Não obstante a elevada hierarquia de S. Ema. está o nosso querido Cardeal incurso nas penalidades, como boateiro...

Na sua fala radiofônica do dia 5 dêste mês, do alto da sua dignidade eclesiástica, S. Ema. soprou um foguinho já apagado, servindo-se do rescaldo para pôr em pânico os dois Legislativos federais. Esquentou a movimentada representação que tem assento na Câmara dos Deputados e deixou chamuscados os ilustres membros do austero Senado da República.

Movimentaram-se os jornais e as agências telegráficas levaram aos mais longínquos recantos do Brasil a notícia de que D. Jaime de Barros Câmara denunciara à Nação que um membro do Congresso se envolvera em um escândalo, procurando extorquir soma vultosa de uma firma suíça em troca de certas facilidades dos poderes públicos Como era de esperar a denúncia ecoou fortemente e explodiu no plenário da Câmara Federal como uma bomba do tipo "arrasa quarteirão".

Foi proposta a constituição de Comissões Parlamentares de Inquérito nas duas casas legislativas e os eminentes representantes do povo levaram seus protestos às mesas respectivas, reclamando-se por uma explicação para que não ficasse a Nação sabendo apenas do "milagre" mas, por direito de decôro do Parlamento, o nome do "santo".

D. Jaime, nosso ilustre arcebispo, deixando o seu rebanho, esquecido por instantes de que é mais Pastor do que Pai da Pátria desceu do seu magnífico solar do Sumaré meteu-se num avião e foi resolver problemas da sua igreja, em Cuiabá. Não lhe ocorreu que a sua denúncia estava pegando fogo no Congresso Nacional e que se achava em jôgo a honra dos parlamentares.

Instado pela imprensa que fazia eco do clamor nas duas casas legislativas, para que revelasse o nome do parlamentar indigno, que segundo sua "advertência" pela Rádio Vera Cruz teria feito gorar um plano bem arquitetado para estabelecer no Brasil importante emprêsa de navegação de cabotagem, proposta por uma companhia suíça que inverteria grandes somas no empreendimento, S. Ema. respondia simplesmente: "não declinarei seu nome."

Entretanto, enérgicas providências da Mesa da Câmara Federal, tendo à frente o seu ilustre e honrado presidente Sr. Ranieri Mazilli, levaram o nosso inefável Cardeal D. Jaime até aquêle recinto, onde lavrava justa e geral indignação pela excepcional gravidade da insuspeitíssima denúncia do príncipe da Igreja Católica Apostólica Romana.

Apertado pela presidência da Câmara, que não abria mão do direito de saber qual o parlamentar corrupto, segundo a palavra do Pastor, S. Ema. não teve outra saída e declarou sem meios têrmos "que não se trata de nenhum deputado da atual legislatura..."

Essa não, D. Jaime!

É o caso de indagar-se à S. Ema. por que guardou o segrêdo até agora e não o conservou no túmulo do esquecimento? Se sabia, tim-tim-por-tim-tim, do segrêdo da corrupção, pois dois moços suíços lhe procuraram para confessarem-se conversados por um parlamentar brasileiro corrupto, por que não se valeu da sua dignidade eclesiástica, na época em que o fato ocorreu e veio a público para a denúncia? Agora, o assunto teixa muito a desejar... São águas passadas e o atual Congresso Nacional não poderá ser responsabilizado por omissão de parlamentar sem assento na presente legislatura. Todavia, o decôro do Parlamento exige que o nosso eminente Cardeal decline o nome do parlamentar em causa, o partido a que pertencia, o Estado que representava e mais ainda, qual a sua religião. A Nação ficará sabendo tudo direitinho e o nosso queridíssimo D. Jaime terá prestado um grande serviço à sua Pátria, apontando os prevaricadores que enxovalham a Nação, como é o caso dêsse que fêz do seu mandato escudo para corrupção.

D. Jaime continua com a palavra...

O. N.

NOITE DE NATAL

MEIMEI

Não olvides que o Natal é uma festa do Céu para a noite da Terra

A estrêla de Belém brilhando, além das nuvens...

Vozes angelicais rompendo as trevas

É um berço na manjedoura, invadida de sombra, em que o Rei da Luz começou o Apostolado Divino, entregando a Boa Nova de Eterna Alegria aos pastores de vida singela que o afagavam com mãos calejadas e trêmulas...

É por isso que a tua Noite de Na al está povoada de júbilos santos.

Quase sempre a doce comunhão com aquêles que mais amas...

A árvore simbólica adornada por dádivas de carinho...

O doce calor do lar defendendo-te contra a ventania que reina lá fora ..

Entretanto lembra-te de Jesus e não te detenhas!

Vive a tua hora de beleza qual se respirasses num dia maravilhoso de regozijo e esperança mas não te esqueças de que milhões de almas choram anônimas, no agonizado nevoeiro do sofrimento.

São criancinhas esfomeadas mães desfalecentes que a dor aprisiona em garras mortíferas, enfermos cansados de abandono e velhinhos torturados pela sêde de afeto, a soluçarem de frio!...

Pela memória do Celeste Redentor que dizes amar, desce do trono doméstico para o vale dos que vagueiam sem rumo e estende-lhes mãos amigas

Deixa que o anjo da caridade te guie os passos e oferece algo de tua mesa e de tua fé aos filhos da aflição e sentirás que o orvalho de tua alegria será precioso bálsamo sôbre as lágrimas que encharcam os corações perdidos no infortúnio

Recorda que o Divino Soberano escolheu a noite para clima revelador de sua grandeza... Desce pois com a tua lâmpada à sombra de quantos se debatem entre as chagas da ignorância e da miséria, e, ajudando aos que padecem, estarás junto dêle, a exaltar-lhe a mensagem de amor e luz

(Psicografia de Francisco Cândido Xavier)

Aos Caboclos de Umbanda

CAMPOS RIBEIRO

Oxosse! Ogum! Xangô! ó Caboclos de Umbanda!
Sentinelas do bem — fiéis ao nosso lado!
Benéfica Legião que Deus à terra manda,
Para suavisar a dor do desgraçado!

O' Caboclo de Umbanda! ó anjo iluminado!
Bendito sejais vós! Saravá vossa banda!
Nas lutas contra o mal a vossa voz é um brado
De exortação e fé. Que desce de aruanda!

Oxosse! Ogum! Xangô! na nossa escuridão
Dai-nos a luz! Dai-nos a fé! Dai-nos a calma!
De joelhos a vossos pés, pedimos proteção!

Caboclo, olhai por nós! dai-nos a vossa mão!
Baixai, Caboclo: o vosso Templo é a nossa alma!
E o vosso altar, Caboclo, é o nosso coração!

CONTRIBUA PARA O ENGRANDECIMENTO DO PAÍS COMPRANDO ARTIGOS NACIONAIS

Escreve Epitácio Caó

HÁ QUALQUER COISA PÔDRE NO REINO DE ALEXINIO!

O relatório-"bomba" contra a Petrobrás é uma edição aumentada e melhorada de outro, preparado pelo mesmo coronel, quando Secretário do Conselho de Segurança Nacional e entregue ao Presidente da República em outubro de 1957. — Por que êste, conhecendo o relatório virulento, nomeou o coronel para o Conselho Nacional do Petróleo? É o que precisa apurar a Comissão Parlamentar de Inquérito já em funcionamento. — Depondo perante êste órgão parlamentar, dois dias seguidos, repetiu o coronel Alexínio Bittencourt a leitura da série de acusações contra o seu colega Janari Nunes — No terceiro dia, não compareceu, recolhendo-se a uma casa de saúde, alegando grave distúrbio cardíaco. O que o coronel não respondeu e não responderá sôbre o petróleo da Bolívia, pois preferiu passar a bola para o ministro J. C. Macedo Soares. Contradições flagrantes e completa insegurança nas afirmações do coronel, que compareceu com 14 assessores. O general Nelson de Melo ficou "magoado" com Alexínio, diz êste perante a Comissão de Inquérito. Carlos Lacerda reclama a colaboração de assessores de "alto nível" para a Comissão, e sugere o nome de um Diretor da Capuava...

Para alguma coisa já está servindo a Comissão do Desespêro, isto é, a Comissão Parlamentar de Inquérito organizada para transferir para o terreno político, a infeliz campanha contra a Petrobrás, em má hora empreendida pelo não menos infeliz coronel Alexínio Bittencourt.

Constituída pela leviandade de alguns deputados, que, aliás, a essa hora disso já se arrependeram, esta Comissão passou logo a ser a derradeira e desesperada tentativa do coronel Alexínio Bittencourt, de encontrar pelo menos uma saída honrosa para a enrascada em que êle se meteu, investindo furiosa e bobamente contra uma emprêsa que hoje representa — como êle próprio confessou em seu depoimento — uma verdadeira aspiração do povo brasileiro, a Petrobrás.

Pena, realmente, que o coronel Alexínio Bittencourt, tido e havido como um dos mais brilhantes oficiais de quantos conta no momento o Exército brasileiro, tenha contribuído tão eficientemente para destruir depressa a excelente reputação que dêle se fazia. Basta acompanhar a sua atitude, já não digo desde o momento em que veio a público, embora parcialmente, pois os seus anexos — e nêles há muita coisa interessante, mas infelizmente contra o digno coronel — sòmente agora podem ser conhecidos, o seu relatório, mas depois do resultado a que chegou a Comissão de "alto-nível" — no dizer da própria imprensa que apoiou incontinenti o coronel Alexínio Bittencourt, "O Globo" e o "Correio da Manhã" à frente — especialmente nomeada pelo Presidente da República para estudar e apurar as acusações que êle achou por bem fazer contra a Petrobrás. Ela foi constituída pelo Procurador Geral da República e por dois oficiais generais do Exército, o que já era o bastante para ser mesmo uma Comissão de "alto nível" como assim a considerou inicialmente aquela imprensa. Mas, como os resultados a que ela chegou, depois de ouvir exaustivamente o depoimento das duas partes em questão, isto é, os coronéis Alexínio Bittencourt e Janary Nunes, não foram favoráveis ao primeiro, ao contrário, demonstraram a inteira improcedência das acusações e portanto fortaleceram a posição da Petrobrás, aquela mesma imprensa já não considera mais de "alto nível" a referida Comissão, passando a julgá-la até facciosíssima e fraudulenta. Leia-se o "Coreiro da Manhã" do dia 11 do corrente, a última página, bitola larga.

Outro fôsse o coronel Alexínio Bittencourt — não basta ser digno e honrado para ocupar cargos da responsabilidade de um Conselho Nacional do Petróleo, é preciso ser inteligente também — e não insistiriam mais na sua infeliz e bôba atitude, e reconheceria o tremendo êrro cometido, passando a manter uma posição de discrição e reserva, pois o próprio tempo se encarregaria de destruir a má impressão agora por êle causada nos principais círculos políticos, governamentais e militares, inclusive entre muitos dos seus camaradas de farda e superiores hierárquicos, bastando citar os dois brilhantes generais componentes da Comissão especialmente designada pelo Presidente da República para estudar o assunto.

Todavia, não é isto o que está fazendo o bravo coronel Alexínio Bittencourt. Quem o viu na tal Comissão Parlamentar de Inquérito, acompanhado de 14 assessôres, dentre os quais o seu digno irmão, o não menos bravo coronel José Alberto Bittencourt, para repetir, monòtonamente, a leitura da série de acusações contidas no seu triste relatório "pivot" de tôda essa história feia que só serve aos interêsses dos gananciosos trustes internacionais que vivem à espreita de uma oportunidade como esta para tentarem desmoralizar e destruir a Petrobrás, só pode ter um sentimento de compaixão. Coitado do coronel, é a primeira coisa que dá vontade de dizer, e muita gente disse, ao vê-lo na Comissão Parlamentar de Inquérito, a aceitar pueris provocações de uns espertos que nada entendem do assunto, mas como a sala está cheia e tôda a imprensa "sadia" presente — mesmo que a sessão se prolongue pela madrugada a dentro, pois para uma tentativa de desmoralização da Petrobrás vale qualquer sacrifício — mas querem aparecer como bravos e esforçados representantes do povo, capazes de passar noites em claro quando os sagrados interêsses da pátria — ou da Shell e da Esso — estão em jôgo, tome perguntas ao bravo coronel. Aliás, por falar em Shell e Esso, vale a pena comparar esta Comissão Parlamentar, com a outra, que muita gente até já nem se lembra se existiu, a que apurou as falcatruas e as atividades políticas dos grupos petrolíferos estrangeiros no Brasil, cujo relatório será apresentado ao plenário da Câmara dos Deputados em janeiro próximo. Sôbre ela, como demonstramos inúmeras vêzes, quase a totalidade da imprensa se omitia inteiramente, como se omitirá sempre, tôdas as vêzes que se tratar das irregularidades e dos crimes das poderosas companhias estrangeiras que há meio século saqueiam êste país. Ela só se interessa por irregularidades na Petrobrás, como também assim o demonstrou o bravo coronel Alexínio Bittencourt, segundo se verá adiante. Mas, deixemos para depois a análise dêsse assunto e voltemos ao depoimento do coronel Alexínio Bittencourt perante esta Comissão Parlamentar que prende a atenção da "grande imprensa" e rouba noites de vigília a uma dezena de esforçados parlamentares, à frente o tonitroante "líder" da UDN, que não sabe distinguir o que é pesquisar e explorar petróleo — como demonstrou claramente numa das últimas reuniões da Comissão — embora qualquer estudante do CACO o saiba.

Com assessôres por todos os cantos da sala e sob a expectativa de representantes de todos os jornais, estações de rádio, televisão, repórter Esso etc. e dos olhos e ouvidos atentos dos bravos representantes do povo, iniciou o coronel Alexínio o seu depoimento lendo um vasto "dossier", que outra coisa não era senão o seu tão decantado relatório-"bomba", amplamente divulgado aqui e no exterior, até pelo "American Hanson's Letter". Aliás, o coronel Alexínio contrariava assim, desde logo, as normas expressas dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, que havia decidido que os depoimentos não poderiam ser lidos e sim orais, segundo declarações de seu esforçado presidente, Deputado Oliveira Brito. Claro que os depoentes poderiam, de vez em quando, consultar documentos, ler trechos dêles, mas nunca prestar o depoimento lendo do princípio ao fim. Mas, alegou-se que o coronel não sabia disso e tinha preparado cuidadosamente aquêle longo documento para leitura, a que todos foram obrigados a ouvir. Se a Comissão achava importante que os depoimentos não fôssem lidos, a ponto de determinar isto em suas normas de trabalho, deveria ter disto dado ciência ao coronel Alexínio no ofício a êle dirigido convocando-o para depor.

Mas, não importa, porém, porque lendo ou não, o coronel se limitou a repetir, monòtonamente, tôdas as acusações contidas no seu já famoso relatório, contra o coronel Janary Nunes e sua administração na Petrobrás.

Finda a leitura, que por vêzes fôra interrompida por um ou outro deputado que não ouvira bem, pois o coronel Alexínio não tem aquêle timbre de voz tonitroante do eminente líder da UDN, seu principal inquiridor na Comissão, iniciou-se a parte do interrogatório. Aí, entre hesitante e aparentemente desdenhoso, pelo menos quando se referia ao coronel Janary Nunes, o coronel Alexínio fêz algumas "revelações". A primeira delas foi quando respondeu a uma pergunta do deputado-relator, Onírio Machado, a respeito da maneira como veio a público o seu relatório contra o coronel Janary Nunes. Perguntou o deputado se êle sabia informar como o seu relatório apareceu na imprensa, antes mesmo do Presidente da República — a quem êle fôra endereçado — se manifestar a respeito. O coronel Alexínio respondeu que não tinha a menor idéia sôbre isso, mas podia revelar um fato que talvez ajudasse o deputado a encontrar a resposta. E' que — disse êle — o general Nelson de Melo, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, ficara magoado com êle (coronel) por não ter encaminhado o relatório por seu intermédio, o fazendo diretamente ao Presidente da República... Ninguém entendeu bem aonde o coronel queria chegar, mas registrou-se essa "revelação".

Respondendo a uma pergunta do deputado Carvalho Netto, sôbre a parte em que êle acusava o coronel Janary Nunes de ter dado publicidade a assuntos que por sua natureza mereciam sigilo, o coronel Alexínio foi aparteado pelo deputado Carlos Lacerda, que a tudo estava atento, o qual lhe pedira um fato concreto sôbre êsse assunto. E qual não foi a decepção geral, quando o coronel Alexínio, embora reafirmasse suas acusações, acrescentando que a Petrobrás deveria manter todo o sigilo possível, mormente diante dos grandes concorrentes, apresentou como fato concreto, que merecia o rigoroso sigilo mas fôra divulgado amplamente pelo coronel Janary, a descoberta do petróleo em Nova Olinda... Nem mesmo o "líder" da UDN pôde conter um disfarçado sorriso.

Mas, a esta altura o deputado Carlos Lacerda pede a palavra ao presidente, solenemente, para solicitar, por escrito, da Petrobrás, informações contidas em quatro itens, todos versando sôbre as despesas que essa emprêsa tem feito com publicidade em jornais, revistas, estações de rádio e televisão, se possível com os respectivos comprovantes, pois estranha êle o fato de alguns jornais defenderem insistentemente a Petrobrás, sem isto constituir publicidade paga por ela, velada ou ostensivamente.

Cabe aqui uma ligeira observação sôbre a atitude dêsse bravo deputado-líder da UDN: quando a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as atividades dos grupos Shell e Esso no Brasil estava iniciando os seus trabalhos, tratou de saber até que ponto as verbas de publicidade, aliás imensas, dessas emprêsas estrangeiras poderiam interferir na opinião dos jornais da chamada "grande imprensa", que faz sistemàticamente a defesa da sacrossanta teoria da "livre iniciativa", isto é, da entrega do petróleo brasileiro aos trustes internacionais. Para isso convocou os diretores das Agências de Publicidade estrangeiras, através das quais a Shell e a Esso distribuem as suas verbas de publicidade, para prestar depoimento. Pois bem, foi o bastante para que o bravo jornal do deputado líder da UDN passasse a combater virulentamente a Comissão de Inquérito, como se pode ler do seguinte e delicioso trecho, transcrito a seguir, sob o título "Inquérito do Petróleo": "Ontem, na sala da Câmara em que se exibe, a Comissão de Inquérito que investiga emprêsas de petróleo deu mais um espetáculo. Parece que agora, na falta de melhor finalidade, a Comissão está querendo dizer a quem devem ou não devem as emprêsas de petróleo dar publicidade." Pois bem, o bravo deputado que assim se referia em seu jornal sôbre a Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre os grupos Shell e Esso, quer agora saber a "quem a Petrobrás deve ou não dar publicidade"...

Aliás, sôbre a posição dêsse ilustre parlamentar nessa Comissão do "affaire" Alexínio-Janary, vale a pena relembrar outro curioso fato, naturalmente esquecido completamente, até mesmo por aquêles que o acompanham com tanta devoção. Trata-se também de um trecho de artigo por êle escrito no seu outrora barulhento vespertino, no qual êle, referindo-se aos movimentos que culminaram com o 11 de novembro, revela que o bravo coronel Alexínio Bittencourt — a quem êle agora interroga com tanta devoção da Comissão de Inquérito — era o elemento encarregado de sua (dêle, Lacerda) eliminação durante aquela agitada crise militar... Está lá na "Tribuna da Imprensa" com tôdas as letras, para quem quiser ler. Mas, isto é outra história, o que nos interessa no momento é o depoimento do coronel Alexínio Bittencourt.

Como o bravo ex-presidente do Conselho Nacional do Petróleo demonstrasse tanto interêsse pela exploração, pelo Brasil, do petróleo boliviano, o deputado Onírio Machado resolveu fazer-lhe algumas perguntas sôbre êste assunto. Perguntou, por exemplo, se era verdade que pelo acôrdo de Roboré, o Brasil estava obrigado a construir, através da Petrobrás, um oleoduto de mais de 2.500 quilômetros de extensão, partindo do território boliviano e indo até o pôrto de Santos. Respondeu afirmativamente o coronel Alexínio, alegando que não sabia em quanto importava em despesas essa construção para a Petrobrás.

Fêz, ainda o deputado Onírio Machado, as seguintes perguntas:

2. E' verdade que o chamado Acôrdo de Roboré foi aceito pelo Brasil, com a aprovação dos Estados-Maiores das Fôrças Armadas, visando apenas a segurança nacional, ou também o aspecto econômico?

3. E' exato que pelo referido Acôrdo de Roboré fica o Brasil obrigado a adquirir tôda a produção do chamado gás de poço da região boliviana — quer da parte reservada ao nosso país, quer das demais áreas — pagando em dólares de livre conversibilidade?

4. E' exato que o Brasil ficou comprometido, pelo Acôrdo de Roboré, a comprar à Bolívia um mínimo de 100 mil barris diários de óleo bruto produzido em tôdas as áreas bolivianas, pagando com dólar de livre conversibilidade?

5. Calculando à base do câmbio atual, em quanto monta essa despesa em dólares (divisas) que a Petrobrás deverá ter por dia com a compra do óleo bruto boliviano?

6. E' exato, ainda, em relação ao Acôrdo de Roboré, que existe um prazo fixado para que se formem as emprêsas de capitais privados brasileiras que vão explorar o petróleo boliviano, e em caso afirmativo, findo êsse prazo, caducarão as concessões?

A algumas dessas perguntas, respondeu o coronel Alexínio afirmativamente, não sabendo, porém, esclarecer a razão dêsses itens do Acôrdo de Roboré. Preferiu sair pela tangente, sugerindo que fôsse ouvido o ministro José Carlos de Macedo Soares, que era o titular das Relações Exteriores quando da assinatura do referido Acôrdo.

Mas, acontece que o coronel Alexínio Bittencourt participou de tôdas as conversações que resultaram no Acôrdo de Roboré, e não como expectador, mas como um dos assessôres militares da mais alta responsabilidade, portanto está credenciado para falar a respeito do mesmo.

Também nós não vamos aqui tratar de um assunto que abordamos minuciosamente em reportagem publicada há cêrca de um ano nas páginas de "O Semanário". Apenas queremos dizer, que nessa questão da Bolívia, como prevíamos naquela época, o Brasil perdeu a parada. Não vai extrair um barril de petróleo do território boliviano.

E isto porque ali a ação dos trustes, ajudada pela omissão de muitas das nossas autoridades, foi decisiva. Pràticamente o Acôrdo de Roboré foi redigido nos escritórios do embaixador americano em La Paz, com a assessoria dos srs. Henry Holland e David Rockefeller. O objetivo principal dêsse acôrdo foi afastar a Petrobrás da exploração do petróleo boliviano — conseguido com pleno êxito — e deixar a essa emprêsa tremendos ônus decorrentes da construção de gigantescas obras, tais como oleodutos, gasdutos, estradas, portos etc. Mas, se isto não bastasse, introduziu-se, também, um item no mesmo Acôrdo, de vital importância para o negócio do petróleo boliviano que utòpicamente seria explorado por emprêsas brasileiras. E' o relativo ao prazo para a formação das referidas emprêsas de capitais privados brasileiras. Êste prazo é de 18 meses a partir da assinatura do Acôrdo, findo o qual, tornar-se-ão caducas as concessões nêle previstas. Ora, era pràticamente impossível a formação de emprêsas dêsse tipo, num prazo de 18 meses. Além disso, mesmo que essas emprêsas que até hoje estão querendo saber como é que vão arranjar os capitais necessários, mesmo valendo-se dos recursos dadivosos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — solicitassem ao organismo estatal boliviano, o Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos, a sua constituição, a marcha do processo, depois de entrado no Protocolo dessa repartição, dependeria única e exclusivamente da boa vontade de seus diretores para o necessário despacho. Se êles quisessem retardar, como era muito fácil de prever, alegando quaisquer exigências burocráticas arquitetadas até pelos vigilantes concorrentes dos trustes, o curso normal do processo de alguma emprêsa privada brasileira, só restava a esta apelar para o Bispo. Aliás, já são decorridos 11 meses da assinatura do Acôrdo de Roboré — conforme confirmou o próprio coronel Alexínio Bittencourt perante a Comissão de Inquérito — e nem se tem notícia de que alguma emprêsa dessas interessadas na exploração do petróleo boliviano tenha dado entrada no Processo respectivo na "Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos".

***

Ainda em relação ao depoimento do coronel Alexínio Bittencourt, foram feitas diversas perguntas, pelos deputados Carlos Lacerda, Onírio Machado, João Machado e Carvalho Neto. Algumas delas se referiam às acusações de que a Petrobrás sempre solicitava o parecer e a autorização do Conselho Nacional do Petróleo para determinados assuntos, em prazos muito exíguos. Ora, o que acontece, é que o Conselho Nacional do Petróleo nunca perdeu a sua condição de repartição pública e como tal, abriga uma maioria de funcionários burocráticos, muitos dêles que só lá comparecem para assinar o ponto. Por conseguinte, não está em condições o Conselho Nacional do Petróleo de acompanhar a eficiência e a produtividade com que se age na Petrobrás. O funcionário da Petrobrás, via de regra, não adquiriu, felizmente, a mentalidade do funcionário público brasileiro. Êle trabalha, em sua maioria, até com certa dose de civismo só encontrada na formação de militares, pois êle se considera mesmo um útil soldado da batalha da emancipação econômica do país. Isto não ocorre, absolutamente, com os elementos do Conselho Nacional do Petróleo, com raras exceções, é claro. O próprio general Mário Poppe de Figueiredo, que antecedeu o coronel Alexínio Bittencourt na presidência dêsse órgão, declarou alto e bom som perante a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as atividades dos grupos Shell e Esso no Brasil, que o C.N.P. não dispõe absolutamente de recursos e meios para cumprir a sua finalidade. Tanto assim, que quando do seu depoimento na Câmara dos Deputados, êle fêz entrega de um verdadeiro projeto de reestruturação do Conselho Nacional do Petróleo, solicitando aos deputados, que se interessassem pelo assunto, fazendo com que êle tivesse rápido andamento nos canais competentes do Congresso Nacional, a fim de corrigir uma situação que vem se prolongando por muito tempo, em detrimento dos reais interêsses do país. Até agora, porém, não sabemos que destino teve êste trabalho do general Mário Poppe de Figueiredo, nem o coronel Alexínio disse qualquer palavra a respeito.

Isto sem falarmos nas irregularidades acaso existentes no Conselho Nacional do Petróleo, que se limita a uma fiscalização quase que simbólica da ação das gananciosas e inescrupulosas companhias estrangeiras distribuidoras de derivados de petróleo, apenas no Rio e em São Paulo, deixando o resto do país entregue à sanha criminosa dessas afiliadas dos trustes.

Poderia informar à Comissão de Inquérito, por exemplo, o coronel Alexínio, se um funcionário do Conselho Nacional do Petróleo pode exercer atividades que contrariem o Estatuto dos Funcionários Públicos da União. Poderia informar, então, se são funcionários do mesmo Conselho os srs. Lourival Faissal e Smanie Stolear, que exercem as funções de suplentes do Conselho Fiscal da firma "S. B. Sabbá Empreendimentos e Participações S. A.", concessionários da Refinaria de Manaus, conforme se verifica da Ata da Assembléia Geral dessa emprêsa, publicada no "Diário Oficial" de 16 de abril do corrente ano. Pois bem, embora os Parágrafos VI e VII do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União declare expressamente ser proibido, sob pena de demissão "ao funcionário participar da gerência ou administração de emprêsa industrial ou comercial, salvo quando se tratar de cargo público de magistério" bem como "exercer comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como acionista, cotista ou comanditário", os srs. Lourival Faissal e Smanie Stolear são suplentes do Conselho Fiscal da Refinaria de Manaus, que é uma sociedade anônima. O caso é tanto mais grave, se levarmos em conta que êsses dois senhores servem justamente no órgão fiscalizador da emprêsa.

Mas, nada disso sabe o coronel Alexínio Bittencourt, tão preocupado com as mazelas da Petrobrás, pois quando do seu depoimento, na parte relativa às refinarias, foi levantada uma questão qualquer, o bravo ex-presidente do C.N.P. indicou exatamente o nome do sr. Smanie Stolear para depor perante a Comissão de Inquérito, a fim de esclarecer determinados pontos. Naturalmente, não sôbre a função que êle exerce, cumulativamente com as de funcionário do C.N.P.

Como já estivéssemos na madrugada do outro dia, decidiu o presidente da Comissão, deputado Oliveira Brito, encerrar a sessão, convocando o coronel Alexínio para prosseguir no dia imediato, quando deveria responder a algumas perguntas chamadas de efeito retardado, isto é, que requeriam verificação de alguns dados a fim de serem respondidas seguramente.

A reunião ficou para as 21 horas do dia seguinte, embora a ela não comparecesse o coronel Alexínio Bittencourt, que mandara o seu irmão, coronel José Alberto, comunicar ao deputado Oliveira Brito a impossibilidade do seu comparecimento, pois se achava recolhido a uma casa de saúde, vítima de um distúrbio cardíaco. Como confirmação do seu estado de saúde, juntou um atestado médico assinado pelo Dr. José Sarmento Barata. Diante disso, o presidente Oliveira Brito decidiu reunir a Comissão apenas para deliberar sôbre determinadas medidas relativas à marcha dos trabalhos. Mal é iniciada a reunião, pede a palavra o deputado Carlos Lacerda para reiterar a solicitação que fizera na sessão anterior, no sentido da Petrobrás remeter com a máxima urgência aquelas informações sôbre os gastos com sua publicidade, pois êle considerava o assunto da maior importância. Aparteando, o deputado Bento Gonçalves indaga do presidente se não seria melhor designar dois ou três membros da Comissão para irem pessoalmente à Petrobrás colhêr aquêles elementos, a fim de facilitar o andamento dos trabalhos. Rebateu o deputado Carlos Lacerda, reafirmando o seu ponto de vista, no sentido de que a Comissão exigisse da Petrobrás a remessa das informações solicitadas, que serão meticulosamente examinadas e, se fôr necessário, então, uma comissão especial irá àquela emprêsa verificar in loco as exatidões das informações. Foi aprovada a su-

(Conclui na pág. 8)

O SEMANÁRIO

Procuradoria Trabalhista

RESPOSTA AS CONSULTAS

NOTA — Esta Procuradoria só atende a casos e consultas relativos à Justiça do Trabalho. Não tratamos de nenhum caso fora do Distrito Federal. Damos apenas respostas às consultas, o que será feito através desta coluna.

S. O. N. — Londrina — Impossível conseguir-lhe um advogado. Quanto a seus documentos reclame-os na repartição competente do Ministério do Trabalho, aí, que serão devolvidos. Mantenha as boas testemunhas - poderá ganhar a questão. — J. M. R.

F.M. — Campo Largo da Piedade — Via Curitiba — Paraná — A Lei entrou em vigor em 13 de maio de 1958. Se o sr. já era aposentado, ela consequentemente, não o beneficia. — J.M.R.

J.G. FERREIRA — Cachoeira — Bahia — São requisitos para fazer jús à aposentadoria segundo a sua consulta: ter 55 anos de idade, no mínimo, trinta anos de serviços em estabelecimentos vinculados a Instituto, com pelo menos, 5 anos de contribuições ininterruptas na data em que requerer a aposentadoria. Em caso contrário, se é contribuinte autônomo, requeira um benefício comum, caso não esteja em condições de trabalhar. — J.M.R.

J. D. M — Araçatuba — Estado de São Paulo) — Para podermos responder à sua consulta precisamos das seguintes informações complementares: — sua função na emprêsa, seu horário de trabalho (que em sua carta não ficou bem claro). Escrevanos que o atenderemos — (S.C.).

E. R. (São Paulo) — Sua consulta foge à nossa alçada. Constituimos uma Procuradoria Trabalhista. Lamentamos não ter meios para atendê-lo. (S.C.)

B.M.C. — Sorocaba — S. Paulo — O sr. tem direito a voltar ao emprêgo. Se a emprêsa não quiser recebê-lo, fica obrigada a indenizá-lo como se o houvesse despedido injustamente. Se o sr. tem 10 anos de casa, a emprêsa não poderá demiti-lo. Se, quando a Prefeitura encampou os serviços de sua emprêsa, não se responsabilizou pela manutenção dos empregados, a emprêsa deverá indenizá-lo. Em caso contrário a Prefeitura é obrigada a readmiti-lo, sob pena de indenização. — (S.C.)

G.G. — Santos — São Paulo — Recebemos sua carta e telegrama. — A de O SEMANÁRIO atende a consultas do interior mas não pode, infelizmente, mandar até um dos seus advogados, para atender ao seu justo pedido, pois não tem recursos materiais para isso. Agradecemos as referências a êste jornal. — (J.F.).

A. F. de S. — Passos. M. Gerais — Procure a Justiça do Trabalho de sua cidade para fazer a sua reclamação, por despedida injusta. Se sua cidade não tiver, faça a sua reclamação trabalhista na própria Justiça comum. Insista junto ao Instituto na realização de novo exame médico. Deixando de pagar o Instituto, pelo período de um ano, o Sr. perderá os seus direitos junto à entidade. A nossa lei de previdência é muito falha e os Insitutos pouco ou nada fazem pelos trabalhadores. Infelizmente não podemos tomar conta de nenhum caso fora do Rio de Janeiro. Só atendemos à consultas. O empregado aposentado por invalidez suspende o seu contrato de trabalho. Recuperando a capacidade de trabalho, a aposentadoria é cancelada, ficando o empregado com o direito assegurado de voltar ao emprêgo. Se o empregador não quiser recebê-lo, está na obrigação de pagar a indenização por despedida injusta. No seu caso, o empregador não podia mandá-lo embora, porque o Sr. tem estabilidade. — (J.F.)

J.F.C. — Belo Horizonte Minas Gerais — Diz o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei 1.711, de 28-10-52), no art. 145: "Conceder-se-á gratificação: VI — Pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida ou saúde". E' o seu caso. O Sr., como "Guarda" do Serviço Nacional de Endemias Rurais, tem a atribuição de dar combate à "doença de Chagas" e está em permanente contato com inseticidas fortes. Para o caso específico daquele que "exercem funções relacionadas com o exercício da medicina", o Decreto 43 186, de 6-2-58, regulamenta a concessão da gratificação. O Sr. deverá requerer ao diretor de sua repartição. — (J.F.)

NOTICIAS EM FOCO

Salvador Romano Lossaco, deputado federal recentemente eleito por São Paulo, fêz publicar pelos jornais uma carta aberta dirigida ao Ministro Astolfo Serra, do Tribunal Superior do Trabalho na qual faz sérias acusações.

A referida carta repercutiu intensamente nos meios forenses e sindicais, onde se aguarda com grande interêsse o esclarecimento do acusado, Ministro Astolfo Serra.